

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNBB_102.1
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Total de páginas: 89
Dia/ Mês/Ano	1970-1977
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos de 1970-1977, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Política; Congresso.
Notas explicativas	Na capa do caderno o recorte é de 1970-1977, porém, na primeira página o recorte é escrito com um período maior, sendo de 1970-1983.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



	<p>A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a “01”.</p> <p>Lista das páginas em língua estrangeira: 46, 49 e 50.</p>
--	--

DL 80

KI-BR 102.1

Bibliothek

C N B B

1970 - 77

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 102.1

Bibliothek

03.10.10

C N B B

Nacional &

Regionais.

1970-1983

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO POLIDISCIPLINAR UFPA

- Einleitung
1. Entwicklungstheorien
 2. Erlösungstheorien

1. Geschichtstheologie

Exodus - Text der Bischöfe des NO Brasiliens
Geschichte LA als spezifische Heilsgeschichte (Enrique Dussel)

2. Politische Theologie

Kritische Funktion der Theologie in der Gesellschaft (Metz)
Ausbeutung, Unterdrückung (Segundo, Assmann, Gutierrez)

3. "Populistische" Theologie

Soziale und religiöse Grundwerte des Volkes (Seannone, Vidales, Tercermundistas)
Befreiung des ganzen Menschen - Volkspastoral (Galilea, Pironio, Libânio)

4. Prophetische Theologie

Exilbewußtsein - Theologie der Gefangenschaft
Menschenrecht
Theologie der Hoffnung

Leonardo Boff,
C. Padim

5. Christologische Theologie (Auferstehung)

Erlösung als Befreiung durch Christus
Kirche als Volk Gottes
Glaube und Werk

Leonardo Boff,
J. Sobrino

cano II, com a demonstração de atitudes cada vez mais claras, essa dubiedade prática da história parece ressurgir agora, através da crise entre Igreja e governo no Brasil, como uma valiosa tradição ainda mantida por algumas das mais altas autoridades eclesásticas.

Na edição de 19 último, "L'Osservatore Romano", o jornal do Vaticano, não apenas publicou em sua primeira página o texto completo do documento aprovado dois dias antes pela cúpula do episcopado brasileiro, como também o fez acompanhar de um editorial em que considerava "sumamente graves" as denúncias ali contidas. Mas o fato, que parecia demonstrar um nítido agravamento da crise, foi alterado já no dia seguinte. Retornando de Roma, o cardeal dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), fez um pronunciamento que, se entendido como o pensamento do episcopado, significava uma abrupta guinada para uma atitude de recuo e conciliação.

Seqüência confusa — Embora esse acontecimento já bastasse para confundir os observadores, a seqüência não parou aí. Um dia depois, a imprensa brasileira publicou o discurso em que o papa Paulo VI, mesmo sem citar nomes e restringindo-se a questões de princípios, refere-se claramente à situação brasileira e apóia implicitamente as queixas apresentadas no documento inicial, da Comissão Central da CNBB. No dia 22, finalmente, outro fato novo, que ajudou a embaralhar ainda mais as tentativas de interpretação: dom Agnelo (cujo pronunciamento conciliador parecia contestado pelo discurso do papa) foi nomeado para o cargo de prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, um dos "mi-

IGREJA / ESTADO

As mangas largas

Conta uma história antiga que um dia se achava à porta de sua igreja quando um homem perseguido pela polícia, trêmulo e ofegante, pediu-lhe ajuda. Movido por um grande sentimento de caridade cristã e por uma experimentada desconfiança nos critérios de justiça dos perseguidores, o religioso deu o pedido. Pouco depois, os policiais chegaram pedindo-lhe informações sobre a possível passagem por ali de um criminoso em fuga. Com um simultâneo e discreto movimento dos braços cruzados e ocultou nas largas mangas da batina — o padre respondeu: "Por aqui não passou". Os policiais seguiram, certos de que o criminoso não passara por aquele local. O padre entrou em sua igreja, convencido de que não mentira: realmente, através das mangas da batina o homem não havia passado.

apesar da profunda renovação da Igreja Católica desde o Concílio Vati-



D. Scherer só viu Medici no aeroporto

nistérios" mais importantes do "gabinete" do papa, antes nunca ocupado por um latino-americano (veja "Religião", na página 70).

Nesses primeiros momentos, a perplexidade e a conseqüente enurrada de interpretações divergentes ainda não permitem uma avaliação segura quanto à importância dessa nomeação para a crise no Brasil. Mas, seja ela qual fôr, sabe-se desde já que não deverá pesar essencialmente. A um prazo mais longo, importará mais a média do pensamento do clero brasileiro, bastante motivado pela renovação pós-conciliar.

Crise intata — Oficialmente, a crise permaneceu intata durante a última semana. Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre e agora substituído por dom Agnelo na presidência da CNBB, esteve terça-feira no aeroporto da capital gaúcha para apresentar os cumprimentos ao presidente Emílio Garrastazu Medici, que chegava em visita ao Estado. Foi depois ao palácio do governo, onde Medici estava despachando, mas não teve com ele o encontro de conciliação que se anunciava. Falou apenas com o chefe da Casa Civil da Presidência, João Leitão de Abreu, de quem obteve a promessa de interceder para que a incommunicabilidade dos leigos jocistas presos no Rio fôsse quebrada. Mas, até a última sexta-feira, dom Alberto Trevisan, bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, encarregado dessa visita aos presos, não havia recebido nenhuma autorização.

Apesar dessa discrição nas negociações, o interesse pelo assunto movimentou tanto o governo quanto a Igreja. Durante sua estada no Rio Grande do Sul, o presidente Medici foi constantemente informado dos fatos mais importantes. E na Igreja, além do aplauso de vários bispos paranaenses ao documento da CNBB, segue o movimento de padres cariocas que criticam a atitude, considerada franca, de dom Jayme de Barros Câmara, em relação às prisões de padres e leigos.

São ainda imprevisíveis os caminhos que o governo usará para solucionar a crise. Mas é certo que terá de se defrontar com uma realidade importante: por melhores que tenham sido as intenções de dom Agnelo ao fazer seu pronunciamento, a média do pensamento do episcopado brasileiro está mesmo contida no documento da Comissão Central da CNBB, esperando resposta. Um acordo que não tenha a profundidade ali indicada, dizem alguns desses bispos, poderá trazer uma melhoria transitória para as relações Igreja/Estado, no Brasil, mas não servirá à recuperação da imagem do país no exterior. Isso porque a Igreja já não tem o poder de persuasão de antigamente e as acusações contra o Brasil só poderão ser silenciadas com o convincente argumento da reabertura democrática.

RELIGIÃO

Os ousados ucranianos

No dia do 375.º aniversário de uma união que se esperava eterna, a heróica fidelidade da Igreja Católica Ucraniana ao papa sofreu, na semana passada, um perigoso abalo. Desobedecendo a uma proibição escrita do Vaticano, o cardeal Josef Slipyj anunciou a convocação, em Roma, de um sínodo de bispos ucranianos, que se desenvolveria paralelamente ao III Sínodo Mundial de Bispos. A atitude de aberta rebeldia foi tomada em nome de 6 milhões de católicos ucranianos da União Soviética e de mais 2 milhões espalhados pelo mundo.

Apesar de formar a maior província eclesiástica oriental e de ter sido a primeira a separar-se da Igreja Ortodoxa para retornar ao retil romano, em 1596, a Igreja Católica Ucraniana não tem território definido nem hierarquia organizada e não pode exercer os direitos de autogoverno (concedidos a todas as outras de rito oriental), como por exemplo nomear seus próprios bispos. Ela está subordinada diretamente à Cúria Romana. O líder dos fiéis ucranianos, cardeal Kobernycyj Dvckowskyj, ou Josef Slipyj (José, o cego), apelido que lhe foi dado por causa de suas grossas sobrancelhas, sabe perfeitamente que seus filhos espirituais terão de se conformar em viver um catolicismo sem pátria: na Ucrânia comunista, sua igreja existe apenas clandestinamente desde 1945. Mas Slipyj está decidido a reconquistar para sua comunidade pelo menos a dignidade e as características jurídicas de uma igreja. O III Sínodo pareceu-lhe a ocasião mais propícia.

Prisioneiro do Kremlin — Alto, barbas longas que terminam em duas pontas, os cabelos brancos e abundantes, os olhos azuis, penetrantes, o cardeal é ainda um homem robusto, apesar de seus 79 anos. Durante dezoito anos, de

1945 a 1963, sofreu sucessivas condenações e passou praticamente todo esse tempo nas prisões soviéticas. Kruschev, então primeiro-ministro, atendendo ao apelo do papa João XXIII, exilou-o. O prego foi o silêncio de Slipyj.

Em 1969, dezessete bispos ucranianos reunidos em Roma tentaram obter da Santa Sé o reconhecimento da igreja e pediam o velho cardeal para seu patriarcado. Mas o restabelecimento do patriarcado



Cardeal Slipyj e Paulo VI: um acordo em nome da união

de Leopoli fora da Ucrânia, além de envolver problemas teológicos e jurídicos, apresentava um de caráter político. Os ucranianos dos Estados Unidos e Canadá procuravam incentivar o ressurgimento em função de uma política anti-comunista, o que poderia conturbar outra vez as relações penosamente suavizadas entre Moscou e o Vaticano e causar sérios problemas aos católicos do leste. O papa negou o pedido.

O fim da promessa — A luta foi retomada durante o atual Sínodo, obedecendo a uma estratégia mais bem planejada. Na sessão do dia 23 de outubro, quando se levantou para falar sobre o tema da justiça no mundo, Slipyj quebrou seu silêncio de oito anos e pediu uma declaração de condenação às perseguições movidas pelos comunistas contra os católicos ucranianos. Implicitamente,

criticou a diplomacia vaticana no seu esforço de aproximação com Moscou.

Citou cartas de fiéis ucranianos que lhe perguntavam: "Com que finalidade sofremos tanto? Onde está a justiça? Tornamo-nos obstáculo para a diplomacia eclesiástica. O cardeal Slipyj não faz nada pela sua igreja". "E o que eu poderia fazer?", dizia o arcebispo. As folhas datilografadas em latim tremiam-lhe nas mãos, enquanto continuava a falar, ignorando os sinais luminosos do painel eletrônico e os avisos verbais comunicando-lhe que seu tempo se havia esgotado. Diversos bispos, entre eles o cardeal italiano Dino Staffa, apoiaram as queixas de Slipyj, convidando o Sínodo a não se calar sobre as injustiças sofridas pelos católicos ucranianos.

O chamado do chefe — Obtida a solidariedade dos colegas — se não formal, pelo menos moral —, o cardeal Slipyj achou que havia chegado a hora de convocar os bispos ucranianos de todo o mundo (cerca de vinte) para uma reunião onde seriam discutidas as bases do plano de restabelecer o seu patriarcado. Dezesseis responderam ao chamado, além de trezentos leigos ucranianos do Canadá e Estados Unidos que quiseram assistir de perto ao encontro de seus pastores — e acabaram pressionando-os a tomarem uma decisão mais radical.

A hierarquia ucraniana não conseguiu agir com a cautela e moderação pretendidas no começo e foi obrigada a dar às reuniões o valor de um sínodo (nas igrejas católicas de rito oriental, esse tipo de reunião não é apenas consultivo, como o de Roma, mas deliberativo). A reação do Vaticano veio logo em seguida. Numa nota pessoal enviada aos bispos, o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Villot, repetiu os mesmos argumentos apresentados pelo papa em 1969 e pediu-lhes que se organizassem quando muito numa "conferência episcopal".

Assim, tarde da noite do dia 1.º de novembro, dia do aniversário da união da Igreja Ucraniana com Roma, quando enviou às agências de notícias a decisão dos ucranianos, o porta-voz do grupo pedia para que não se falasse em sínodo, mas sim em "reuniões sinodais" — uma diferenciação tão sutil quanto inócua. Mas os bispos tiveram o cuidado de, no dia anterior, enviar uma mensagem ao papa reafirmando sua fidelidade e pedindo "a proteção da Santa Sé para a sofrida Igreja da Ucrânia".

As deliberações — Nas "sessões sinodais", os bispos ucranianos aprovaram uma longa carta pastoral dirigida aos fiéis, traçaram um plano para a conservação de suas tradições litúrgicas dentro das indicações do Vaticano II e, reservadamente, elaboraram um cuidadoso estudo para organização do "sínodo pa-

triarcal ucraniano", ao qual caberia nomear bispos com a aprovação do papa e eleger o sucessor do cardeal Slipyj no caso de seu falecimento.

Tôda moderação foi esquecida: no dia 3, a assembléia elegeu um sínodo permanentemente presidido pelo próprio Slipyj (a essa altura já aclamado patriarca) e enviou uma mensagem a Paulo VI pedindo uma audiência e o seu "placet" para a decisão tomada. Apesar dos desmentidos, a palavra "cisma" começou a circular entre padres e bispos.

Sòmente na manhã do dia 4 ficou-se sabendo que na noite anterior, através de uma troca de telefonemas, se havia chegado a um acôrdo: a Igreja Ucraniana provavelmente será reconhecida, mas os seus dirigentes não deverão reclamar do papa um ato oficial, pelo menos por enquanto, para evitar a possível irritação do govêrno soviético, o que poderá causar maiores sofrimentos aos católicos ucranianos da URSS.

Contando com essa promessa, e embora ainda não tivessem, no fim da semana passada, conseguido a audiência com Paulo VI, os bispos ucranianos encerraram seu sínodo com a nomeação de uma junta autônoma que regulamentará o rito em nível mundial e elaborará o projeto de sua primeira constituição.

Vence a tradição

Os padres não podem mesmo se casar e devem manter-se afastados da política. As mulheres e os homens casados continuarão fora do sacerdócio. Pelo menos dentro do que foi divulgado à imprensa até o fim da semana passada, quando se encerrou em Roma o III Sínodo Mundial de Bispos depois de cinco semanas, as conclusões dos debates sobre o tema "Ministério Sacerdotal" ofereceram apenas a reafirmação enfática das tradições e posições sempre defendidas pela Igreja.

A ordenação de homens casados, que se fôsse aprovada pelo Sínodo nos termos amplos de uma das propostas, seria a grande novidade e um sinal da disposição da Igreja para uma corajosa abertura na sua tentativa de resolver o problema da falta de vocações, acabou sendo rejeitada depois de momentos dramáticos de indecisão. O primeiro projeto do documento sobre o assunto desaconselhava a ordenação "a não ser que, tendo em vista o bem universal da Igreja, o soberano pontífice, em seu prudente julgamento, indique que o assunto seja objeto de exame". O caráter ambíguo e de certa forma inconcludente da proposta desagradou a muitos bispos — 91 sugeriram emendas, dez votaram contra o projeto e 95 o aprovaram. Havia entretanto necessidade de dois terços de votos a favor.

Tarantela — Quando o projeto, já corrigido, voltou ao plenário, houve nova onda de protestos. Pouca coisa havia sido modificada, a não ser o seu tom ambíguo: a nova redação desaconselhava a ordenação de homens casados em quaisquer circunstâncias. A contrariedade mais visível foi a do arcebispo centro-africano Joachym Ndayen: "O texto emendado me parece o mesmo que o anterior. Não se viaja milhares de quilômetros para vir a Roma dançar a tarantela. Onde estão as emendas?" Houve novo adiamento e nova votação. No sábado, dia do encerramento dos trabalhos, as agências de notícias recebiam a decisão final: o Sínodo era contra a ordenação de homens casados, exceto em casos especiais permitidos pelo papa



Salles e Scherer: missão cumprida

— tese que praticamente equivale a uma negativa total. Uma segunda proposta, vencida, mas com um número excepcional de votos (87), recomendava a ordenação de homens casados "de idade madura e vida exemplar, em determinadas regiões do mundo".

Embora a delegação brasileira tivesse levado uma recomendação favorável à idéia derrotada, a conclusão alegrou pelo menos um de seus integrantes: o cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, que sempre se manifestou contra a ordenação de casados.

O papa Paulo VI pode aceitar ou não o parecer da maioria dos bispos. Mas o resultado dos debates sobre o sacerdócio foi uma vitória integral dos conservadores.

Entre a minoria liberal o descontentamento era evidente. Mesmo antes

da votação do documento final sobre o tema, o arcebispo canadense, de Ottawa Joseph Plouffe havia dito: "Não creio que êle diga algo a respeito do papel do sacerdote no mundo moderno que possa melhorar o trabalho do padre numa grande cidade".

Justiça difícil — Dificuldades tão grandes quanto as da aprovação do projeto sobre o sacerdócio enfrentaram os bispos ao receberem a minuta do documento final sobre a justiça no mundo. Das cinco seções em que se dividia, quatro foram rejeitadas. Apenas a última, uma conclusão generalizada onde se pede a todos que imitem a Cristo, recebeu a maioria necessária de votos. Após introdução, o documento pedia, na segunda parte, a redistribuição mais justa das riquezas; na terceira, fazia um apêlo à Igreja para mudar sua imagem identificando-se mais com os pobres; na quarta, havia sugestões sobre as maneiras pelas quais a Igreja poderia trabalhar, em colaboração com outras instituições, na solução dos problemas sociais.

O documento apóia o pacifismo e recusa das pessoas que, por motivos de consciência, não queiram servir ao Exército nas guerras; deplora a corrida armamentista; pede aos ricos que ajudem os pobres; e opõe-se a todas as formas de discriminação racial, sexual ou religiosa.

O pecado universal — Mesmo sem conhecer o teor completo do documento (um resumo foi divulgado sábado à noite), a previsão dos observadores, já nos primeiros dias de discussão sobre a justiça no mundo, deverá se confirmar: a Igreja pouco conseguirá fazer, em termos concretos, contra as estruturas institucionais injustas. O que o Sínodo poderá demonstrar mais claramente é que a noção de pecado deve ser, em nossos dias, ampliada até seu limite máximo. Pouco antes do encerramento do encontro, o primaz do Brasil, dom Avelar Brandão, disse numa entrevista em Roma: "Diante de tantas ideologias e temas, a Igreja traz sua contribuição declarando que há pecado individual e coletivo, o pecado de pessoas e o pecado de estruturas". Num artigo enviado de Roma para seu programa "Voz do Pastor", no Rio, o cardeal Euzébio Salles falou sobre o tema: "Como fessor e penitente, ordinariamente, preocupam com determinadas ofensas às leis de Deus, mas nem sempre com as que se referem à justiça social; é imperiosa uma profunda mudança de mentalidade nesse campo". Na sua opinião "o choque causado pela miséria faz com que esqueçamos que as injustiças têm sua fonte e raiz no próprio pecado". Essa deverá ser, substancialmente, a grande mensagem do Sínodo.

RELIGIÃO

Gravata incômoda

Um cristo engravatado está dificultando a plena confraternização dos católicos. Nos 20 000 posters e 80 000 pequenos cartazes que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil distribuiu para serem pregados nas portas e no interior de quase todas as igrejas do país, em comemoração à Campanha da Fraternidade, Jesus trocou sua tradicional túnica pelas roupas de um homem do século XX: camisa verde-claro e gravata alaranjada. A idéia da CNBB — incluir no material publicitário da campanha uma figura de Cristo em versão moderna, para mostrar que ele não se encarnou numa determinada época, mas é um personagem vivo do tempo atual — não foi bem recebida por muitos fiéis.

Em São Miguel Paulista, na zona oeste da cidade de São Paulo, uma assídua frequentadora das missas de domingo dizia irritada: "É o sinal dos tempos. Cristo vestido com roupa de pecador é o fim do mundo". Também na Paróquia de São Sebastião, no Gama, cidade-satélite de Brasília, o Jesus moderno não foi aceito: "Esse Cristo não é o nosso", protestava um homem. Os ataques ao cartaz chegaram até mesmo através dos jornais. Um articulista anônimo comprou espaço num matutino paulista para suas críticas. Parece que o perturbava especialmente a cor da gravata: segundo ele, "a cor de gema de ovo", na França, "simboliza o marido traído". Em sua coluna "Notas Avulsas", publicada no "Jornal do Comércio" do Recife, o historiador Nilo Pereira, católico praticante, perguntava: "Se Cristo disse que seu reino não é deste mundo, por que vamos representá-lo de gravata?" E diante da porta da igreja da Piedade, em Salvador, a beata Maria José Amorim, de 74 anos, balançava a cabeça: "Esta velha não entende mais nada".

Técnica de impacto — É claro que nu-

ma campanha onde se procura estimular a prática da fraternidade entre os homens, a CNBB não poderia querer se-mear polêmicas. "Mas o cartaz", diz dom Ivo Lorscheider, secretário-geral da Conferência e coordenador do movimento, "foi concebido conscientemente para produzir um impacto." E, em princípio, isso de fato aconteceu.

No esquema publicitário da campanha entram também filmes de 50 a 60 segundos passados nos cinemas e na televisão, procurando mostrar que Cristo se encarna na humanidade toda: pode estar

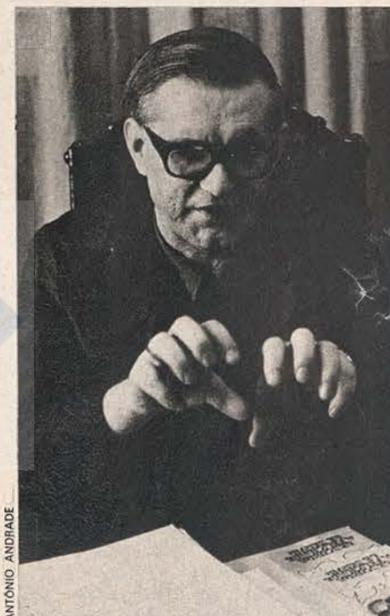
principais: evangelizar e pregar a fraternidade. E normalmente se estende por toda a quaresma, período que vai do carnaval à semana santa. Nas igrejas, os sermões sobre o tema são intensificados e os fiéis aprendem muito mais sobre o significado da liturgia. Finalmente, no domingo de Páscoa, o espírito fraterno dos católicos é posto à prova de forma mais concreta: todos são convidados a fazer uma oferta em dinheiro. No ano passado as igrejas arrecadaram, no país inteiro, 1,4 milhão de cruzeiros. Cada diocese fica com 35% do total levantado em sua área; 45% voltam para as paróquias arrecadadoras; 10% vão para a CNBB e os outros 10% para suas regionais. A CNBB usa o dinheiro para sustentar a campanha do ano seguinte (a verba para 1972 é de 140 000 cruzeiros) e as regionais para manutenção de seus serviços. Os 80% restantes são utilizados, invariavelmente, em obras que beneficiem a comunidade, a critério das dioceses e das paróquias.

Em Porto Alegre, este ano, dom Vicente Scherer, como em 1971, pretende aplicar o dinheiro na assistência às empregadas domésticas, numa tentativa de impedir o desenvol-

vimento de um grave processo de decadência social: 85% das prostitutas da cidade são ex-cozinheiras, babás ou copeiras. No ano passado, a arquidiocese de São Paulo enviou quase 150 000 cruzeiros ao Nordeste. Rio, Salvador e mais 95 dioceses organizaram campanhas de alfabetização.

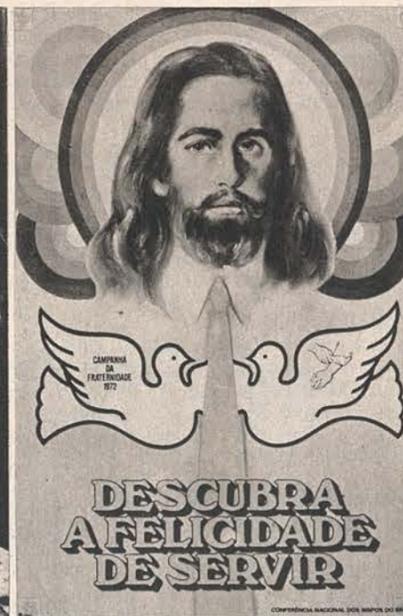
Um pouco do resultado apareceu em forma de centenas de cartas, como a de um homem de 53 anos: "Escrevo pela primeira vez na minha vida. Tenho quatro filhos e três netos. Aprendi a escrever nas aulas de televisão. Estou muito contente".

Para os bispos são esses os resultados importantes. Quanto ao Cristo de gravata, dom Ivo prefere não fomentar as discussões: "Ninguém precisa gostar do nosso cartaz e nem é obrigado a pendurá-lo na parede".



ANTÔNIO ANDRADE

Dom Ivo: "Ninguém é obrigado a pendurar nosso cartaz na parede".



na família em apuros à beira da estrada com o carro enguiçado ou no navegante solitário empenhado em trazer seu barco à praia. Negar-lhes um gesto de fraternidade seria negar-se a Cristo.

O roteiro dos filmes e os jingles apresentados nas rádios foram idealizados pelos próprios bispos, assessorados por um grupo de publicitários. Dois padres, Irineu Bervian e Alfredo Novac, estão encarregados da parte executiva. O cartaz surgiu de uma idéia do publicitário Jaime Vitalino dos Santos, da Sidney-Ross, que diz ter-se inspirado no pensamento de Santo Agostinho: "Podemos, portanto, chamar corretamente de outros Cristos todos os ungidos no seu crisma".

Exercício fraterno — Em nível nacional, a campanha foi realizada pela primeira vez em 1967, com dois objetivos

RELIGIÃO

CIM1

Respeito ao índio

Na semana passada, a Igreja Católica no Brasil confessou-se e reconheceu publicamente as falhas no relacionamento de seus missionários com os índios. "Tudo que fizemos no passado estava errado", lamentou-se o padre Vicente César, presidente da Anthropos do Brasil (entidade católica dedicada a pesquisas etnológicas e lingüísticas) e agora secretário do Conselho Indigenista Missionário da CNBB. "Acabamos com a religião dos índios, com sua maneira de pensar, de pescar, de caçar, de viver. Em suma, a destruição da cultura do índio, em muitos casos por culpa da catequese, foi um erro."

A criação do Conselho Indigenista, cuja principal função será "servir de ponte entre a Igreja e o governo nas questões referentes ao trato com os índios", foi o resultado mais palpável do encontro que 28 padres, freiras e bispos tiveram em Brasília, nos dias 21 a 24 de abril, para discutir aspectos da "pastoral indígena". E, no campo dos princípios e doutrinas, a Igreja dispôs-se a corrigir os erros do passado que, de acordo com o padre Vicente César, não foram apenas dela, mas de "todos os brasileiros".

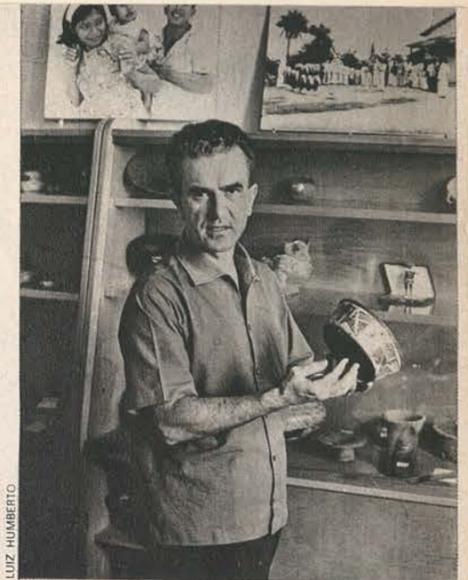
Um ser humano — Em tempos ainda recentes, a preocupação mais urgente de um missionário ao chegar a uma aldeia índia era salvar a alma de seus habitantes e livrá-los do pecado. Para isso, batizava a todos rapidamente, exigia que cobrissem sua nudez e eliminava os costumes que considerasse anticristãos. Em algumas missões chegou-se a induzir a construir internatos separando moças de

rapazes. Quando os jovens chegavam à idade de constituir família, em muitos casos a freira responsável não só determinava quem podia se casar como também escolhia os noivos por sua própria conta.

No encontro de Brasília, ao contrário, um princípio óbvio orientou os debates: o índio é um ser humano como outro qualquer; seus hábitos, sua cultura, sua religião e seu direito à posse da terra que habita não devem ser violentados. E, pelo que se pode deduzir das atribuições conferidas ao Conselho Indigenista*, a Igreja pretende não só respeitar tais direitos como defendê-los. De imediato, o Conselho pretende elaborar um Estatuto do Índio "que melhore o proposto pela Fundação Nacional do Índio (Funai)" e possa ser apresentado ao governo como sugestão.

Pontos de atrito — Não houve preocupação de se esconderem as divergências existentes entre a Igreja e a Funai. Afinal, segundo o padre Vicente César, embora exista uma concordância satisfatória no campo teórico, o mesmo não acontece no terreno prático: "O atual presidente da Funai, por exemplo, fala na necessidade da integração rápida dos índios, por causa das estradas em construção no oeste e na Amazônia. Ora, se uma estrada passa aqui, pode passar a 10 e até 50 quilômetros de distância sem sacrificar o país e sem prejudicar

* Principais atribuições do Conselho: formar um departamento jurídico para estudar problemas indígenas surgidos nas áreas governamentais; manter um representante no Conselho Indigenista da Funai; coordenar as atividades missionárias em todo o país; formular diretrizes antropológicas unificadas para os missionários.



Padre César: estava tudo errado

os índios". Por achá-la inevitável, a Igreja defende a aculturação lenta do índio. E no encontro de Brasília fez-se uma distinção entre aculturação e assimilação: no primeiro caso, o índio acaba se integrando à cultura do branco sem perder suas tradições e características essenciais; no segundo, elas são totalmente anuladas.

"Para enquadrar a evangelização dentro do primeiro processo", diz o padre César, "o Concílio Vaticano II recomendou o seu desenvolvimento em quatro etapas: primeiro, o missionário vai à aldeia e apenas dá o exemplo de como vive e se comporta um cristão; numa segunda fase, ele procura conhecer em profundidade a religião da tribo e enxertar-lhe elementos do cristianismo; na terceira fase, deverá se esforçar para eliminar costumes contrários à lei natural, como o sacrifício de crianças ou anciãos e as guerras; a evangelização, propriamente, só entra na fase final, mantendo-se entretanto a liturgia dos índios".

A posse da terra — A Funai também não vê com bons olhos a catequese — e esse é outro elemento de discórdia. "Mas eles acabam cometendo o mesmo erro que tivemos no passado", observa o padre César: "Fazem o índio andar fardado, cantar o Hino Nacional, criam até a Guarda Índia, coisas já condenadas pelos antropólogos". E nesse cenário de tantos desentendimentos surge também a questão da posse das terras: para a Funai, as regiões ocupadas pelos índios pertencem à União; a Igreja acha que elas são dos índios, seus primeiros moradores, e só poderiam ser desapropriadas se seus donos recebessem outras áreas semelhantes. Índio sem terra não sobrevive, explica o padre César: "Um branco mora até em 4 metros quadrados. O índio não. Cada um precisa, no mínimo, de 1 quilômetro para poder caçar e pescar".



Um missionário entre os uicás de Rondônia: a conquista pelo exemplo

É possível, porém, que todas essas arestas venham a ser aparadas num futuro bem próximo. O encontro de Brasília foi apenas a fase preparatória de um outro mais importante, do qual participarão os representantes da Funai e de missões de outros credos religiosos — num esforço ecumênico para salvar o índio brasileiro da extinção.

Os guerrilheiros

No vocabulário que caracteriza os movimentos de protesto dentro da Igreja, a palavra "contestação" já está perdendo sua força. Agora fala-se em "guerrilhas eclesiais". A expressão foi usada, no fim da semana passada, pelo jornal "Osservatore Romano", ao denunciar a formação de um grupo organizado de padres rebeldes. Na opinião do órgão oficioso do Vaticano, eles estariam agindo motivados por um recente manifesto assinado por 33 teólogos, no qual era condenado o poder absoluto do papa Paulo VI (VEJA n.º 188, de 12-4-1972).

Provavelmente, nunca uma denúncia recebeu comprovação tão rápida: no mesmo dia em que circulava o "Osservatore", um memorial de 210 padres e leigos admitia a organização de um movimento de protesto contra os bispos e o papa.

Durante as 72 horas anteriores, os 210 haviam realizado uma reunião secreta a 1 quilômetro do Vaticano. Eram 168 padres (entre eles, seis teólogos e treze ex-sacerdotes que compareceram com suas esposas) e 42 leigos, representando diversas regiões da Itália. No documento divulgado, acusam a Igreja de privá-los de liberdade usando "uma estratégia alternada de pressões morais e chantagem".

Os padres, particularmente, julgam-se vítimas de moralidade repressiva, da burocracia do Vaticano e da dependência econômica dos bispos.

O grupo se nomeou Movimento Sete de Novembro de 1971, data do dia seguinte ao encerramento do III Sínodo Mundial de Bispos — para os rebeldes, "um fracasso total" na sua tentativa de abrir novos caminhos na vida sacerdotal e defender a justiça no mundo.

O Sete de Novembro pretende corrigir essa falha: seus componentes prometem lutar pela "libertação sacerdotal" ajudando os padres "castigados pelo poder estabelecido" e afirmam que participarão de "todas as lutas do povo contra as classes dominantes".

Apesar de ser este o primeiro desafio organizado na Itália ao poder dos bispos e do papa dentro da Igreja, o Vaticano limitou-se, por enquanto, a uma advertência, classificando as manobras dos "guerrilheiros" como impróprias para sacerdotes e professores.

3/5/72

RELIGIÃO



Bispos em Brodósqui: um documento pedindo a volta do habeas-corpus

Em defesa do rebanho

Velai sobre o rebanho de Deus que vos é confiado." Apoiados nas palavras do apóstolo Pedro, os bispos brasileiros movimentaram-se, nas duas últimas semanas, de forma particularmente intensa, em setores aparentemente distanciados de sua jurisdição espiritual. Da reunião da Regional Sul I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Brodósqui, com representantes das cinco arquidioceses e 21 dioceses do Estado de São Paulo, nasceu um documento reivindicando a normalização dos processos judiciais no país. Na prelaia de Marabá, no Pará, surgiu uma denúncia contra a prisão de um padre e uma freira. E, finalmente, foram divulgadas as diretrizes básicas da ação da Igreja Católica na região da Amazônia.

No encontro de Brodósqui os bispos paulistas chegaram a pedir, oficialmente, a restauração do direito de habeas-corpus no Brasil. Para eles, a situação apontada pela Assembléia Geral da CNBB, efetuada em Brasília em 1970, "não mudou substancialmente, até hoje". E, naquela ocasião, os participantes da assembléia tinham denunciado uma "relevante incidência de casos de tortura no país".

A declaração, liberada com o título de "Testemunho de Paz", protesta contra prisões "da forma como freqüentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem dos

agentes que a executam, sem comunicação ao juiz competente dentro do prazo legal".

E ao citarem passagens do livro do Gênesis, os bispos lançam uma advertência no mesmo estilo de seu autor, o patriarca Moisés: "Ouçam os responsáveis por essas ações — 'Eis que a voz do sangue de teu irmão clama por mim desde a terra'".

Muito nervoso — No mesmo dia da divulgação de seu "Testemunho de Paz", a CNBB encaminhava ao Ministério da Justiça um relatório do bispo dom Estêvão Cardoso Avelar, da prelaia de Marabá, sobre a "prisão e maus tratos" sofridos por um padre e uma freira da cidade de Palestina e por um rapaz que os acompanhava.

Os dois religiosos — foi apurado mais tarde — foram confundidos com um casal de terroristas que agia naquela região.

Em seu relatório, dom Estêvão acusa um certo "tenente Alfredo" que, comandando um destacamento do Exército, teria prendido o padre. Durante a inquirição, diz o relatório, o tenente o chamava de "safadinho", ao mesmo tempo que lhe aplicava "pontapés e socos no peito, no estômago, nas costas e sobretudo na cabeça". "Por fim", prossegue dom Estêvão, "os três presos foram amarrados com as mãos atrás das costas e uma corda no pescoço. Ao menor mo-

21. Juni 1972

vimento corriam o risco de ser estragados."

Foram então levados para Araguatins, onde, depois de três dias de detenção, tudo ficou esclarecido. "No dia 6", conclui o relatório, "o major Odon convidou o bispo e os padres para almoçar, com muita delicadeza, e pediu ao bispo que não levasse em conta os maus tratos impostos ao padre e à freira, pois o tenente Alfredo havia passado uma semana muito difícil na mata (referindo-se às preocupações do Exército com os guerrilheiros que estariam atuando na região), estando cansado e, certamente, muito nervoso."

O bem-estar da alma — De cunho bem mais ameno são as "Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia". Durante uma semana, tempo que durou o IV Encontro Pastoral da Amazônia, em Santarém, Pará, a mais antiga prelaia do Brasil, bispos e padres da Regional Norte da CNBB planejaram a sua maior e mais organizada ofensiva pela conquista espiritual da região. O documento fala de quatro "prioridades pastorais", começando pela formação de seus agentes — a cabeça de ponte que deverá levar a Igreja aos índios e aos operários das estradas. Escolhidos de preferência entre a população amazônica, esses agentes terão treinamento prático e teórico, abrangendo conhecimentos de teologia, catequese, Bíblia, liturgia, antropologia, sociologia, desenvolvimento de comunidade, psicologia, pedagogia e liderança.

A criação de "comunidades cristãs de base", núcleos de vivência prática do cristianismo, aparece como a segunda prioridade. A pastoral indígena será uma terceira preocupação. Por fim, os "trabalhadores das estradas" e "outras frentes pioneiras" deverão ter assistência moral e espiritual da Igreja.

A filosofia do documento é simples e clara. Embora reconheçam na abertura de novos caminhos pela floresta os fatores que poderão levar à libertação do homem amazônico, os bispos também vêem perigos, como "as antigas e novas marginalizações, as estruturas inadequadas, importadas ou opressivas, desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem, a violação de direitos básicos, como a posse da terra".

Esse envolvimento da CNBB em campos tão vastos e variados é responsável pelas mais pesadas críticas que a organização vem recebendo. Para muitos de seus acusadores, ela deve cuidar apenas do bem-estar da alma. Exatamente por isso, ao divulgar seus documentos, a CNBB procurou justificar de forma exaustiva a sua atitude. No documento da Pastoral da Amazônia ela declara: "A Igreja tem o direito de se pronunciar perante tudo aquilo que de algum modo atinja a dignidade e a liberdade da pessoa humana".

VEJA

RELIGIÃO**Pecados rurais**

"A Igreja é a consciência do mundo", costumam dizer os bispos católicos. Fiel a essa missão, a Igreja do Paraná esforçou-se nas duas últimas semanas em perturbar o sono muitas vezes tranqüilo dos pecadores — categoria na qual ela já havia enquadrado, há algumas semanas, num documento que chamou de "Diretrizes da Igreja aos Motoristas", as pessoas que dirigem perigosamente seus carros (VEJA n.º 200, de 5-7-72).

Divulgadas oficialmente no dia 25 de julho, festa de São Cristóvão, essas diretrizes trouxeram como novidade a formulação de uma "Teologia do Automóvel": "O homem tem obrigação moral de tornar o carro um instrumento de santificação pessoal e de amor ao próximo. Santifica-se o carro usando-o dentro das medidas de prudência e de justiça: respeitando o pedestre, que é seu irmão, obedecendo serenamente aos sinais de trânsito e colocando um freio à sua liberdade, onde começam os direitos do outro".

O homem do campo — Como parte da consciência universal, entretanto, a Igreja paranaense não se restringiu aos limites urbanos. Na semana passada, reunidas durante três dias no casarão amarelo usado para retiros, no Mossunguê, um subúrbio de Curitiba, quarenta pessoas (catorze bispos vindos de todo o Estado, coordenadores diocesanos de pastoral, cursilhistas, casais do Movimento Familiar Cristão e uma freira) falaram dos pecados contra o homem rural. No anteprojeto do III Plano de Pastoral Orgânica do Paraná, a ser posto em prática no biênio 1973-74, os bispos dizem que "a economia vai bem, mas o homem do campo e aquele que emigra para as grandes cidades estão ainda muito desamparados... Não têm garantia de preço, sofrem nas mãos dos atravessadores, são vítimas do analfabetismo e do subemprego". O documento denuncia ainda "os vícios na forma de pagamento que impedem o agricultor de sair da situação infra-humana" e o desamparo dos velhos e crianças. Para o arcebispo de Londrina, dom Geraldo Fernandes, que exerce também a profissão de advogado, a primeira causa da infelicidade do homem paranaense é sua própria incapacidade de se promover, pois "seu nível de educação é baixo".

O limite da consciência — No começo de setembro serão publicados os resultados dos três dias de discussões no retiro de Mossunguê. Não se sabe se eles trarão sugestões concretas de como



Dom Geraldo: hora de denúncia

melhorar as condições de vida no campo. Sendo a Igreja "consciência do mundo", dom Geraldo acha que sua missão é "denunciar a injustiça, pois ela não pode contentar-se apenas em salvar as almas". Mas a Igreja "não vai se meter na resolução dos problemas da agricultura".

Nesse ponto as opiniões divergem. No encontro preparatório à assembléia de Mossunguê, realizado em Londrina, a equipe coordenada por dom José Joaquim Gonçalves, bispo auxiliar de Curitiba, firmava posição mais objetiva: identificar situações injustas não basta; é preciso encaminhar soluções. Mas essa atitude sempre acaba sendo interpretada por muita gente como uma intromissão da Igreja em assuntos que não lhe competem. Assim, o que os bispos paranaenses poderão fazer efetivamente em favor do homem do campo não deverá ir além de um trabalho de promoção humana, dentro dos padrões seguidos pela maioria dos bispos brasileiros. Mesmo porque a própria Igreja no Paraná se ressentia de sérias dificuldades: em Mossunguê, entre amenos intervalos regados a batidas de limão e maracujá, os delegados discutiam também formas de enfrentar as dificuldades financeiras, a falta de dirigentes leigos e a crise de vocações para o sacerdócio.

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
	2 - 11 - 72	

78 2-11-72 7

CNBB faz declaração sobre aborto

A questão do aborto, "uma questão espinhosa e importante", será vista com mais clareza, segundo nota distribuída ontem pela CNBB, a partir do Dia Nacional da Família (8 de dezembro), quando será lançado um livro contendo as declarações coletivas de bispos de 17 países.

"Esta publicação ajudará, segundo esperamos, nossa missão de defender os planos de Deus e de emprestar uma voz aos que não podem falar: os nascituros" — diz a CNBB, na apresentação, explicando que, diante das discussões que a respeito agitam hoje o país, se faz "útil e necessário colocar ao alcance do povo brasileiro a doutrina do magistério da Igreja."

Com pouco mais de 100 páginas — os originais já foram entregues para composição — o livro, além de se compor dos pronunciamentos de 17 das 95 conferências episcopais do mundo, terá sua consulta facilitada por um índice remissivo das matérias relacionadas com o aborto. A presidência da CNBB e a sua comissão pastoral — que assinam a apresentação — classificam de "convergentes e complementares" as declarações manifestadas pelo magistério episcopal do mundo católico.



Dom Avelar, dom Aloísio e dom Ivo: discrição e precaução

A Igreja nas entrelinhas

Para quem esperava declarações retumbantes em favor dos direitos humanos, denúncias de violências policiais contra padres e freiras, definições políticas, a condenação à "Sociedade Tradição, Família e Propriedade" ou até mesmo, quem sabe, o pedido de excomunhão do pensador (agora rebelde?) Gustavo Corção, a XIII Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não disse nada.

Num comunicado quase lacônico sobre as suas conclusões, e ainda assim escrito em linguagem excepcionalmente cautelosa em relação a pronunciamentos de encontros anteriores, os bispos brasileiros preferiram falar da "dimensão comunitária da Igreja Particular", tema central de seu encontro. E apenas num pequeno tópico de seu documento anunciaram sua preocupação pela "marginalização em que ainda vive a grande parcela de nossos irmãos" e pediram que o "desenvolvimento econômico seja acompanhado bem de perto pelo indispensável crescimento social".

O presidente da Conferência, dom Aloísio Lorscheiter, o secretário-geral (e seu primo), dom Ivo Lorscheiter, e o novo cardeal, dom Avelar Brandão, primaz do Brasil, na entrevista coletiva que encerrou a Assembléia, chegaram mesmo a definir o comunicado como um documento leve, de última hora e sem maiores pretensões. "Foram tantos os assuntos tratados", justificou dom Ivo, "que seria difícil aprofundar sobre eles, para formular aquilo que se chamaria de Documento da Assembléia".

Perguntas embaraçosas — Muitos bispos, em todo caso, gostariam de ser mais incisivos, diretos. E pelo menos cinco deles (dom Pedro Casaldáliga, da pre-

lazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso; dom Tomás Balduino, de Goiás Velho, Goiás; dom Cândido Padim, de Bauru, São Paulo; dom Estêvão Avelar, de Marabá, Pará; e dom Antônio Frago, de Crateús, Ceará), poucas horas depois de encerrada a Assembléia, tiveram a oportunidade da livre expressão.

No auditório do TUCA (Teatro da Universidade Católica de São Paulo), durante um debate que os diretórios acadêmicos da PUC promoveram sobre "A Realidade Brasileira", eles denunciaram "a violência policial contra padres e freiras" de suas prelazias ou dioceses, lamentaram o "genocídio de índios" e criticaram "a omissão do governo diante do estado de miséria existente em muitas regiões da Amazônia e do nordeste".

Como um elemento moderador do grupo esteve presente ao debate dom Lucas Moreira Neves, conhecido por sua habilidade diplomática e responsável pelas comunicações sociais na CNBB. Num determinado momento, ele chegou a colocar sua cabeça entre as mãos, como se estivesse suplicando mais discrição e prudência aos seus colegas.



Dom Pedro

Nas entrelinhas —

Dom Pedro Casaldáliga, particularmente, não escondeu sua decepção pelo fato de "a Assembléia ter cometido o pecado da autocensura... em busca de um melhor esquema de prudência". E acrescentou que essa atitude serviu para "desmistificar a CNBB como

órgão de solução de problemas". A Ângela Ziroldo, de VEJA, dom Pedro disse que ninguém deve esperar que a organização resolva sumariamente todos os problemas da Igreja Católica no país. A vitalidade da Igreja, pensa ele, "se demonstra no trabalho diário", entre uma Assembléia e outra: "Não se pode pretender de quase trezentas pessoas reunidas decisões e compromissos agudos ou muito engajamento com a realidade. Na medida, entretanto, em que for vivida a realidade da Igreja Particular, nos limites de uma diocese ou paróquia, o compromisso cristão com a realidade local concreta acaba se revelando, e vai até as últimas conseqüências".

Pessoalmente dom Avelar Brandão garantiu que a "Igreja brasileira irá lutar, pacificamente, pelos direitos humanos". Como executar tal missão, contudo, a CNBB ainda não sabe. "Não se pode fazer um planejamento", explica dom Ivo, "já que de minuto a minuto surgem situações emergentes". E até mesmo problemas inesperados, que justifiquem a posição precavida que a CNBB adotou. Afinal, como sugeriu sabiamente dom Avelar, "qualquer pessoa medianamente inteligente entenderá o sentido que está expresso no documento oficial da Assembléia".

O dissidente

Cerca de quarenta bispos deixaram de comparecer à XIII Assembléia da CNBB. No entanto, nenhuma ausência foi tão comentada, pelo menos entre os jornalistas, como a de dom Antônio de Castro Mayer — atribuída às divergências surgidas antes da Assembléia entre o bispo de Campos, Estado do Rio, e o resto do episcopado, sobre os Cursilhos de Cristandade. Dom Castro Mayer é contra os Cursilhos (veja sua entrevista na página 54), um movimento aprovado pela CNBB, e escreveu uma pastoral denunciando a infiltração de "idéias marxistas" entre os cursilhistas.

Para os bispos participantes da Assembléia, porém, o não comparecimento de dom Castro Mayer ao encontro não causou surpresa — isso ocorria pela 13.ª vez. Na longa caminhada em busca da unidade total iniciada pelos bispos em 1952, dom Castro Mayer vem trilhando solitariamente um caminho à margem da estrada escolhida por seus colegas.

O bispo de Campos, de 69 anos, não aceita, por exemplo, as reformas litúrgicas nem as experiências pastorais recomendadas pela CNBB. Em sua diocese, até hoje, as missas são realizadas em latim e os padres estão proibidos de andarem sem batina. Suas convicções rígidas combinam com sua aparência magra e severa, quase carrancuda. Nascido em Campinas, São Paulo, doutorado em sagrada teologia na Universidade Gregoria-

na de Roma, mesmo seus críticos respeitavam sua cultura religiosa.

Fidelidade à TFP — Por causa das simpatias de dom Castro Mayer, Campos é também o QG da "Tradição Família e Propriedade", TFP, fundada em 1960 e desde então envolvida numa cruzada contra o comunismo e a favor da manutenção da Igreja nos moldes vigentes na Idade Média. Dom Castro Mayer admira e apóia os princípios da TFP. E sua amizade pelo líder da entidade, Plínio Correia de Oliveira (Dominus Plinius para seus comandados), vem desde a década de 30, quando dom Castro Mayer, padre, lecionava no Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo.

Plínio Correia de Oliveira era um membro da Congregação Mariana, numa época em que essa associação havia atingido o apogeu, realizando retiros de até 10 000 participantes. Em 1940, a



Dom Castro Mayer: isolado

Razões do bispo contra os cursilhos

Nesta entrevista concedida com exclusividade a VEJA, dom Castro Mayer esclarece por que escreveu sua pastoral contra os Cursilhos. Das treze perguntas que lhe foram feitas por escrito e enviadas através do Serviço de Imprensa da TFP em São Paulo, o bispo de Campos respondeu a três.

VEJA — O que o levou a publicar uma Carta Pastoral sobre "Cursilhos de Cristandade"?

DOM MAYER — Grande número de meus diocesanos, sacerdotes e leigos, pediram-me instantaneamente orientação sobre os Cursilhos. Visei a atender a esses pedidos, cumprindo assim uma obrigação de meu múnus pastoral.

VEJA — Quais os "erros básicos" que V. Excia. aponta no movimento cursilhista?

DOM MAYER — Faço preliminarmente uma ressalva. Não julgo que os erros do movimento sejam abraçados por todos os cursilhistas, entre os quais há certamente pessoas de boa orientação doutrinária. Também não os atribuo a todos os tríduos, isto é, a todos os pequenos cursos de três dias que os Cursilhos promovem. Observação análoga faço quanto às simpatias pelo marxismo e suas teses, que se notam em certos meios cursilhistas. Dentre as concepções perigosas ou errôneas que existem no movimento, assinalo:

- um desvio antropocêntrico na maneira por que é encarada a ordem sobrenatural e a finalidade da vida na Terra. Daí decorre uma valorização

exagerada do bem do homem, em detrimento de seu fim último, a glória de Deus;

- uma concepção "vivencial" da fé e da conversão, em que se minimaliza o papel da inteligência e se exalta indevidamente o das emoções e sensações;

- no campo moral, uma tendência à minimalização do pecado e da necessidade de vigilância na vida espiritual;

- uma tendência igualitária em relação à estrutura hierárquica da Igreja e da sociedade civil. A mesma tendência igualitária se reflete no tratamento pouco respeitoso e proletarianizante dado a Nosso Senhor Jesus Cristo nos Cursilhos do Brasil. Assim, por exemplo, é Ele chamado de "Você", "Chefe", e é mesmo, numa publicação oficial do movimento, descrito sob os traços de um "hippie";

- no campo sócio-econômico, a simpatia de certos meios cursilhistas para com o marxismo, e mesmo a adesão clara a teses marxistas.

Quanto aos documentos, apresento em minha Pastoral mais de cinqüenta, que mostram haver no movimento tendências passíveis de censura. Foram todos eles extraídos de publicações cursilhistas. Aponto, por exemplo, o órgão cursilhista da Venezuela "Trípode", que publicou vários artigos de clara orientação esquerdista, como "En qué coinciden marxistas y cristianos?". A publicação oficial dos Cursilhos do Brasil, "Alavanca", em seu n.º 65, recomenda a obra "A Fé no Evangelho" — que contém vários conceitos censuráveis —, do padre belga Joseph Comblin, tristemente renomado no Brasil por seu programa subversivo para a América Latina. E em seu n.º 57 apresenta elogiosamente o livro "Um Diálogo, um Horizonte", o qual declara devermos aceitar a seguinte posição: "Em política já

Ação Católica, de tendências renovadoras, começou a crescer e dom Castro Mayer foi nomeado seu assistente espiritual. Mas como se mantinha fiel a idéias conservadoras que compartilhava com Oliveira, logo indispôs-se com o então arcebispo de São Paulo, dom Carmelo de Vasconcelos Mota, um tusiasta da Ação Católica. Em 1948 para Campos, como bispo coadjutor no ano seguinte assumia a direção da diocese. Para alguns, teria sido um caso típico de "promoveatur ad removeatur" — promovido para ser removido.

Até dois anos atrás, dom Castro Mayer não estava tão só dentro do episcopado. Havia dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina e grande defensor da TFP. Dom Geraldo, porém, optou pela CNBB. E dom Castro Mayer, que sempre condenou o que chamara de os dissidentes da Igreja, pôde ter-se tornado o único deles na CNBB.

não ensinamos que o comunismo é mau". Aliás, "Alavanca" transcreve precisamente esse trecho da referida obra.

VEJA — Tais documentos foram editados ou distribuídos no Brasil?

DOM MAYER — De fato, poderia-se objetar, contra minha Pastoral, que as concepções perigosas ou errôneas só existem nos Cursilhos de outros países. Esta objeção não leva em conta que o movimento promove grande intercâmbio de publicações entre diversos países, e organiza freqüentes encontros internacionais. Com isso, é normal que haja uma intensa circulação de idéias em todo o movimento, de onde a facilidade com que penetraram no Brasil os erros existentes em publicações cursilhistas estrangeiras. Independentemente disso, observo que dos documentos cursilhistas indicativos de tendências passíveis de censura que citei em minha Pastoral, dezenove são editados no Brasil. Quanto à possibilidade de se entender em sentido ortodoxo os textos cursilhistas que aponto como censuráveis, não creio que se possa dar uma interpretação aceitável em termos de doutrina católica, a conceitos como este: "Em política já não ensinamos mais que o comunismo é mau". Ou este: "Mudanças estruturais na América Latina devem ser rápidas, urgentes, totais", como aparece em "Trípode", julho de 1971. Ou ainda o seguinte: "Cumpra-se a transformação com tino, mesura e sem violência às transformações mais radicais, até que seja realidade o destino comum dos bons", como diz S. Gayá Riera ("Reflexões para Cursilhistas de Cristandade"). E também não vejo como poderia alguém sustentar que essas frases versam sobre questões "abertas" na doutrina católica.

RELIGIÃO

Parábola da CNBB

Um caminhão de circo rodava pela estrada poeirenta, quando encontrou uma árvore caída bloqueando o caminho. Diante do obstáculo, o domador começou a exercitar seu chicote, o atirador de facas o seu punhal e o mágico apenas rezou.

E, como o tronco continuasse lá, o mestre de cerimônias, de fraque e cartola, aproveitou para tentar vender as folhas, enquanto o intelectual do circo (o circo tinha um intelectual) sentou-se sobre os galhos para escrever a história da árvore. O casal de bailarinos aproveitou-se da sombra para namorar. Apenas o menino do circo, frágil dentro de sua túnica branca, dispôs-se a remover a árvore tentando erguê-la. Mas seus ombros sangraram, só então todos resolveram ajudá-lo — e retiraram facilmente o obstáculo para deixar o circo prosseguir.

Essa parábola está sendo contada, num minifilme exibido em todos os canais de televisão e nos cinemas, como parte da Campanha da Fraternidade, recentemente lançada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o slogan: "O egoísmo escraviza, o amor liberta". Um amplo material constituído de discos compactos, livretos de programas litúrgicos especiais, cartazes e sugestões de textos para anúncios em rádios está sendo dis-

tribuído às igrejas e aos meios de comunicação.

"Símbolos" — Segundo um texto explicativo distribuído pela CNBB, o minifilme tem "personagens-símbolos", com a finalidade de resumir a mensagem da Campanha. Assim, de acordo com seus idealizadores, o domador aparece para representar "a violência na sua forma mais primária" e o atirador de facas "a violência requintada, científica, como as guerras sujas".

O intelectual, diz o texto explicativo, está no filme para simbolizar "a irresponsabilidade dos responsáveis pela opinião pública", os intelectuais "da cultura pela cultura, na sua de veraneio e de uísque". O mágico, segundo a explicação da CNBB, é a encarnação das "soluções religiosas deturpadas, atrasadas, desevangelizadoras". O casal de bailarinos, finalmente, seria a "parcela da juventude que parou na sua fossa de curtição egoísta, sentada na grama das drogas alucinantes enquanto os problemas se acumulam à sua volta". Os responsáveis pela campanha frisam que nenhum dos personagens se move para remover a árvore caída, "símbolo do desamor". Só o menino, "espírito de fraternidade cristã".

A própria CNBB não espera que o público consiga ver tanta coisa no filme da campanha. Aparentemente, os bispos imitam as parábolas de Cristo, proposi-

tadamente herméticas e inteligíveis apenas pelos que se dispuserem a um esforço de reflexão. O objetivo, assim, é "deixar muitas perguntas no ar". E os bispos desejam que os que assistirem ao filme meditem pelo menos sobre uma, que consideram fundamental: "Quando o galho tombado obstrui o caminho, o que você faz?"

Os intérpretes — O minifilme foi realizado pela Jodaf Produções Cinematográficas. Seu diretor, João Daniel Tikhomiroff teve algum trabalho em selecionar personagens com expressões exigidas pelo roteiro. Ele foi buscar em circos de verdade o "domador", o "atirador de facas" e o "homem de fraque e cartola". Este último personagem é interpretado por Fred, palhaço que por muito tempo trabalhou com Carequinha, formando uma dupla muito conhecida na televisão. O "mágico", Marco Antônio Cury, já fazia teatro, e o menino José Alencar, de nove anos de idade, participou de outros filmes para a Jodaf. Apenas Rogério Rossini, o "intelectual", músico na vida real, nunca trabalhara como ator.

O padre Irineu Bervian, encarregado da divulgação da Campanha juntamente com o padre Alfredo Novak, acha que "o filme ainda vai dar o que falar, porque não será rapidamente compreendido". Na sua opinião, talvez tanto quanto o cartaz do Cristo com gravata, distribuído na campanha do ano passado e causa de farta polêmica nos meios religiosos e leigos.



A árvore caída: começa a parábola



A solução? O velho vende folhas



A fórmula mágica: o místico reza



A faca: "A violência científica"



O sacrifício do menino, a solução



O exemplo seguido e o final feliz

FOTOS DE DIE LUFT

RELIGIÃO

Ação na Amazônia

Os participantes da ocupação da Amazônia, surpreendidos pelas dificuldades que a região escondia, vão se adaptando. As construtoras, logo no início das obras na Transamazônica, tiveram de resolver os problemas de doenças pouco comuns no centro-sul e no nordeste. Em diversas ocasiões, apressaram-se em convocar sanitaristas, aos quais entregavam a tarefa de descobrir a origem de surtos que impediam o trabalho normal em vários acampamentos. Recentemente, os órgãos governamentais resolveram modificar sua política de colonização.



Dom Alberto: um apelo à união

Entre os erros a corrigir, reconheceu-se até que houve rurópolis e agrópolis planejadas para terrenos irremediavelmente estéreis.

Agora, a Igreja Católica também reformula seu planejamento pastoral. Dois anos atrás, em Santarém, os bispos do Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima elaboraram um plano de ação. Durante a segunda quinzena de maio, voltaram a se reunir, decidindo-se por um contato mais próximo e constante junto aos antigos e novos habitantes da Amazônia. Para dom Alberto Gaudêncio Ramos, arcebispo de Belém, essa providência se torna especialmente necessária "nesta fase de mudanças aceleradas que apresenta, como características principais, situações de angústias e desequilíbrios que se constituem em verdadeiras injustiças".

O panorama apresentado pelas "conclusões finais" deste encontro dos prelados amazônicos, resumido em nota divulgada por dom Alberto, deixa claro que também a Igreja ainda tem muitos trabalhos na região. O custo de vida, a

falta de recursos do povo, a cessão de terras a grandes empresas, com prejuízos para os pequenos lavradores — são algumas das causas apontadas para o crescimento da delinquência, da prostituição, da doença, da pobreza e outras insatisfações observadas em quase todas as paróquias. As estradas, frequentemente interrompidas durante os longos períodos de chuva, deixam os colonos isolados. Também surgem desentendimentos causados pelo choque de culturas dos imigrantes de variadas procedências.

Evidentemente, os bispos não se limitam a enumerar desacertos. E a nota de dom Alberto, aliás, nem mesmo insinua um tom de denúncia. Como ele próprio diz, os bispos da região descrevem situações e acreditam que esta seja uma forma de unir "todas as forças construtoras do bem (...), fazendo votos que encontremos juntos e busquemos soluções adequadas para estes problemas".

Revisão espanhola

Geralmente bem sucedido nas negociações que vem desenvolvendo com os países comunistas, nos últimos anos, o secretário do Conselho do Vaticano para Assuntos Públicos, monsenhor Agostino Casaroli, consegue agora bom resultado num dos mais complicados redutos do pensamento conservador, a Espanha. Mas, apesar de todos os desencontros recentes entre a Igreja e o governo espanhol, esta pode ser considerada uma vitória fácil para um diplomata da habilidade de Casaroli. No caso, as duas partes estavam interessadas na mesma decisão de rever os termos da concordata assinada em 1953, tida hoje como ultrapassada.

Para a Igreja espanhola, entretanto, a revisão poderá representar, de certa forma, uma libertação. A condição de igreja oficial, estabelecida na concordata, garantia-lhe certas regalias materiais, como a isenção tributária. Ao mesmo tempo, porém, reservava ao governo o direito — exercido pessoalmente pelo generalíssimo Franco — de designar os bispos sempre que houvesse uma vaga. Até agora, as autoridades eclesásticas do país só conseguiam escapar dessa imposição através de um ardil: os nomes mais expressivos eram indicados para bispos-auxiliares, de modo que influenciasses os titulares escolhidos entre os fiéis seguidores do franquismo. Quanto ao governo, ciente dessa manobra, já em diversas ocasiões manifestara a disposição de renunciar de uma prerrogativa cada vez menos eficaz.

Na nota conjunta que divulgaram, na quarta-feira da semana passada, Casaroli e o chanceler espanhol, Pedro Cor-

tina, deixaram evidente o mútuo interesse em "proceder a atualização da concordata". E no momento, afirmam ainda, "existem condições ideais para o início objetivo da fase operativa de negociações".

Novas cortesias

Vestido de acordo com o novo hábito dos padres católicos — calças e paletó pretos, colarinho branco —, dom José Newton de Almeida Batista, arcebispo de Brasília, chegou ao Palácio do Planalto às 11 da manhã de quarta-feira passada. Do elevador, caminhou diretamente para o gabinete presidencial, onde respeitosa agentes de segurança lhe indicaram a ante-sala de espera. Pouco depois seria recebido pelo presidente Ernesto Geisel.

Ao final do encontro de 15 minutos, as declarações de dom José Newton confirmavam as impressões de que progredem os esforços para um melhor entendimento entre Igreja e Estado no Brasil. Trocas de cortesias, pouco comuns nos últimos anos, já se registraram, quando cinco cardeais compareceram à posse de Geisel e quando este, aparentemente em retribuição, assistiu à inauguração da nova sede da nunciatura, um mês atrás. E a visita da semana passada era mais um sinal claro de boa vontade. "As relações entre Igreja e Estado vão muito bem, eu pessoalmente sinto assim", disse o arcebispo. E propôs uma comparação com uma viagem aérea: "Por vezes o avião sofre um ligeiro declínio, mas depois vai mais alto, sempre sem perigo de se cancelar o voo". Mais explicitamente, acrescentou que a curva das relações entre clero e Estado sofre oscilações históricas, "dependendo das circunstâncias. Mas, no Brasil, o diálogo sempre foi alto".

Algumas vezes, porém, a troca de idéias não foi assim tão elevada. A história do Brasil, aliás, registra momentos diversos de tensões e atritos, como as disputas entre a maçonaria (solidamente apoiada por autoridades) e alguns bispos, no período imperial. As reconciliações, de qualquer modo, sempre existiram. Tanto que, enquanto manifestava seu entusiasmo aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, dom José Newton foi interrompido pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. Embora se afastassem, os dois conversaram animados. Falcão apresentou-lhe o filho mais velho e, ao se despedirem, fez uma brincadeira, referindo-se aos jornalistas: "Dom José Newton, com o senhor as feras estão bem acompanhadas". Sobre a visita, em si, o arcebispo esclareceu que se trata de uma delicadeza já feita com outros presidentes: "Eu não vim trazer problemas e, sim, cumprimentos".

ESP MAR 1 1975

CNBB leva apelo a Geisel de anistia a presos políticos

Da Sucursal do RIO

Um memorial solicitando a concessão de anistia aos presos políticos, contendo 90 assinaturas, foi entregue, quarta-feira em Brasília, ao chefe da Casa Civil da Presidência, general Golbery do Couto e Silva, por d. Aloísio Lorscheider, seu encontro com o presidente Geisel como "uma visita de pura e simples cortesia, onde nada foi reivindicado". Os bispos frisaram que transmitiram ao presidente da República o desejo de CNBB em colaborar com o governo federal, "pois a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que vai fazer 25 anos de existência, tem como uma de suas finalidades o bom entendimento entre a Igreja e o Estado, como há muitos pontos comuns de interesse entre as duas partes, como o ensino e a família".

A informação foi divulgada ontem, durante entrevista coletiva na CNBB concedida por d. Geraldo Fernandes e d. Ivo Lorscheider. D. Aloísio, que se encontrava em Brasília, foi representado no encontro pelo arcebispo de Teresina, dr. José Freire Falcão.

O secretário-geral da CNBB acrescentou que nenhuma resposta foi dada ao memorial pelo general Golbery, reconhecendo ainda que, no encontro com o chefe da Casa Civil, os bispos tiveram dificuldade de conceituar exatamente o que fosse um preso político.

Reconhecendo que há presos políticos "que realmente empunharam armas e chegaram a matar", d. Geraldo Fernandes explicou seu conceito sobre o problema: "O preso político que eu gostaria de entender como tal seria aquele que está preso por seu pensamento ou sua forma de palavras, contrários à ordem vigente".

Explicando o que a Igreja Católica estava fazendo em favor dos detidos políticos, d. Geraldo explicou que, dentro do espírito do Ano Santo, "e à luz das palavras do papa, a CNBB entrou em contato com o governo federal". Além disso, a entidade acolheu todos os pedidos de famílias de presos políticos, conseguindo chegar aos últimos escalões do governo.

Durante o encontro com o chefe da Casa Civil, segundo o vice-presidente da CNBB, o general Golbery do Couto e Silva manifestou interesse pelo caso dos presos políticos, frisando que o governo quer

que não haja mais esse tipo de problema. Golbery prometeu também que todas as prisões serão comunicadas aos parentes e às famílias, embora algumas vezes, por força das investigações, seu local de detenção não seja revelado.

ENCONTRO

D. Geraldo e d. Ivo definiram seu encontro com o presidente Geisel como "uma visita de pura e simples cortesia, onde nada foi reivindicado". Os bispos frisaram que transmitiram ao presidente da República o desejo de CNBB em colaborar com o governo federal, "pois a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que vai fazer 25 anos de existência, tem como uma de suas finalidades o bom entendimento entre a Igreja e o Estado, como há muitos pontos comuns de interesse entre as duas partes, como o ensino e a família".

Diante das perguntas para que falasse mais minuciosamente sobre o encontro com o presidente Ernesto Geisel, d. Geraldo Fernandes disse que "conversamos longamente durante um encontro informal". E acrescentou: "Está tudo contido no boletim semanal de notícias que os senhores recebem".

No boletim, há a informação de que, na reunião com o presidente da República, os dirigentes da CNBB "explicitaram os propósitos e aspirações da Igreja que pretende ser um fator construtivo na caminhada do povo brasileiro, numa linha de autonomia e fidelidade à sua missão específica integral. O presidente Geisel manifestou entender tal manifestação e solicitou a compreensão da Igreja e o auxílio de orações pelo esforço de seu governo".

Comentando o encontro com o ministro da Justiça, d. Geraldo Fernandes confirmou que foram tratados assuntos relativos aos direitos humanos, além de ter sido entregue a Falcão um estudo sobre o problema carcerário nacional. "Conversamos — frisou — sobre muitas coisas como, por exemplo, o problema dos tóxicos. E o problema do divórcio, que é um ponto importante dos direitos humanos e que muita gente esquece".

ESP MAR 9 1975

Bispos levam a Golbery pedido de anistia geral

Das Sucursais

Memorial solicitando a concessão de anistia aos presos políticos, contendo 90 assinaturas, foi entregue, em Brasília, ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, por dom Aloísio Lorscheider, dom Geraldo Fernandes e dom Ivo Lorscheider, respectivamente, presidente, vice-presidente e secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, segundo revelou o boletim "Eclesia", da Arquidiocese.

O secretário-geral da CNBB, em entrevista coletiva, informou que nenhuma resposta foi dada ao memorial pelo general Golbery, reconhecendo ainda que, no encontro com o chefe da Casa Civil, os bispos tiveram dificuldade de conceituar exatamente o que fosse um preso político. Reconhecendo que há presos políticos que "realmente empunharam armas e chegaram a matar", dom Geraldo Fernandes explicou seu conceito sobre o problema: "O preso político que eu gostaria de entender como tal seria aquele que está preso por seu pensamento ou sua forma de palavras, contrários à ordem vigente".

Segundo o vice-presidente da CNBB, o general Golbery manifestou interesse pelo caso dos presos políticos, frisando que o governo quer que não haja mais esse tipo de problema. Golbery prometeu também que todas as prisões serão comunicadas aos parentes e às famílias, embora algumas vezes, por força das investigações, seu local de detenção não seja revelado.

Em extensa carta enviada ao secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Ivo Lorscheider, quatro presos políticos que cumprem pena na Penitenciária Lemcs Brito, em Salvador, pedem que a Igreja interceda, com mais energia, junto ao governo, em favor dos presos políticos brasileiros em geral.

Depois de rápida análise da realidade brasileira atual, os detentos lembram o espírito de fraternidade que caracteriza o atual Ano Santo, em que o Papa Paulo VI pediu aos governos do mundo que concedessem anistia para os presos políticos particularmente na Espanha, no Chile e no Brasil, países tradicionalmente católicos.

Os presos aludem "ao obstinado silêncio" da igreja católica em relação ao pedido do Papa Paulo VI, manifestam sua perplexidade diante do fato e solicitam que "reconsiderem a posição que está sendo assumida pela Igreja".

Acrescentam os detentos que "scenos torturados na fase do inquérito policial-militar, condenados a penas altíssimas pela chamada Justiça Militar e sofremos todo tipo de arbitrariedades por parte das autoridades carcerárias. Todos esses fatores provocaram (e provocam) lutas que vão de simples representações às auditorias militares — quase sempre sem efeito — a greves de fome. Poucos foram as vezes que se levantaram em defesa dos presos políticos, algumas por omissão, outras por imposição da censura, como é o caso da imprensa".

A carta é assinada pelos presos Theodorino Romeiro dos Santos, Arthur Geraldo Bonfim de Paula, Edwal Araújo Xavier e Paulo Santos da Silva. Theodorino, que encabeça a lista, condenado à morte pela Justiça Militar pelo assassinio do sargento Valter Xavier de Lima, em 1959, na Bahia, foi posteriormente beneficiado pelo STM, que transformou a pena em prisão perpétua, e antecorrem o STF converteu sua pena a 30 anos.

JB

MAR 21 1975

CONT

ESP

MAR 19 1975

3) a ampliação do grupo dos dependentes a ser beneficiado pela Previdência Social;

4) Novas formas de amparo à mão-de-obra feminina;

5) Aperfeiçoamento dos mecanismos securitários e assistenciais, no que tange, por exemplo, às aposentadorias, cujo nível ainda independe da existência e do vulto dos compromissos do segurado com a manutenção dos seus familiares.

6) Expansão do serviço social, no setor público e no setor privado, no sentido de levá-lo não só a indigentes avulsos como a famílias mais desfavorecidas;

7) Assistência social à infância subnutrida, mendicante, abandonada e delinqüente;

8) Atenção especial ao problema do desemprego e da colocação dos trabalhadores casados, particularmente daqueles que têm pesadas obrigações familiares, e que por motivo de idade encontram maior dificuldade de emprego;

9) Defesa da capacitação do menor e do seu problema legal.

10) Medidas de incentivo à fixação da família ao solo, através de uma política de autêntica reforma agrária;

11) Incentivo à legislação cooperativa com base familiar;

12) Defesa dos interesses da família no acesso à comunidade escolar;

13) No plano habitacional, deverão ser asseguradas, a todos, condições dignas de moradia, compatíveis com as necessidades impostas pela dimensão e característica de cada família e o exercício de suas funções essenciais;

14) Controle da inflação monetária e correção da iniquidade na repartição das rendas, fatores dos mais erosivos da estabilidade e economia da família."

CNBB

não quer pressão

Da Sucursal de
BRASILIA

A Igreja não deve fazer pressão sobre o Congresso Nacional, e nem o Congresso deve colocar a questão como se fosse uma batalha da Igreja contra o povo. É a posição da CNBB, manifestada por intermédio do arcebispo de Salvador, Dom Avelar Brandão, que ontem concedeu entrevista na qual afirma que "o divórcio poderá vir, a não ser que se encontre uma fórmula sábia a iluminada, e tenho certeza de que nós a encontraremos".

Os bispos estão reunidos em Brasília para debater a questão do divórcio, e como resultado do encontro será elaborado um documento que mostrará a posição da Igreja face a "indissolubilidade do matrimônio". Esse documento será enviado aos membros do Congresso. Os bispos estão divididos em grupos, para estudar o problema. Cada grupo tem um relator que apresentará suas conclusões em plenário. A matéria começou a ser estudada em 23 de fevereiro, quando também foi iniciada a elaboração do documento prévio, que está sendo debatido no encontro episcopal, sujeito a cortes e complementações.

Na entrevista, Dom Avelar afirmou que a Igreja tem um caráter de permanência e suas bases intocáveis, embora responda às perguntas que o tem-

po lhe impõe. O arcebispo de Salvador afirmou ser "absolutamente contra o plebiscito, seja no que tange ao divórcio ou outro problema qualquer, pois nessas oportunidades o problema assume um caráter passional. Além disso, o plebiscito está fora da orientação constitucional vigente, e a Igreja não interessa sugerir algo que vá de encontro à Constituição".

Dom Avelar não apresentou uma alternativa para o divórcio, afirmando apenas que esta é "uma solução simplista, como cortar a cabeça do doente, quando ele está enfermo". O caminho por ele apontado é a instituição de um "eficaz consultório matrimonial, como medida preventiva e terapêutica".

O documento prévio, elaborado a partir de 28 de fevereiro e colocado à disposição dos 33 bispos reunidos em Brasília, guardava até antontem um caráter sigiloso. Com 20 laudas e 119 parágrafos, o documento não traz explicito o termo divórcio. Os bispos preferiram o uso da letra "D" em seu lugar.

Entre outros trechos colocados à reflexão da CNBB, constam os seguintes: "Todas as tentativas de introduzir o D. foram manobras bizantinamente sutis para ampliar os casos de anulação, proclamando-se a sua constitucionalidade. E foram sempre rejeitadas por anti-constitucionais. Desta vez, porém, o jogo é aberto. A contestação à Constituição é frontal. A indiferença do Poder Executivo, as declarações da liderança, no Legislativo, proclamando o D. questão aberta, e deixando às convicções pessoais a decisão. Tudo isso dá a impressão de que a questão do D. é tida pela elite governante como assunto que não tem dimensões ou repercussões que atinjam a nação como nação. Tratar-se-ia de uma grandeza de ordem individual ou pessoal".

JB MAR 21 1975

CNBB fixa posição oficial contra emenda do divórcio

Brasília — "Defendendo a família indissolúvel, não deixaremos de sustentar, com igual energia, a significação da escola livre, do sindicato autônomo, da auto-organização das formas profissionais rurais, dos direitos da inteligência ao exercício da crítica social, ou da expressão das minorias validamente configuradas no contexto da vida social, a abolição total e definitiva das torturas, dos sequestros e das prisões arbitrárias."

A afirmação é da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que ontem divulgou sua posição oficial sobre o divórcio em documento de 16 laudas intitulado — *Em Favor da Família*. O trabalho evita críticas frontais aos poderes constituídos e argumenta que a maioria do povo humilde e simples não está interessada em desfazer família, mas em constituí-la.

PERSONIFICAÇÃO

Ao apresentar ontem à imprensa o documento da CNBB, seu presidente, Dom Aloísio Lorscheider, afirmou que "nossa sociedade está passando por um grande progresso, mas está-se massificando, e a família é o melhor elemento de personificação e defesa contra a massificação."

Observou que a Igreja Católica não está se importando com as consultas de opinião pública que são feitas no Brasil sobre o divórcio, porque "elas são dirigidas."

— Os resultados, manipulados dessa forma, são conhecidos antes mesmo da pesquisa. Nós, da CNBB, estamos há muito tempo pesquisando a família no Brasil, embora nosso trabalho não tenha chegado ao fim.

O secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheider, acrescentou que "o divórcio é um progressismo anacrônico e obsoleto." Disse que nos países socialistas já está havendo um recuo e neles o divórcio tende a desaparecer.

Temos que ter a coragem de reconhecer — prosseguiu — que o problema do brasileiro, no momento, não é o divórcio, mas a assistência à família, a habitação própria, a previdência garantida, a eliminação da miséria e da fome de todos os lares.

— Estamos assistindo a uma mesquinha, isto é, há parlamentares fazendo ruído por um assunto que não é o principal.

A APRESENTAÇÃO

A posição oficial da Igreja está contida em quatro capítulos assim divididos: 1) Introdução (Sentido e Reações da Palavra da Igreja); 2) Aspectos Sócio-Políticos; 3) Aspectos Teológicos-Pastorais, e 4) Tarefas que se impõem para a Promoção da Família.

O documento básico redigido com antecedência pela presidência da CNBB continha 20 laudas, mas o texto final foi apresentado com 16. Entre outros parágrafos, foi subtraído um, apresentado no texto básico, que criticava o Poder Executivo por se colocar indiferente ao debate. Indagado a este respeito, D Ivo Lorscheider afirmou que "o Executivo deve saber a sua responsabilidade."

— Nós só fornecemos o princípio: cada um conhece sua responsabilidade e deve exercê-la dentro de seu âmbito.

No texto original, havia ainda um elogio ao Ministério da Previdência Social, porque muitas de suas iniciativas coincidem com as reivindicações da Igreja Católica. Mas o elogio foi retirado do documento final pois, segundo D Ivo Lorscheider, "seria deselegante ou anti-ético fazer menção a apenas um Ministério."

O DOCUMENTO

Os pontos principais que expressam a posição da Igreja foram assim apresentados:

"A posição da hierarquia da Igreja não pode ser a do silêncio e da omissão.

Não cabe à hierarquia da Igreja impedir a abertura do debate de questões de conteúdo moral vinculadas a valores humanos fundamentais, nem pretende ela encolher-se num processo meramente político. Cabe-lhe no entanto anunciar a fé, que ilumina um sistema de valores sem os quais a atividade política, também ela sujeita às leis morais, não teria condições de prover ao bem comum.

Estamos convencidos de que as propostas de emenda constitucional 04/75 e 05/75 virão afetar gravemente a família brasileira.

A sociedade moderna — continua o documento — se caracteriza por um processo de massificação que reduz a pessoa humana a uma simples função de um imenso mecanismo anônimo. Nesta conjuntura, a família se apresenta como o grande fator de personalização, como o

corpo intermediário no qual cada ser humano tem condições de atingir uma certa plenitude, por se sentir acolhido na sua absoluta singularidade.

A sociedade moderna, cada vez mais pluralista, exige o reconhecimento dos vários grupos intermediários, que enfeixam e preservam os liames específicos da vida do homem e de sua promoção.

É precisamente neste contexto que assume toda sua importância a doutrina das comunidades intermediárias, princípio básico do pensamento social da Igreja. Sua validade é realçada pela falência de substitutivos da família nas tarefas de integração do indivíduo à sociedade. É o que vem demonstrar, por exemplo, o abandono crescente da legislação permissiva na etapa mais recente de consolidação dos sistemas socialistas, forçados a reverem sua doutrina clássica ante a dissolução da família.

AS OUTRAS NAÇÕES

Faria prova de mimetismo cultural pretender trazer o divórcio para o Brasil, com base no fato de que ele já foi adotado pela maioria dos povos ditos civilizados. A instituição generalizada do divórcio não dirime a questão do seu valor ético. As nações não se devem reger por maiorias estatísticas, mas por imperativos mortais.

Ninguém duvida, nem mesmo os divorcistas, que uma lei de divórcio afeta seriamente a estrutura da família. Seria um contrasenso social abalar essa estrutura sobretudo num país, como o Brasil, onde a família, em nível de povo, é muitas vezes a única instituição em condições de desempenhar funções sociais indispensáveis.

POLÍTICA FAMILIAR

No contexto mais amplo das relações e interdependências sociais em que se insere a família, dever-se-ia levar em conta uma série de condições para sua promoção e dignidade, a saber:

1) extensão progressiva do salário-família, vinculado à Previdência Social, a novos setores de beneficiários, entre os quais, especialmente, os trabalhadores rurais e alguns setores de trabalhadores inativos;

2) a melhoria substancial do respectivo benefício sob várias formas alternativas ou acumulativas, implicando a elevação progressiva dos valores do salário-família e sua maior discriminação;

D Baggio foi recebido com abraços no Galeão

16. Juli 1975

Cardeal Baggio chega do Vaticano e abre em Manaus IX Congresso Eucarístico

Desembarcou ontem de manhã, no Galeão, o Cardeal Sebastião Baggio, que vem ao Brasil na qualidade de Legado do Papa Paulo VI para presidir o IX Congresso Eucarístico Nacional, a ser aberto hoje em Manaus. Entre outros que foram recebê-lo, estava o Cardeal Eugênio Sales, em companhia do qual seguiu depois para a residência do Sumaré.

O crescente problema da falta de quadros da Igreja na Amazônia para exercer os ministérios tradicionais e cumprir as normas da Pastoral feita exatamente para a região, assim como a necessidade de "indigenização" desse clero, quase todo estrangeiro, serão as questões centrais dos debates do IX Congresso Eucarístico Nacional.

PALAVRA DO PAPA

Dom Sebastião Baggio trouxe uma mensagem que será lida na abertura do Congresso. Sobre o processo de distensão política no Brasil, disse que "o Papa é muito realista e se mantém informado a respeito dos acontecimentos brasileiros, e conhece bem a situação do país."

CONGRESSO

Manaus — Pela primeira vez, num encontro oficial da Igreja na Amazônia, os leigos poderão, na sessão de encerramento (marcada para domingo, no Estádio Vivaldo Lima), ter um diálogo franco e aberto com os religiosos.

O Congresso contará com a presença da mais alta hierarquia religiosa do país, incluindo quatro cardeais, 72 bispos, além de padres e freiras e 1 mil e 500 leigos. Entre os religiosos, estarão Dom João de Souza Lima, Arcebispo de Manaus; o Prímaz da Bahia, Cardeal Avelar Brandão; e o Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal D Eugênio Sales.

O custo aproximado do Congresso é de Cr\$ 1 milhão, proveniente do Governo estadual (Cr\$ 300 mil), da Conferência Nacional dos Bispos (Cr\$ 150 mil), das paróquias de Manaus (Cr\$ 100 mil), das classes empresariais (Cr\$ 200 mil), e da venda de folhetos e impressos, mais a ajuda individual (Cr\$ 250 mil).

A tarde, Dom Sebastião Baggio deixou o Rio rumo São Paulo, de onde seguirá hoje para Manaus. Junto com o Legado Pa-campanha, instaladas nos colégios, centros sociais e comunitários para os peregrinos. A cruz do altar teve um custo de Cr\$ 28 mil, e Cr\$ 40 mil foram gastos no

Continua



Sebastião Baggio inicia no altar o ritual da sagrada comu-



Grupo de índios tukanos se exhibe para congressistas no E-



Arcebispo de Florianópolis aproveita hora livre para as compras



Bispos preparam relatório do Congresso Eucarístico encerrado em Manaus

Manaus — As soluções para as questões debatidas durante os três dias de realização do IX Congresso Eucarístico Nacional deverão ser divulgadas somente hoje, depois de análise mais profunda da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O Congresso foi encerrado ontem, no Estádio Vivaldo Lima, perante mais de 40 mil pessoas.

Como na abertura, o legado pontifício, D Sebastião Baggio, leu ontem mensagem especial do Papa Paulo VI ao povo brasileiro, que acentua: "A Igreja volta-se para a Amazônia, como todo o dileto povo brasileiro, nesta hora de esperança. Os votos de que Deus onipotente satisfaça essa esperança e vos cumule de seus bens e alegria".

DEBATES

Os temas que mais absorveram a atenção dos congressistas durante os três dias de debates foram a falta de vocações para a renovação dos quadros da Igreja Católica, a ineficiência dos representantes da Igreja nomeados para áreas mais longínquas, a situação de abandono em que vive o homem na periferia das novas estradas de integração nacional e o drama do índio e suas terras invadidas por aventureiros inescrupulosos.

Assim como o relatório das soluções sugeridas para os principais assuntos incluídos no temário do Congresso, o Conselho Nacional dos Bispos também deverá divulgar hoje sua posição sobre a necessidade da mudança dos rituais litúrgicos, considerados "por demais severos" e por isso responsáveis pelo esvaziamento progressivo das igrejas.

ENCERRAMENTO

A cerimônia de encerramento teve início às 17 horas de ontem, com o Estádio lotado e o povo cantando com o coral o Hino do Congresso. Em seguida, o Arcebispo de Manaus, D João de Sousa Lima, proclamou, em nome de Cristo: "O Congresso está terminado, meus filhos, mas deverá continuar em nossas vidas".

Ao final, o Arcebispo de Manaus entregou ao legado, Dom Sebastião Baggio, o cálice do Congresso, para ser levado ao Papa Paulo VI, como "sinal de comunhão com a Igreja Universal".

Vivas a Cristo marcam o desfile de fiéis em apoio ao Congresso Eucarístico

Com velas na mão, cantando e dando vivas a Cristo, empunhando bandeiras e estandartes, cerca de 2 mil pessoas formaram, ontem à tarde, uma procissão pelas ruas mais próximas da igreja de Santana, para se associar ao Congresso Eucarístico Nacional que se encerrava também ontem em Manaus.

Presidiu o cortejo, conduzindo a custódia com o Santíssimo, o Vigário-Geral da Arquidiocese, Dom José de Castro Pinto, que a seguir celebrou a missa para os fiéis que lotaram o templo, aos quais lembrou o sentido que deve ter "uma manifestação coletiva de fé na Eucaristia, uma vez que somos povo e não apenas indivíduos de Deus."

O CANTICO DE TODOS

Meia hora antes da hora marcada, já se encontrava em frente da matriz de Santana (Santuário Nacional da Adoração Perpétua) para a procissão o seu principal contingente: membros do Apostolado da Oração, Legião de Maria e Adoração Noturna, com suas bandeiras vermelhas e brancas. Outra bandeira azul indicava a presença dos congregados marianos e outra, branca, a Irmandade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Momentos antes de começar a procissão, passou entre os bancos da igreja uma mulher da Irmandade do Santíssimo avisando que "só pessoas incapacitadas" podiam ficar lá e todas as outras deviam se incorporar ao cortejo, mas, mesmo assim, mais de meia centena preferiu ficar sentada onde estava, enquanto o Santíssimo era levado pelas ruas vizinhas.

Embora a procissão fosse de pequenas proporções e não durasse mais de meia hora, os participantes deram mostra de sua fé de certa forma com mais entusiasmo do que por exemplo na Procissão de Corpus Christi. Puxados pelo diretor da obra de Adoração Noturna, Sr Milton de Oliveira Soares, com o auxílio de um megafone, os cantivos eram acompanhados por praticamente todos os presentes (maioria composta de homens) e, já na igreja, chegavam a abafar o som dos alto-falantes.

Os fiéis lotaram o santuário e mesmo depois da bênção do Santíssimo (o que marcava o fim da procissão), ninguém se afastou. Todos ficaram para a missa que a seguir Dom Castro Pinto celebrou no altar-mor, acolitado por dois sacerdotes.

Em sua pregação, o Bispo (que representava o Cardeal Eugênio Sales, ausente por motivo do Congresso Eucarístico Nacional) comentou a parábola do trigo e do joio para significar o Reino de Deus, frisando que os critérios com que Deus age diante do bem e do mal são diferentes daqueles usados pelos homens.

Observou o celebrante que, além de "nenhum de nós ter autoridade para dizer quem é bom ou mau", Deus deixa crescer juntos na mesma pessoa o trigo e o joio "porque Ele não interfere em nossa liberdade."

— Afinal — acentuou — os limites do Reino de Deus não estão fora mas dentro de nós mesmos.

transporte de 22 al...
fornecidos pelas...
cais.

PROCISSÃO NO RIO

O Cardeal Eugênio embarca hoje de...
para Manaus, e no...
dia do encerramen...
Congresso, haverá u...
cissão às 16 horas...
das ruas mais próxi...
igreja de Santana...
de missa.

A procissão será p...
pelo Vigário-Geral, D...
sé de Castro Pinto...
o seguinte itinerário...
Benedito Hipólito, M...
de Pombal, Irineu M...
e Santana, termina...
praça em frente à...
onde os fiéis receb...
bênção do Santíssim...
ramento. Por d...
nação de Dom Eugê...
feita também uma...
santa, domingo, em...
as igrejas e capelas...
quidioces.

Contínua

Com os olhos no futuro

Tristão de Athayde

No final do nosso comentário de ontem sobre o problema das comunidades de base, na evangelização cristã do nosso povo e em sua própria emancipação política, escrevemos que: "as comunidades de base representam um dos fatores capitais da abertura de espírito, e consciência de seus direitos, do nosso povo mais simples... na passagem de um estado de servilismo rotineiro ou de alienação pessoal a um processo de ascensão social".

O Bispo de Ilhéus, Dom Walfredo Tepes, no prefácio ao volume informa que "se pôde chegar a localizar 101 experiências (dessas comunidades) em diferentes regiões do país, nas mais variadas situações humanas, cobrindo praticamente todo o território nacional".

Em janeiro do corrente ano, de seis a oito, realizou-se em Vitória o primeiro encontro nacional dessas comunidades. Dele nos dá conta o volume de maio do Serviço de Documentação (Sedoc) da Editora Vozes. Foram apresentados 10 relatórios de várias dessas pequenas comunidades locais, quase todas da Zona Rural, mas também de bairros do Recife, de Vitória e de Volta Redonda. Como escreve Dom Valdir Calheiros, Bispo dessa última cidade: "tudo ainda é busca. É caminhada. É provisório. Também é mudança para atender ao que nossa gente pede". O comentário mais completo e extremamente interessante, sobre o encontro, é do teólogo carmelita Carlos Mester.

Esse estudo representa a melhor síntese, que já li, até hoje, do que seja, na vida real, aquela queda da semente no terreno humano, recebida de acordo com o temperamento particular de cada pessoa, segundo a observação filosófica de S. Tomás de Aquino. Ou, no estilo popular de Mester: "A flor nunca é igual à sua semente. O filho esperado, quando nasce, sempre é diferente daquilo que a mãe imaginou... É o que acontece com a semente da palavra de Deus, cuja flor é a Igreja que nasce hoje..."

Aos poucos começa a definir-se um rosto novo que nasce. Como Jesus tinha o seu rosto, que era a forma humana do rosto de Deus, assim hoje o rosto da Igreja, cujos traços são: 1 — Co-responsabilidade, a preocupação de todos pelo crescimento de sua comunidade; 2 — Escutar a realidade, disposição de mudar quando a realidade o exigir. Na base disto está a convicção de que Deus fala pelos acontecimentos; 3 — Coragem tranquila, muitos já tiveram que sofrer pela sua adesão à comunidade. Não se abalam. Continuam. Para eles isso faz parte da caminhada. O Novo Testamento chama isso de parressia, característica da Igreja dos Apóstolos; 4 — A força dos fracos, a decisão de ficar do lado da causa dos oprimidos tirou da Igreja o poder que tinha. Ela ficou fraca com os fracos. Por isso tornou-se forte. É uma Igreja que não dá esmolas, não constróiasilos. Mas, pela sua atitude, denuncia o sistema que gera a pobreza

(reflexão, digo eu, diretamente inspirada nas palavras eternas de S. Paulo, que mais do que quaisquer outras nos fazem compreender a presença da Igreja, no mundo de hoje, como fermento e não como potência. T. de A.); 5 — Povo de peregrinos. Não se instalam. Tudo é provisório. Dispostos a mudar quando for necessário. É o estado de Abraão que aceita o desafio do desconhecido; 6 — Viver em comunhão. As diversas formas de organização e de unidade fazem perceber o desejo de comunhão e de fraternidade, de ser um povo amigo; 7 — Onde há o Espírito aí há liberdade...

Tudo isso é uma forma concreta e bem histórica de reviver a fé na ressurreição. Crer na ressurreição é crer que possa nascer vida da morte. Ora, crer que destas comunidades humildes e inexpressivas, do ponto-de-vista da organização do mundo, possa nascer alguma vida que chegue a melhorar a vida da humanidade é o mesmo que crer que possa nascer vida da morte. As comunidades que estão apresentando este esboço leve do novo rosto da Igreja que nasce hoje, estão apresentando também uma espécie de amostra grátis ou antecipação (mais geral) daquilo que será o futuro da Igreja no Brasil (na suposição de que a Igreja no Brasil seja fiel ao Evangelho).

Quando o Concílio Vaticano II definiu a Igreja como Povo de Deus, estava consagrando o evangelicamente aquilo que João XXIII apresentou, socialmente, como um dos traços típicos do mundo moderno,

isto é a ascensão das classes populares. Daí, a oportuna pergunta de Carlos Mester: "como organizar concretamente a esperança do povo, esperança de um dia poder ter vida de gente, como Deus o quer e planeja no dia da Criação e veio reafirmar por Jesus Cristo? ... Ficar alheio a este problema e preocupar-se só com os problemas espirituais é o mesmo que arrumar bem as cadeiras na capela do navio cujo casco está furado e achar que a arrumação das cadeiras vai poder salvar o navio."

Nessa linguagem popular, como a que Cristo empregava em suas parábolas é que este grande comentador, desde primeiro encontro das humildes comunidades, de base em nossa terra, nos dá uma visão concreta do aspecto novo da Igreja em nossos tempos. Não, indo aos fracos através dos fortes mas aos fortes através dos fracos, como ensinou S. Paulo: "Infirma elegit Deus ut confundat fortes" (1 Cor., 1-27).

Será na fragilidade dessas humildes comunidades de base dos nossos sertões, das nossas cidades, dos nossos bairros (se forem fiéis ao Espírito), mais do que nos privilégios e nos prestígios dos poderosos, que terá de repousar a esperança de continuarem a florescer, em nossa terra, as sementes aqui plantadas pelos nossos primeiros missionários.

Sementes que terão de morrer para renascer, florir e frutificar, de baixo para cima. Como das primitivas comunidades de base nasceu, no Mediterrâneo, a própria Igreja universal.

Bispos denunciam Benfam por uso indiscriminado de pílula

19. Okt. 1975
João Pessoa — O uso indiscriminado de pílulas anticoncepcionais foi denunciado pelo clero da Paraíba, em documento distribuído ontem entre os fiéis, denominado Declaração dos Bispos da Paraíba sobre Planejamento Familiar, com assinaturas de D José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, D Zacarias Rom de Moura, Bispo de Cajazeiras, Expedito Eduardo de Oliveira,

Bispo de Patos e D Manuel Pereira da Costa, Bispo de Campina Grande.

O documento critica a ação da Benfam, pela "distribuição de pílulas, até para mulheres não casadas e de menor idade", defende a paternidade responsável, a intervenção do Estado (se respeitada a liberdade dos cônjuges) e lembra Paulo VI, para quem a solução é aumentar a comida na mesa, e não eliminar os comensais.

Posição da Igreja

É a seguinte a íntegra do documento:

"Signatários dos documentos do Concílio Vaticano II, nós, os Bispos da Província Eclesiástica da Paraíba, não podemos omitir o dever de esclarecer nossos fiéis no tocante ao exercício da paternidade responsável, neste momento, em que todo o Estado recebe o impacto de um programa de planejamento familiar.

Em sintonia com a Encíclica *Sobre o Desenvolvimento dos Povos*, do Santo Padre Paulo VI, reconhecemos que "os poderes públicos no limite de sua competência, podem intervir (no crescimento demográfico) promovendo uma formação apropriada e tomando medidas aptas, na medida em que sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justiça e a verdade dos cônjuges" (*Populorum Progressio*, número 37).

Estamos, igualmente, conscientes de que o magistério da Igreja "não proíbe a honesta e razoável limitação da natalidade" (Paulo VI — alocução de abertura da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano) e de que "a *Immanae Vitae* não sustenta uma cortina de olhos fechados para a superpopulação".

Por outra parte, entendemos que muitas famílias não têm condições de manter os filhos que possuem e continuam a gerar. Como pode dar de comer a oito filhos pequenos um pai que trabalha de alugado ganhando Cr\$ 10,00 por dia? E todos sabem que essa situação não é uma exceção. É a situação da maioria de nossos agricultores obrigados a lutar sua força de trabalho. Expressão dolorosa de regime de fome em que o elevado índice de mortalidade infantil. É comum encontrarem-se famílias pobres que perderam dois terços mais dos filhos nascidos vivos. E o problema não é apenas local ou regional: ele se encontra nas diversas partes do país.

Como remediar o mal? O caminho que logo se apresenta é "dar de comer a quem tem fome". Não entraria na cabeça de ninguém que se deveria eliminar alguns para que os demais tenham comida suficiente. Esse caminho lógico e verdadeiro foi o indicado pelo Papa em sua visita à Organização das Nações Unidas (ONU), onde afirmou que é preciso aumentar a comida na mesa e não eliminar os comensais. Entretanto, governos e instituições optaram por outra solução. Para frear a explosão demográfica e superar a fome adotaram o controle da natalidade. E o fazem utilizando

meios artificiais, sem excluir a prática do aborto, já legalizado em alguns países.

— Agora se procura levar avante, entre nós, um programa de limitação de filhos. Muitas pessoas nos têm procurado para pedir esclarecimentos e orientação. Não podemos fugir a nosso dever pastoral de dar-lhes uma resposta que desejamos seja breve, clara e segura.

1. A Igreja aceita e recomenda o exercício responsável da paternidade, o que significa que o casal deve aceitar os filhos que puder razoavelmente criar e educar. Seria egoísmo não aceitar mais um filho quando existem boas condições para acolhê-lo ainda que a família já seja numerosa. Mas seria também irresponsabilidade ter mais um filho quando falta a saúde ou quando os recursos materiais não são suficientes para receber, como convém, o novo ser.

2. Juiz nessa matéria para decidir se pode ou não vir mais um filho e quando, é o próprio casal, devidamente esclarecido e que se coloca diante de Deus, pesa suas razões e toma uma decisão adulta. A Igreja e o Governo podem e devem cooperar positivamente nessa decisão, enquanto promovem uma informação correta e ministra uma formação segura procurando sempre salvaguardar a liberdade dos cônjuges.

3. Tendo em vista que o essencial no matrimônio é o amor que une os esposos e tende para a procriação, compete ao casal, respeitando a lei de Deus, escolher os caminhos eficazes para a realização da paternidade responsável. E como até o momento, "não há método ideal, sem contra-indicação, seja de ordem biológica, seja de ordem psicológica, torna-se necessário o aconselhamento e o acompanhamento de profissionais capacitados e bem conscientes de que seu dever não é frear a vida, mas fazê-la brotar em condições favoráveis.

4. Temos conhecimento de que muitos casais têm rejeitado a aplicação de métodos anticoncepcionais que lhes são propostos. Seria um desrespeito à cultura e aos sentimentos religiosos deles pressioná-los direta ou indiretamente, através de uma propaganda bem organizada.

5. Mais grave ainda, do ponto-de-vista moral, é o fato de se fornecer material anticoncepcional a noivos e a mães solteiras. Isto nada tem a ver com planejamento familiar e pode abrir caminho a uma verdadeira corrupção dos costumes. "De cinco mulheres que usam anticoncepcionais, três não são casadas".

6. Num país como o nosso, existem possibilidades concretas de abrigar e alimentar mais do dobro da população que temos. Isto suporia algumas opções políticas mais corajosas que viessem beneficiar os menos favorecidos, embora desagradando a uma minoria privilegiada. Julgamos que este "caminho mais estreito" é que deveria ser palmilhado pelos Governos e não a via fácil do controle dos nascimentos. O que oprime nosso povo não é tanto o número de filhos, que ele aceita de boa vontade: é, sobretudo, a falta de recursos para manter a família. Acreditamos que os Governos fariam o maior benefício à Nação se se dedicassem, antes de tudo e acima de tudo, à produção de alimentos e à ocupação de mão-de-obra ociosa. Este seria um dos aspectos mais importantes de um autêntico planejamento familiar.

7. Quanto à sociedade vulgarmente conhecida pelo nome de Benfam, lamentamos a incoerência entre a teoria e a prática. Nos documentos, se afirma como linha filosófica "melhorar a saúde do núcleo familiar, atuar com suas múltiplas e benéficas influências sobre a saúde materno-infantil, morbilidade e morbidade materna, mortalidade infantil, aborto clandestino e suas consequências. Na prática, o que se está fazendo é uma distribuição de pílulas, até para mulheres não casadas e de menor idade, distribuição feita por pessoas nem sempre devidamente capacitadas.

Nesse sentido, não aceitamos seja a autoridade da Igreja em geral ou em casos particulares invocada para acobertar doutrinações e modos de proceder que contrariam, fundamentalmente, o real sentido da mensagem cristã, no que toca à paternidade responsável.

Por último, reafirmamos os pronunciamentos numerosos que sobre a mencionada sociedade têm feito a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e que podem resumir-se nesta sentença: "Repudiamos, por suas ambiguidades, a filosofia e os métodos de ação da Benfam". (*A Igreja, a Questão Demográfica e a Pastoral Familiar — Comunicação Mensal de Agosto de 1974*, pág. 676).

João Pessoa, outubro de 1975.
Ass.:
José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba
Zacarias Rolim de Moura, Bispo de Cajazeiras
Expedito Eduardo de Oliveira, Bispo de Patos
Manuel Pereira da Costa, Bispo de Campina Grande".



Arcebispo de Natal acusa o Governador e diz que Bemfam usa mulheres como cobaias

05. Nov. 1975
Natal — As mulheres continuam sendo utilizadas como verdadeiras cobaias na distribuição indiscriminada de pilulas anticoncepcionais no Rio Grande do Norte — disse ontem o Arcebispo da Capital, D Nivaldo Monte, acrescentando ter levado o assunto ao Governador Tarcísio Maia, "sem que esta nada houvesse respondido".

— "Seria preciso que o Governo assumisse a responsabilidade técnica, científica e moral de tal ação, e não entregar o serviço a um órgão qualquer, como a Bemfam, que está agindo de maneira indevida", frisou.

Não é contra

Afirmou também o Arcebispo de Natal que a Igreja Católica não é contra o planejamento familiar em si, "diante das graves consequências que a explosão demográfica poderá significar para o futuro da humanidade".

— Basta que o Governo desenvolva o país, para que todos tenham o que comer, para que sobressaia um planejamento natural, além de racional, e para que haja uma seletividade demográfica.

Ainda em sua opinião, o maior erro da Bemfam é o não acompanhamento e assistência, pelos médicos, das mulheres "em sua maioria submetidas ao controle da procriação mais por ignorância e desaviso" D. Nival-

do Monte disse que a Arquidiocese de Natal está recebendo várias informações trazidas por padres e outras pessoas, revelando que "até mocinhas estão recebendo caixas de anticoncepcionais fornecidas pela entidade".

A Bemfam, embora não costuma divulgar estatísticas, tem um convênio com o Estado — único firmado no Brasil, ao tempo do Governador Cortez Pereira e mantido até hoje. O órgão possui 205 clínicas em todo o Rio Grande do Norte e atende, em média, a 28 mil mulheres. Há um ano enfrentou problema com a Polícia Federal, sob a acusação de estar distribuindo dispositivos intra-uterinos, que teriam entrado irregularmente no país.

Paróquias paulistas têm um dia de oração e jejum pela paz e justiça no país

14. Nov. 1975
São Paulo — As paróquias paulistas dedicarão hoje "um dia de oração e jejum pedindo pela paz e pela justiça em nossa pátria, como expressão de penitência e súplica do povo e dos bispos do Estado de São Paulo", anunciou ontem a Comissão Episcopal Regional Sul I.

Não "Oprimas Teu Irmão" é o título do documento da assembleia regional, resultante da última assembleia e que será distribuído aos fiéis, contendo alusões entre as quais "erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, seqüestros, assaltos, e diante, sobretudo, dos graves acontecimentos que vêm estarecendo e inquietando a população de São Paulo".

O DOCUMENTO

Depois de dizer que "assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, imagem de Deus criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam, geralmente, a forma de verdadeiros seqüestros" o documento reitera graves advertências contidas na mensagem de Brodósqui (São Paulo), *Testemunho de Paz*, de junho de 1972, todas relacionadas com a defesa permanente dos direitos da pessoa humana.

"Dirigimo-nos aos que detêm maior parcela de responsabilidade por esta situação, instando em nome de Deus, a quem os pensamentos e intenções dos homens não são ocultos e que a cada um há de julgar segundo as suas obras, para que se coloquem, com atos e palavras, em favor da defesa e afirmação dos direitos humanos, tanto no Judiciário como no Legislati-

vo e Executivo" concluiu a mensagem.

CNBB

Para fazer uma avaliação das atividades pastorais de 1975 e previsão da programação de 1976, estão reunidos desde ontem no Rio nove bispos da presidência da CNBB e da Comissão Episcopal de Pastoral. As sessões, que se realizam sigilosamente, são dirigidas pelo presidente da CNBB, D Aloísio Lorscheider. Hoje deverá ser distribuído à imprensa um boletim com uma síntese dos debates de ontem.

À tarde, os bispos receberam a visita do Patriarca de Veneza, Cardeal Albino Luciani, que não participou das reuniões e embarcou hoje às 8h 20m, no Aeroporto do Galeão, para Vitória.

Depois da capital do Espírito Santo, o Cardeal deverá visitar as capitais do Nordeste.

JB Bispos afirmam em Minas

JB D Evaristo exorta à não violência

ESP

OCT 3 0 1975

Bispos ganham mais apoio

brasileiro lhes garante, sendo vítimas de arbitrios".

Da Sucursal de CAMPINAS

Os participantes do II Encontro de Movimentos Não-Violentos do Brasil — que tem integrantes de 50 países — entregarão aos bispos, em Itaiçi, um manifesto de solidariedade pela sua preocupação com a violência, dizendo que, no encontro em São Paulo, aprofundaram "o conhecimento da insegurança em que vive a comunidade paulista, em face do crescente número de prisões e do requinte de crueldade nas torturas que continuam violentando o próprio Cristo na pessoa dos torturados".

Membros dessa comissão estiveram ontem em Itaiçi, onde se realiza a assembleia dos bispos do Estado, solidarizando-se com os participantes no tocante à preocupação com as prisões políticas que têm sido feitas no País e manifestando repúdio aos atos de violência praticados contra os presos.

Durante todo o dia, os integrantes da comissão — formada por leigos, bispos e padres — ficaram em jejum e fizeram orações pelo jornalista Vladimir Herzog e por todos os operários, jornalistas e demais profissionais, "que se encontram presos e destituídos dos direitos que o próprio Código Penal

No documento que entrega, o atentado contra a pessoa humana é uma blasfêmia contra o próprio Deus, pois o ideal de Deus é o homem".

Depois de encerrada a reunião, todas as dioceses do Estado deverão desenvolver um programa contra a violência, conclamando os cristãos de todas as cidades a dirigirem suas orações aos presos políticos que são torturados. Todos os pronunciamentos deverão ser feitos por intermédio da comissão da Justiça e Paz, "procurando um caminho não violento para tentar alterar a situação vigente", segundo d.

Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, e seus auxiliares, que encerram a assembleia regional hoje, discutiram também as prisões políticas e a morte do jornalista Vladimir Herzog, procurando meios práticos de "evitar a continuidade da violência e fazer com que pelo menos as leis vigentes no País sejam respeitadas", conforme declaração de d. Mauro Morelli.

Ontem, em Itaiçi, foi iniciado o relatório da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, relatando os últimos fatos conhecidos sobre as prisões. Depois disso, os bispos decidirão sobre a atitude a ser tomada "dentro da lei e da Justiça". Os bispos citaram o Salmo 8 que,

em síntese, diz o seguinte: "O que é o homem sem o homem?" E mais adiante: "Todo o atentado contra a pessoa humana é uma blasfêmia contra o próprio Deus, pois o ideal de Deus é o homem".

Depois de encerrada a reunião, todas as dioceses do Estado deverão desenvolver um programa contra a violência, conclamando os cristãos de todas as cidades a dirigirem suas orações aos presos políticos que são torturados. Todos os pronunciamentos deverão ser feitos por intermédio da comissão da Justiça e Paz, "procurando um caminho não violento para tentar alterar a situação vigente", segundo d.

Aparecido José Dias.

As prisões políticas e as torturas tomaram grande parte do dia dos bispos, ontem em Itaiçi. As 15 horas, eles haviam apenas começado a discussão da Pastoral do Trabalho, que será a linha de ação da Igreja no próximo biênio e dá prioridade ao operário, "classe que perdeu todos os seus direitos no Brasil".

Hoje, as conclusões dos estudos deverão ser apresentadas à imprensa e, amanhã, d. Paulo Evaristo Arns dará entrevista coletiva em São Paulo, no Secretariado Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

JB

OCT 1 0 1975

Pastoral denuncia as causas da criminalidade

Desemprego, subnutrição, doenças, abandono do menor, exploração criminosa da força de trabalho, favelas e fome são os principais fatores que levam à criminalidade, afirmou ontem a Assistente Social Marlene Barros de Carvalho. "É fácil punir o criminoso, mas o que oferecemos nós como opção para mudanças? Criamos apenas uma personalidade neurótica nas prisões", disse ela.

Foi uma das intervenções no último painel, apresentado ontem, da II Semana da Pastoral Penal, que será encerrada hoje, com missa celebrada pelo Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Eduardo Koaik. Outro conferencista, na sessão de on-

tem, foi o Secretário-executivo da Comissão da Pastoral, Sr Roberto dos Santos: "Num ambiente onde a dignidade humana é pouco respeitada, o homem é quase sempre levado ao desespero", disse ele.

Entre as principais conclusões aprovadas por unanimidade, após os debates sobre "Aspectos psicossociais da reabilitação do homem preso", a Pastoral Penal destacou a necessidade de internar doentes mentais em locais adequados; e a de uma atenção especial para as famílias dos detentos, dando empregos para as esposas e prioridades nas vagas escolares aos filhos de presidiários.

JB Bispos afirmam em Minas
que missão do padre é
trabalhar com os homens
15, Nov. 1975

Belo Horizonte — A imagem do padre de amanhã será não apenas a do ministro sagrado, preocupado exclusivamente com problemas religiosos, mas também a de um ministro comprometido com a realidade dos homens, com as mudanças históricas e com os problemas sociais.

Essa foi uma conclusão, considerada "irreversível", divulgada no encerramento, ontem, nesta Catedral, da assembléia do Regional Leste-III da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da qual participaram 26 bispos de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Dízimos e obra social

A assembléia do Regional Leste-III começou quarta-feira e teve por objetivo estudar temas como o padre e a sociedade atual, a criação de comunidades eclesiais de base e o recolhimento de dízimos. Decidiu a assembléia que a cobrança do dízimo "não implicará, necessariamente, o dar dinheiro para a paróquia, mas em que cada família dê uma contribuição positiva, trabalhando em obras sociais e em assistên-

cia a creches, por exemplo. O dinheiro só será dado se a pessoa não puder contribuir com trabalho", diz o documento divulgado ontem pela assembléia.

Um dos incentivadores da campanha do dízimo, Dom Mário Gurgel, Bispo de Itabira (MG), informou que em sua diocese serão construídas 80 casas, no valor total de Cr\$ 600 mil, para pessoas desabrigadas, exclusivamente com dinheiro recolhido na campanha.

Formar comunidades

Os bispos reunidos chegaram à conclusão de que "angelizar significa formar comunidades" e que a mensagem do Evangelho precisa "hoje, mais do que nunca, expressar-se e tornar-se sensível em comunidade e em dimensões humanas, próximas da vida cotidiana, onde as pessoas encontram a possibilidade de um relacionamento fraterno e de uma efetiva comunhão."

As atuais estruturas diocesanas e paroquiais devem transformar-se, quanto possível, no sentido de permitir e estimular a formação em seu âmbito

dessas comunidades de base", disseram os bispos.

Recomendaram que cada diocese deve promover uma estrutura de apoio ao trabalho de formação de comunidades eclesiais de base através de equipes volantes, centros de treinamento de líderes, e preparação de especialistas.

Deve-se também "estimular a criatividade das comunidades e sua permanente abertura ao espírito que conduz à Igreja, para que possam compreender os sinais dos tempos e responder aos apelos de Deus", concluiu o documento final da assembléia.

JB D Evaristo exorta
à não violência

São Paulo — "Vamos cultivar a paz, a justiça e a vida de solidariedade, através de comunicação movida pela não-violência, dentro do nosso lar, de nossas casas, na comunidade, para que cessem as violências, torturas, assaltos, sequestros, injustiças, inverdades dos salários e todas as demais injustiças que são cometidas".

Essas foram as palavras do Arcebispo de São Paulo, Cardeal Paulo Evaristo Arns, ditas a milhares de fiéis na Catedral da Sé, durante o Dia de Oração e Jejum Pedindo pela Paz e Justiça em Nossa Pátria, como Expressão de Penitência e Súplica do Povo e dos Bispos do Estado de São Paulo. Mais de 100 milhões de pessoas participaram nas paróquias da Grande São Paulo das missas do Dia dos Direitos Humanos, ontem.

EXORTAÇÃO

Em mais de 400 paróquias paulistas os fiéis foram exortados ontem a erguer a voz "diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos, e diante, sobretudo, dos graves acontecimentos que vêm estardecendo e inquietando a população de São Paulo".

Na Catedral da Sé, Dom Evaristo disse que ali esta-

va "em nome da Igreja do Estado", para "jejuar, rezar, esperar e anunciar dias melhores da parte do Senhor".

"Sei que meus queridos irmãos sofrem com os protestos que são formulados. Mas vocês" — disse o Cardeal — "não devem deixar que sejam gerados em suas almas sementes de ódios. Agradeçam a Deus se há pessoas que protestam, pessoas que se reúnem e procuram refutar, pois se isto é feito é porque Deus começou a influir na atuação delas".

Dom Evaristo lembrou que se todos falassem de "justiça, torturas, sequestros, do medo que domina as pessoas, que decompõe a personalidade de cada um, a voz do povo seria mais forte, irresistível, superior ao trovão e à tempestade, no combate às injustiças".

Contou ainda que recebeu telefonemas de doentes do Hospital do Câncer: "Pediram-me que nós aceitássemos também, dentro da Catedral e em todas as paróquias, o gemido e o pedido dos enfermos que não puderam vir". Esses doentes, na noite de quinta para sexta-feira, não aceitam nenhuma injeção, pilula, qualquer sedativo ou lenitivo. "É o seu jejum, para que o câncer saia do nosso corpo social e da nossa Pátria", afirmou o Cardeal.

CNBB revê diretrizes de Pastoral

17 Nov. 1975
A Comissão Nacional de Pastoral — órgão de consulta e assessoramento da CNBB que reúne bispos, sacerdotes, religiosos e leigos — reuniu-se durante todo o dia de sábado e ontem para rever as diretrizes da pastoral da Igreja no Brasil e estudar a elaboração de um documento sobre a ação da pastoral social no país.

Participaram da reunião 10 bispos, 18 leigos e 38 religiosos, religiosas e sacerdotes. Estiveram presentes o presidente da CNBB D Aloisio Lorscheider, o vice-presidente, D Geraldo Fernandes e o secretário, D Ivo Lorscheider, sendo os trabalhos presididos por D Moacir Grechi.

OS TEMAS

Uma das características da Comissão Nacional de Pastoral é contar com a presença de leigos que "no espírito de participação e co-responsabilidade desempenham importante papel para as diretrizes pastorais da Igreja.

Os temas principais da reunião foram A Pastoral Social e o Plano Bial dos Organismos Nacionais da CNBB. A Comissão Nacional de Pastoral discutiu e estudou o atual trabalho social da Igreja no Brasil, questionando as obras de caridade e serviços assistenciais realizados pelas diversas paróquias do país tanto em razão da origem de recursos, como em relação a seus objetivos.

Dentro desta visão, eles realizaram estudos sobre vários organismos como Caritas, MEB, IBRADES, Comissão de Justiça e Paz, para uma avaliação de suas atividades atuais e levantamento de sugestões para ampliação de seu âmbito de ação.

Após os debates, a Comissão Nacional de Pastoral estudou a elaboração de um texto sobre a pastoral social que apresentará na próxima terça-feira à Comissão Representativa — 40 bispos que representam todo o Episcopado do país.

Além de outro tema, sobre o Plano Bial de Pastoral — em que foram discutidos os organismos nacionais da CNBB — foi abordado o tema das Comunidades Eclesiais de Base, pequenos grupos leigos de vida religiosa mais intensa que se reúnem periodicamente para aumentar a evangelização do meio social.

Outro ponto abordado foi a evangelização da cultura, discutindo-se as dificuldades para orientar uma ação de humanização "dentro de estruturas determinadas por um desenvolvimento tecnológico de espírito competitivo, que sacrifica o ser mais pelo ter mais".

TELEGRAMA

A Comissão Nacional de Pastoral decidiu também enviar um telegrama ao presidente da Câmara dos Deputados, Sr Célio Borja, externando sua satisfação por ter "tomado conhecimento da feliz iniciativa da Câmara, ao criar comissão para estudos dos problemas da família".

O telegrama, assinado pelo presidente da Comissão Nacional Pastoral, D Moacir Grechi, diz ainda que "parabenizando os deputados, auguramos melhor êxito nos trabalhos da comissão que busca caminhar e condições sociais mais humanas e cristãs para nossos lares, garantindo estabilidade, instituição básica da valorização da pessoa humana, no mundo contemporâneo agressivamente massificante."

Dom Vicente Scherer vê em novos estatutos da JOC a marca da ideologia marxista

18 Nov. 1975
Porto Alegre
O Cardeal Vicente Scherer denunciou os novos estatutos da Juventude Operária Católica, aprovados por seu Conselho Mundial reunido na Áustria, por evidenciarem "sem sombra de dúvida, a marca e a ideologia comunista", substituindo "o ideal do homem que se orienta segundo as luzes do Evangelho por conhecidos pontos da pregação marxista-leninista".

Pelos novos estatutos, que transformarão a JOC "em um dos numerosos grupos militares marxistas, dóceis e leais vassalos que, conscientes ou iludidos, fazem o jogo de expansão do comunismo soviético internacional", a dignidade e o valor da pessoa humana não se tornam realidade sem a abolição da propriedade particular, e "há estímulo à luta de classes". "Não se deram conta os reformadores de que a liberdade não passa de mera fórmula vazia de sentido quando não inclui a possibilidade de reivindicar os direitos individuais", disse o Arcebispo gaúcho.

TRAIÇÃO

Dom Vicente classificou a radical mudança na organização como uma traição ao seu fundador, Cônego José Cardyn, que procurou preparar os jovens trabalhadores, através de "aprimorada, profunda e vivencial formação cristã de sua personalidade", para que pudessem se empenhar, "generosa e pertinazmente, pelas indispensáveis mudanças nas estruturas econômicas e nas mentalidades de dirigentes, proprietários e assalariados."

— Transformar este movimento de Cardyn em vulgar organização esquerdista e revolucionária parece uma traição insensata e até criminosa. No Brasil, a JOC alcançou um desenvolvimento inicial alvissareiro e animador, dentro de rigorosa fidelidade à inspiração

do fundador. Espíritos instáveis ou ideologizados tentaram, em alguns setores, influenciá-lo segundo critérios diferentes, o que fatalmente lhe haveria de ameaçar o crescimento e até a sobrevivência — disse.

Após refutar a análise marxista de que o cristianismo estaria em contradição com essa ideologia mas não com o método de ação revolucionária para o triunfo de nova organização política e social, Dom Vicente afirmou que a força do marxismo se fundamenta "mais na crítica negativa que incessantemente difunde que na clareza e na validade de um projeto alternativo que apresenta. Denuncia e condena falhas reais existentes, mas não tem solução concreta positiva melhor. As conversas de marxistas em mesas de café se mantêm nesta linha".

02. Dez. 1975 CNBB adverte que é hora de os católicos assumirem suas responsabilidades políticas

"Parece que já não pode haver dúvida de que é tempo de motivar os católicos para que assumam suas responsabilidades políticas, a fim de levarem à coisa pública as exigências e critérios cristãos", declaram os bispos em seu documento *Pastoral Social*, recentemente elaborado pela Comissão Representativa e ontem divulgado pelo secretariado-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Depois de afirmar que "a Igreja hoje é levada a renunciar a certos papéis em campo social e educativo", o extenso documento defende-lhe o direito e "preocupação de se referir às consciências" sem desconhecer "a existência e o poder das próprias estruturas globais".

O fermento

O novo documento dos bispos se detém longamente sobre o histórico da formulação da doutrina social da Igreja, um título que, dizem os autores, "soa hoje como inadequado", já que, diante de um mundo "em permanente mutação rejeita-se qualquer idéia de uma doutrina que pretendesse fixar num conjunto coerente as grandes implicações sociais da mensagem cristã."

Mas o objeto de maior estudo dos bispos está na Igreja "como fermento da transformação social" (capítulo 2º) e "ação crítico-profética da Igreja" (capítulo 3º). Apontam eles, três direções através das quais a Igreja deverá desempenhar-se de sua missão fermentadora: a animação de comunidades de base; a atuação junto a grupos de influência; e a cristianização da cultura.

Falando dos grupos de influência, os bispos declaram: "Um dos setores que reclamam, com maior urgência, uma ação pastoral da Igreja é certamente o meio político." Explicam eles: "É sabido como aumenta na Igreja a preocu-

pação com a presença dos cristãos, a modo de fermento, no processo político da nação." E citam, entre outras passagens, a afirmação do Papa Paulo VI: "A política é uma maneira exigente de viver o compromisso cristão a serviço dos outros" (*Octogesima Adveniens*).

"A Igreja "cabe uma tarefa de ordem estritamente educativa, ao nível da consciência, de modo a capacitar o cidadão ao exercício livre, consciente e responsável do seu dever democrático" — observam os bispos.

"Não compete à Igreja" — completam eles — "optar por este ou aquele Partido político, indicar este ou aquele candidato. Quanto mais a Igreja se comportar de modo isento, tanto mais forte será a sua mensagem conscientizadora". Os bispos chamam a atenção aqui para uma ação também junto aos meios de comunicação social, de modo a criar "um clima receptivo" ao Programa de Educação Política que eles propõem para que todo brasileiro possa formar sua consciência e ter participação política.

Educação política

Através desse Programa, desejam os bispos que os cristãos no Brasil sejam motivados a participar, "segundo o carisma de cada um, no processo político-partidário do país, superando o espírito de clientela eleitoral". Julgam necessário também "ajudar a população a participar de modo livre, consciente e responsável nas eleições, renunciando a buscar vantagens imediatas e egoístas".

"É importante" — ponderam os bispos — "desde o início, estar advertido do interesse dos Partidos políticos em se envolverem ou apoiar o Programa de Educação Política. Com certeza aparecerão candidatos que se apresentarão ao público como "resposta e concretização da orientação da Igreja". Recomendam eles, por isso, que se dê "uma

constante vigilância" para que o Programa não se torne instrumento para fins indevidos.

Admitem os bispos dois riscos no uso do Programa: um seria o resultante daqueles grupos que se prestariam "a ouvir uma certa doutrinação pastoral ao preço de captarem a influência da Igreja a serviço de seus interesses classistas".

O segundo risco seria o inverso: a Igreja procurar obter a influência de grupos importantes "em vista de determinados objetivos eclesiais". "Numa Igreja instrumentalizada como numa Igreja instrumentalizante dificilmente se poderia reconhecer o perfil daquele (Cristo) que libertou porque era totalmente livre", advertem os autores.

Dever e direito

Ao assinalar as dificuldades que a Igreja experimenta para defender os valores cristãos, o documento reconhece que "a pastoral social hoje se esgotaria em impotentes exortações moralizantes, se ela fugisse ao desafio de contribuir para trazer resposta aos problemas de hoje". Dizem os bispos que umas pessoas "sucumbem ao fascínio do materialismo" e outras "procuram formas evasivas num espiritualismo alienante".

Declaram os bispos que a Igreja tem o dever e direito de exercer uma missão crítico-profética, através de pronunciamentos e atitudes, não podendo limitar-se ao campo religioso do dogma e do culto mas projetar-se "também sobre o plano temporal das realidades sociais, políticas, econômi-

cas e culturais, onde se decide a salvação espiritual dos homens".

"Renunciar a um amor eficaz ao homem concreto significaria, para a Igreja, renunciar a ser cristã. Sua missão para com os homens ou é também social, ou assume na totalidade de seus problemas, ou não é cristã" (...). "Crítico significa discernir o mal para denunciá-lo; e o bem para anunciá-lo" (...). "Um grito de dor não é um grito de revolta" — insistem e explicam os bispos. Para eles, "a Igreja se conforma com a imagem de uma Igreja-helicóptero, pairando sobre a caravana humana, ditando do alto os rumos a seguir e exercitando-se em operações esporádicas de rescaldo e salvamento".

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
<i>Veja</i>	<i>10 - 12 - 75</i>	

IGREJA

Pastoral política

Em documento de dezenove páginas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou, na semana passada, sua Pastoral Social — fruto de minuciosos debates, durante seis dias, de quarenta representantes do episcopado, especialmente convocados. Trata-se da primeira orientação oficialmente dirigida pela Igreja aos católicos brasileiros sobre sua participação na política. Ou, na explicação do padre Fernando Bastos de Ávila, um dos principais coordenadores do documento, “a implementação da responsabilidade social da Igreja e da responsabilidade do próprio cristão, cuja atuação perde o sentido quando ele não participa do projeto político”.

A pastoral começa por historiar a ação política da Igreja a partir da encíclica “De Rerum Novarum”, na qual o papa Leão XIII, defendeu, em 1891, uma melhor utilização social da riqueza. Após essa longa introdução, o documento analisa a situação atual no Brasil e identifica a Igreja como “a única instituição brasileira devidamente descomprometida e gozando de crédito popular” para realizar um trabalho educativo no meio político. E propõe, finalmente, um programa de ação com os seguintes objetivos: 1) “contribuir para a formação de uma consciência adulta de participação política no povo brasileiro”; 2) “motivar os cristãos a participarem, segundo o carisma de cada um, no processo político-partidário, superando o espírito de clientela eleitoral”; 3) “ajudar a população a participar de modo livre, consciente e responsável nas eleições, renunciando a buscar vantagens imediatas e egoístas”.



Os bispos de São Paulo, reunidos em Assembléia-Geral, redigem um documento no qual "erguem suas vozes diante da onda de violência oriunda de todas as partes". A TFP responde aos bispos: "o texto episcopal produziu em nós profundo desconcerto

UMA RESPOSTA À VOZ DO PASTOR

"Não oprimas teu irmão"

Documento da assembléia-geral da Comissão Episcopal Regional Sul I da CNBB

Em nome do Evangelho de Jesus Cristo que nos manda anunciar "aos cativos a redenção, aos oprimidos a liberdade e publicar o ano da graça do Senhor" (Lc 4,19), nós, bispos da Igreja neste estado de São Paulo, reunidos em assembléia, em união com todo o povo de Deus, erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, seqüestros, assaltos e diante, sobretudo, dos graves acontecimentos que vêm estarecendo e inquisitando a população de São Paulo.

Assistimos de fato, a flagrantes desrespeitos à figura humana, imagem de Deus Criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam, geralmente, a forma de verdadeiros seqüestros, pelo recrudescimento das torturas, acompanhadas até de mortes, algumas das quais chegam ao conhecimento público; por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive de autoridades. O mais grave é que muitos destes atos, que levam a um clima de insegurança, são praticados sob o pretexto de defender e manter a paz e a tranquilidade da sociedade, alegando seus patrocinadores estarem alicerçados em princípios cristãos.

Ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com os sofrimentos das vítimas das prisões e torturas e participamos da angústia de seus parentes e amigos, reiteramos as graves advertências contidas em nossa mensagem de Brodosqui (SP), "Testemunho de paz", de julho de 1972.

Falharíamos a um imperativo de consciência se não retomássemos a palavra de João Batista, dizendo como o profeta: *Não te é lícito* (Mc 6,13), *não é lícito* efetuar prisões de forma como frequentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao juiz competente dentro do prazo legal" ... (Cf. Constituição - 1969 - Art. 153, § 13.)

"*Não é lícito* utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas..., métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até a mutilação, à queda da saúde e até à morte como tem acontecido" ... (Cf. Constituição, Art. 153, § 14.)

"*Não é lícito* privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-la mediante ameaças nem prejudicar o acusado como réu, antes de julgado, nem protelar, por tempo indeterminado o processo regular, quando nossa Carta Magna expressamente determina que "a lei assegurará aos acusados a ampla defesa com os recursos a ela inerentes." (Art. 153 § 15.)

"*Não é lícito* a qualquer outra autoridade sobrepor-se à consciência dos juizes ou criar impedimento ao livre exercício de sua função."

"Lamentamos, também, de modo especial, a suspensão da plena garantia do *habeas-corpus*. Colocamo-nos ao lado dos que pleiteiam o retorno total dessa garantia. É exatamente sua falta que contribui não pouco a criar e a manter um clima de insegurança social. Insegurança de pessoas que se sentem ameaçadas de prisão e maus-tratos até sob meras suspeitas ou por engano. Insegurança de famílias inteiras, impossibilitadas de obter, durante meses, notícias de membros seus presos. Insegurança na própria sociedade incapacitada de confiar naqueles que têm a responsabilidade de sua proteção."

Estas nossas advertências brotam do mais profundo da consciência humana, expressa na Declaração Universal dos Direitos do Homem, eco direto das palavras de Deus: "Não matarás". (Ex. 20,13.)

"Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal." (Art. 3º.)

"Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante." (Art. 5º.)

Esta nossa atitude de reprobção a esses e a outros atentados contra o homem não nos exime de reconhecer a parte de responsabilidade que nos caiba pela situação por que passamos e pelos sofrimentos de nossos irmãos por causa das nossas omissões na defesa permanente dos direitos da pessoa humana. Como o publicado do Evangelho, suplicamos também: "Tende piedade de nós pecadores". (Lc 18,13.) Isto nos leva a propor alguns gestos concretos:

1. Manifestamos nossos desejos de colocarmos ao lado dos que estão sofrendo e de caminharmos juntos com todos os grupos e instituições que lutam pelo respeito da pessoa humana em nosso país: igreja e confissões religiosas, pontificia comissão "Justiça e Paz", sindicatos, imprensa, universidades, Ordem dos Advogados do Brasil, corporações profissionais e estudantes, movimento de não-violência, e com todos aqueles que nos poderes constituídos, nas Forças Armadas e na sociedade, em geral, se sentem feridos em sua consciência de homens, por esta situação.

2. Conclamamos o povo de Deus a comparecer no dia 2 de novembro nas catedrais das dioceses, à missa vespertina por intenção dos desaparecidos, dos que sofrem nos cárceres, e por alma dos que morreram vítima de qualquer tipo de violência. Em todas as missas do dia 2 ou 9 de novembro, nas paróquias de nossa diocese, faça-se a leitura deste documento.

3. Como expressão de penitência e súplica do povo e dos bispos do estado de São Paulo, convidamos a todos para um dia de oração e jejum na sexta-feira, 14 de novembro, pedindo a Deus pela paz e pela justiça em nossa pátria.

4. Convidamos nossos irmãos de outras confissões que se unam a nós em suas preces, pelas intenções expostas.

Dirigimo-nos aos que detêm maior parcela de responsabilidade por esta situação, instando em nome de Deus, a quem os pensamentos e intenções dos homens não são ocultos e que a cada um há de julgar segundo as suas obras (Cf. I Cor. 4,5; Tg 2), para que se coloquem com atos e palavras, em favor da defesa e afirmação dos direitos humanos, tanto no Judiciário, como Legislativo e Executivo.

Terminando esta mensagem, lembramos aos opressores a palavra da Escritura:

"Eis que a voz do sangue de teu irmão clama por mim desde a terra." (Gên. 4,10.)

"Não matarás." (Ex. 20,13.)

"Não oprimas teu irmão." (Lev. 25,14.)

Certos de que "a tribulação produz a constância, e esta, a esperança" (Rom. 5, 3-4), confiamos que os homens de boa vontade escutem nossa palavra de pastores.

Itaici, 30 de outubro de 1975.

"Não se iluda, Eminência"

Mensagem da TFP ao
Emmo. cardeal Arns.

Senhor cardeal:

Distribuído nas igrejas do estado de São Paulo, no último domingo, um documento assinado em Itaici por todos os srs. bispos das dioceses paulistas intitulado: "Não oprimas teu irmão", numerosas pessoas que acompanham com patriótica vigilância a escalada comunista e as iniciativas de repúdio que contra esta se desenvolvem, desejaram saber qual era, sobre o referido documento, o pensamento da TFP. Não poderíamos, pois, continuar em silêncio.

O estudo daquele texto episcopal produziu em nosso espírito um profundo desconcerto, que pensávamos levar com respeito e franqueza ao conhecimento de Vossa Eminência.

Data vênua, fazêmo-lo de público, respondendo assim, ao mesmo tempo, aos que sobre a matéria nos interrogam.

Começamos por ressaltar que no documento há aspectos bons. Pecaríamos contra a justiça se nos omitíssemos de os louvar, e nos cingíssemos à crítica:

Por certo, os pastores deste estado cumprem a missão sobrenatural que lhes incumbem, ao manifestarem todo o seu zelo por que sejam integralmente respeitados, entre nós, os direitos naturais da pessoa humana, definidos nos Dez Mandamentos da Lei de Deus.

Esta afirmação contém, na singeleza de seus termos, um dos mais lídicos elogios que, de um documento eclesiástico, se pode fazer.

Convém que tal elogio fique inscrito logo no início da presente mensagem, para a omissão dele não ser tida como sintoma de paixão, unilateralidade e injustiça.

E tanto mais convém. Eminência, quanto é precisamente uma omissão desse gênero o grande defeito que deixa perplexa a TFP, no tocante ao recente documento episcopal de Itaici.

Todo povo brasileiro, intuitivo e lúcido, está consciente de que a Rússia e a China empreendem, em nossos dias, um esforço gigantesco, de conquista ideológica, política e, por fim, militar, de todas as nações. O exemplo de Portugal, bem à vista de nossos olhos, impede, mesmo aos brasileiros mais desatentos, que esqueçam esta verdade.

Além disso, recentes declarações das mais altas autoridades do país denunciaram a presença desse perigo dentro de nossas fronteiras. Em seu discurso de 1º de agosto p.p., o Exmo. Sr. presidente da República, general Ernesto Geisel, aludia à infiltração do comunismo nos partidos políticos. Depois dele, o ilustre e honrado general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército, por ocasião das comemorações do Dia do Aviador, em São Paulo, em 23 de outubro último, e o nobre general Oscar Luís da Silva, comandante do III Exército, na abertura do II Ciclo de Palestras promovido pela Ação Democrática Renovadora, em Porto Alegre, no dia 5 do corrente, alertaram o povo para o mesmo perigo. Por sua vez, o preclaro Fritz de Azevedo Manso, chefe do Estado-maior do Exército, discursando na 11ª Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em Montevidéu no mês passado, denunciou a conjuração comunista em nível não só nacional, mas até continental.

Estamos, pois, em face de um perigo que nenhum espírito lúcido e desapaixonado pode pôr em dúvida. Diante dele corre o risco de nossa própria condição de nação independente. Em semelhante conjuntura quais as duas grandes instituições com cujo apoio as autoridades podem e de vem contar? As Forças Armadas e o episcopado.

Em face da subversão, vemos que se erguem com destemor patriótico as Forças Armadas, ba luarte inestimável do país contra a violência, a corrupção e a miséria que infelicitaram ontem o Chile, infelicitam hoje Portugal, e mantêm a década sob suas garras os povos de além da cortina de ferro e da cortina de bambu.

- E que faz, por sua vez, o venerando episcopado nacional? Exceção feita de egrégias, mas poucas vezes, cala-se. E, enquanto toda a nação fica à espera de um grande pronunciamento coletivo de seus pastores em defesa da civilização cristã ameaçada pela subversão comunista, só romperam por meio de um pronunciamento conjunto longo silêncio, os srs. bispos de São Paulo.

- De que modo o fizeram?

Se o episcopado paulista se mantivesse em posição imparcial, encarceraria, sobretudo, o sentido profundamente cristão e patriótico da repressão ao comunismo, a necessidade e a urgência dela. Apontaria depois as falhas que em tal repressão encontrasse.

Muito ao contrário, que fizeram Vossa Eminência e os srs. bispos reunidos em Itaici? Deram a público um documento, talvez o mais enérgico da história eclesiástica brasileira (preferiríamos antes dizer o único documento violento da história eclesiástica brasileira,) para, do começo ao fim, criticar as Forças Armadas e a repressão que estas fazem ao fascismo vermelho.

- Por que, Eminência, esta unilateralidade, esta incompreensível inversão de valores?

Se a repressão, como vem sendo feita, tem dado ocasião a erros e excessos esporádicos, por que o documento coloca em máximo realce o aspecto esporádico, e omite o que é fundamental?

O que é fundamental, Eminência, em matéria de comunismo, é que agentes subversivos estrangeiros articulam brasileiros transviados, para impor ao país o regime marxista, negador de todos os direitos humanos.

- Por que os signatários do documento de Itaici parecem não ver isso, e seu zelo se volta todo, não para a pátria ameaçada, mas para a defesa dos direitos humanos de agentes da subversão, ou de pessoas suspeitas de tal?

É desconcertante tão espantosa omissão em pastores de almas. A estes cabem, certamente, serem ciosos dos direitos individuais de suas ovelhas, ainda que se trate de subversivos, ou suspeitos de subversão. Porém, muito mais lhe cabe o desvelo por todo o rebanho, isto é, a população ordeira e laboriosa que os subversivos que querem atirar na desgraça.

Isto constatado, a natural sucessão de idéias nos leva a considerar outro ponto. Concerne este não mais o que a mensagem de Itaici omite, mas o que ela diz.

A subversão tenta, obviamente, destruir todos os obstáculos que contra ela se levantam. Nos dias que correm, sua arma mais usada é a difamação, é a calúnia.

Há meses vem sendo metralhada pela calúnia a maior e a mais atuante organização civil anticomunista brasileira, a TFP. Poucas vezes se ergueram nas fileiras do episcopado para defendê-la.

De tempos para cá, uma campanha, ora surda ora violenta, vem igualmente sendo desferida contra nossas gloriosas Forças Armadas envolvendo até a ação valorosa e equilibrada de vários de seus chefes. Poucos, nas fileiras eclesiásticas se levantaram contra tais ataques.

Ora, à vista desta campanha, e desta triste sucessão de omissões no tocante às Forças Armadas, o documento de Itaici que atitude toma? Faz causa comum com as inventivas da subversão.

Esta constatação estarrecedora ainda mais clara se torna à vista do modo por que o documento episcopal se refere aos alegados abusos da repressão anticomunista.

Abusos, sempre os houve na História. E até na própria Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo. Cumpre denunciá-los e coibi-los.

Mas, ao fazê-lo, importa sobretudo não condenar as instituições ou as atividades meritórias nas quais eles possam surgir. No entanto, a tendência a dramatizar tais abusos da repressão ao comunismo se nota nas próprias referências que o documento de Itaici a eles faz.

Tendo por fundo de quadro o contexto omissivo e marcadamente unilateral da mensagem de Itaici, essas graves acusações, que efeitos produzem sobre o público? Consiste ele obviamente em favorecer as mais graves calúnias contra as Forças Armadas e até mesmo contra as mais liberais e respeitáveis autoridades destas, que os meios subversivos põem em curso para impressionar o país.

E oxalá fosse só o país. Todos sabemos que a mesma máquina de propaganda internacional responsável pela repercussão de declarações de certos prelados, contrárias à situação brasileira, facilmente podem aproveitar-se do documento de Itaici para reavivar sua orquestração nociva ao renome do Brasil.

Eminência: estamos perplexos. Por que tais atitudes?

Temos razão para rezear que esta pergunta, que não é apenas nossa mas de milhões de paulistas, fique sem resposta.

Não se iluda, porém, Eminência. Nosso povo continua a encher as igrejas e a frequentar os sacramentos. Disto não deduza Vossa Eminência, entretanto, que ele abdicou das convicções e dos ideais que o inspiraram na gloriosa epopéia de 1964.

Atitudes como a dos signatários do documento de Itaici vão abrindo um fosso cada vez maior, não entre a religião e o povo, mas entre o episcopado paulista e o povo.

A hierarquia eclesiástica, na própria medida em que se omite no combate à subversão comunista, vai se isolando no contexto nacional. E nos parece indispensável que alguém lhe diga que a subversão é profunda e inalteravelmente impopular entre nós, e que a hierarquia paulista, tanto menos venerada e querida, vai fiando, quanto mais bafeja a subversão.

Católicos apostólicos romanos, desejamos tornar essa situação bem clara a Vossa Eminência. Preferimos que Vossa Eminência dela se inteire hoje por intermédio de filhos cristamente francos e profundamente respeitosos, a que a conheça amanhã através da evidência dos fatos, ou da gargalhada satânica dos subversivos.

A seu tempo, esta gargalhada se fará ouvir, ecoando por todo o Brasil, sardônica e vitoriosamente, se nossas autoridades civis e eclesiásticas, nas nossas Forças Armadas, e com elas todo o país, não cortarem definitivamente o passo à subversão.

Como poderão não rir os agentes do demônio, vendo que conseguiram transformar em instrumento da expansão comunista, precisamente pastores instituídos por Nosso Senhor Jesus Cristo para esmagar o poder das trevas?

Como católicos desejamos ardentemente que tal não suceda. E este desejo, respeitoso e filial até mesmo na expressão franca de nossas perplexidades e nossas apreensões, motivou a presente mensagem.

Encerrando-a, osculamos com veneração a

In Christo Iesu.

São Paulo, 13 de novembro de 1975

O Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade:

Plínio Corrêa de Oliveira.

Presidente

Fernando Furquim de Almeida

Vice-Presidente

Paulo Corrêa de Brito Filho

Secretário

Adolpho Lindenberg

Alberto Luiz Du Plessis

Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira

Caio Vidigal Xavier da Silveira

Eduardo Barros Brotero

João Sampaio Netto

José Carlos Castilho de Andrade

José Fernando Camargo

José Gonzaga de Arruda

Luiz Nazareno de Assumpção Filho

Paulo Barros de Uchôa Cintra

Plínio Vidigal Xavier da Silveira.

CNBB vê situação de professor

29. April 1976

Em documento sob o título *O Cristão no Magistério Escolar — Subsídio para Reflexão*, divulgado ontem, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) propõe a equiparação dos que ensinam nos primeiros níveis aos universitários, sem que a escala de salários e sistemas de promoções dependam do tipo de ensino.

O documento, elaborado pelo setor de Educação da CNBB, aborda o problema de escassez de professores e proclama a necessidade de uma revisão da retribuição econômica, que considera baixa "em comparação com outras atividades, particularmente as ligadas à indústria."

PREPARAÇÃO

"Um bom professor não se faz da noite para o dia. Não é o diploma, por si só, que lhe confere a qualificação. A experiência é o item fundamental -- uma experiência de anos a fio, no contato diário com as classes, com a ambiência extra-escolar, com a necessidade de reciclagem intelectual constante, através de cursos, seminários, conferências, livros, revistas especializadas", diz o documento.

E alude ainda ao papel libertador da escola, uma escola "onde sejam respeitados a personalidade do educando, os direitos da família e os da comunidade", com a libertação, "em primeiro lugar, da ignorância (...) e de muitas outras falhas que são, em parte, fruto da ignorância e que colocam o homem em situação de dependência."

20. Juni 1976

JORNAL DO BRASIL Domi

CNBB promove seminário ecumênico para estudo de reformas na música sacra

Católicos e evangélicos de algumas denominações — que há alguns anos começaram a estudar a possibilidade de maior comunhão no plano teológico e, mais recentemente, a melhor maneira de estimular a formação de cooperativas de crédito mútuo — vão reunir-se novamente para, pela primeira vez, estudar possíveis melhorias da música sacra em geral.

O encontro se realizará hoje e amanhã no convento católico do Cenáculo, em Laranjeiras, e é promovido pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Terá a participação de aproximadamente 20 músicos católicos, anglicanos, batistas, luteranos, metodistas e presbiterianos, responsáveis pelo hinário religioso cantado em grande parte do país.

LÍNGUA UNIVERSAL

Padre José Weber — assessor da CNBB para Música Sacra, e que, juntamente com Frei Félix Neefjes (responsável pelo setor de Ecumenismo da CNBB), coordena o encontro — disse ontem que a iniciativa já estava prevista no Plano Bienal de atividades da Conferência dos Bispos.

Para a realização da nova reunião interconfessional — que, poucos anos atrás, seria simplesmente impensável — concorrem três fatores, assim referidos pelo Padre: o caráter ecumênico da música, a seu ver "uma linguagem universal que une as pessoas e ultrapassa as divisões denominacionais"; a permuta de algumas músicas, já existente entre o hinário católico e o evangélico; e o fato de, em quase todas as denominações cristãs, existir procura de "caminhos novos e for-

mas mais adaptadas no campo da música sacra".

Para ajudar a reflexão, a Comissão de Música Sacra da CNBB preparou um questionário, que servirá de roteiro para os debates. Uma das questões sugeridas para discussão será saber se se deve continuar a importar certas melodias da Europa e dos Estados Unidos, criar melodias "com sabor mais brasileiro", ou ainda tentar formas de aculturação e definir qual o lugar da música jovem. Outras questões poderão ser o ritmo e o acompanhamento qual a função dos instrumentos musicais, se existe repertório adequado para o povo cantar e qual a participação dos corais.

O encontro de hoje e amanhã começou a ser preparado em março, no Rio de Janeiro e São Paulo, e conta com a aprovação dos dirigentes nacionais das principais Igrejas cristãs do Brasil.

06. Aug. 1976

JC

Presidente da CNBB volta ao Brasil após reunião de bispos das três Américas

Sem qualquer distintivo que revelasse sua condição de Cardeal, D Aluisio Lorscheider, presidente da CNBB, desembarcou ontem de manhã no aeroporto do Galeão, procedente dos Estados Unidos, onde assistiu a parte do Congresso Eucarístico Internacional em Filadélfia, depois de ter participado, em Ottawa (Canadá), de uma reunião de bispos das três Américas.

O Congresso — que tem por tema *A Eucaristia e as Grandes Fomes da Humanidade* — é visto por D Aluisio como "uma boa notícia" e seu objetivo, disse, está sendo alcançado: "Criar no povo norte-americano o interesse pelos outros, para o qual os meios de comunicação muito ajudaram também, apesar de os Estados Unidos serem um país nadando em abundância e onde a religião católica não é a predominante".

ATENÇÃO ESPECIAL

O Cardeal Lorscheider, antes de tomar outro avião para voltar a Fortaleza (de onde é Arcebispo), esteve na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ali passou a manhã despachando.

Dois correspondências que a CNBB enviou ontem mereceram de D Aluisio especial atenção: uma sobre Controle ao Comércio e Porte de Armas, que ele assinou e fez remeter para todos os Secretários de Segurança Pública e líderes do Congresso Nacional; outra sobre os fatos que culminaram com a morte do Padre Rodolfo Lunkenbein, e m Merure (Mato Grosso), despachada para o Presidente da República, Ministros da Justiça, Interior, Agricultura e Exército, presidentes da Funai e do INCRA, chefe do SNI, Governador de Mato Grosso e Embaixador da República Federal da Alemanha (de onde o Padre Rodolfo era natural).

A primeira diz que os dirigentes da CNBB, em sua última reunião (29 de julho), "estudaram alguns aspectos assustadores do aumento da criminalidade e da violência, de assaltos, sequestros e homicídios, que geram a intranquilidade e provocam uma desumana escalada de sempre mais numerosas ações indignas".

A carta faz alusão a "outros elementos do problema", entre os quais "a educação para o espírito de justiça e a fraternidade, o esforço para coibir os desmandos dos esquadrões da morte, a constância em eliminar a corrupção onde quer que ela tente instalar-se." A CNBB pede por isso que as autoridades passem a "fazer efetivo e rigoroso controle ao comércio e porte de armas."

"Não poderá haver tranquilidade enquanto praticamente todos que o desejam conseguem armas com a

maior facilidade" — advertem os bispos. A carta já foi também remetida, há uma semana, para o Ministro da Justiça, Sr Armando Falcão.

Na carta que se refere ao caso de Merure, os bispos resumem sua posição em quatro pontos: 1) prosseguimento da ação da Justiça até o fim, "para que sejam apuradas e castigadas as responsabilidades do ataque e dos homicídios"; 2) continuação da demarcação da reserva das terras dos índios bororós, no Merure, causa do choque que resultou na morte do Padre Rodolfo, um índio e um possessor; 3) solução "justa e humana" para o problema dos proprietários e posseiros que vierem a ser atingidos pela demarcação das terras dos índios; 4) reafirmação de confiança no trabalho dos missionários junto aos índios, o qual deveria ser mais reconhecido "na teoria e na prática" pela Funai.

Ainda no Galeão, o Cardeal Lorscheider manifestou-se inteiramente de acordo com os bispos brasileiros em relação à participação dos padres na política partidária, porque "gerir os negócios temporais é da especificidade dos leigos, não dos padres".

Disse ter tomado conhecimento, no exterior, da nota distribuída à imprensa, semana passada, pelo Bispo-Auxiliar de Fortaleza, Dom Edmilson da Cruz, segundo o qual perderá suas funções pastorais o padre que naquela Arquidiocese se lançar candidato em qualquer pleito político-partidário.

— Os padres — acentuou D Aluisio — sabem que, se se candidatarem, não podem mais exercer o sacerdócio. Esta é uma norma muito antiga na Igreja Católica e continuam válidas todas as recomendações feitas nesse sentido pelo Concílio e pelo Sinodo dos Bispos de 1971.



08. Aug. 1976 ⁷⁰ Multiplicação do Medo

Duas advertências foram feitas nos últimos dias quanto à tendência registrada em nossas cidades à proliferação do porte de armas. A violência implícita na audácia do banditismo, nem sempre reprimida com a ponderação recomendável, disseminou o medo individual — o caminho que leva à multiplicação dos homens armados.

A primeira advertência partiu da Confederação Nacional dos Bispos, em documento encaminhado às autoridades, pedindo maior rigor na concessão do porte de armas e o combate ao comércio clandestino de armamentos. A segunda, complementando o documento dos religiosos, partiu do Secretário de Segurança Pública, com uma observação até certo ponto compreensível: "Mais importante que o controle rigoroso do porte de arma é o problema de quem ilegalmente faz uso delas".

Na verdade, nenhum mal social pode ocasionar a arma portada por alguém com responsabilidade social. O aspecto difícil é identificar na burocracia policial, entre os muitos pretendentes — o medo não é privilégio dos justos — aqueles que merecem a confiança e os que não oferecem qualquer confiabilidade para ganhar o direito ao porte de arma.

Antes de qualquer outra discussão, naturalmente, deve-se exigir uma ação pronta e efetiva para a eliminação do comércio ilegal de armas. Essa modalidade de negócio ocorre, geralmente, na periferia dos grandes centros urbanos. Em alguns casos, como na Baixada Fluminense, armas são vendidas em lojas estabelecidas dentro das normas fiscais, mas que, por baixo do balcão, antes mesmo de sonegar o Fisco, estão burlando a lei.

É comum encontrar-se nas nossas cidades menores em plena puberdade, munidos de revólveres de grosso calibre, praticando a valentia do banditismo. Quando as armas chegam às mãos das crianças, é porque elas já formam um grande arsenal em poder da marginalidade adulta.

Por outro lado, pela importação de hábitos de ostentação armada, estamos nutrindo desde a infância o sonho da valentia perigosa. O comportamento que nos chega por diferentes mensagens é o de uma sociedade que tem, como seu texto constitucional, a garantia do direito de cada cidadão ao porte de sua arma. Uma sociedade na qual, por motivos sociológicos, o mecanismo de repressão é também mais ágil e eficiente, e o conceito de crime tem outras definições. A arma, diante do aparelho policial e do funcionalismo da Justiça norte-americana, tem outro tratamento, o que não impede que, nos tempos modernos, pelos seus efeitos sociais negativos, haja uma considerável campanha para restringir a sua livre comercialização.

Na ótica da CNBB ou na visão do titular da Segurança Pública de São Paulo há condenação clara à proliferação do hábito de andar armado. A cidadania está reclamando a implantação de uma boa polícia, a fim de que cada um não tenha de armar-se para a defesa pessoal e de sua família. No mais, espera-se apenas que seja aplicada a lei — no comércio ilegal, pela cassação dos alvarás de funcionamento e a responsabilização criminal de seus responsáveis, e de uma maneira geral, contra a marginalidade que faz das armas um novo e trágico divertimento urbano.

Grupos marginalizados e de influência serão alvo da ação de dioceses gaúchas

Porto Alegre — No Biênio 77/78, as 14 dioceses do Rio Grande do Sul vão desenvolver uma ação em favor dos grupos de marginalizados na área rural e na área urbana, e também junto aos grupos de influência, considerados em princípio como causadores de uma realidade social que foi pesquisada pelas dioceses durante o ano passado.

O novo plano de pastoral está sendo estudado por 10 bispos gaúchos, reunidos em assembleia-geral no Seminário Maior de Viamão, e deverá estar concluído até amanhã, dia do encerramento do encontro.

MIGRAÇÕES

O levantamento feito em 1975, de acordo com o subsecretário regional de pastoral, Padre Marino Bohn, constatou a existência de um processo de modernização da vida urbana e rural que provoca o fenômeno das migrações, e que gera, além da urbanização sem planejamento, a marginalização na periferia das cidades.

Outros fenômenos apontados pela pesquisa foram o subemprego e o desemprego consequentes da industrialização, da eletrificação rural e da mecanização da lavoura.

Além disso, há ainda uma realidade que a assembleia vai discutir e que deverá ser um dos pontos básicos da ação da Igreja nos próximos anos: "A pessoa vale pelo que tem, e não pelo que é." A assembleia de bispos, de acordo com o Padre Bohn, não aceita esta posição.

A programação regional vai partir da elaboração de

projetos concretos em favor do homem rural e das periferias urbanas, bem como de uma ação junto aos grupos de influência. Esses projetos serão elaborados a partir de indicações operativas que estão sendo apresentadas na assembleia, a título de sugestão. Exemplos de ação para 1977 e 1978 são os contatos diretos com sindicatos, cooperativas e com os próprios pequenos produtores, através dos quais pretende-se conseguir evitar a migração rural e consequente marginalização.

Os educadores, por sua vez, serão reunidos em núcleos para que possam desenvolver um plano integral, "que vise todo o Homem." A perspectiva dos novos planos de ação pastoral não impede que a Igreja revise algumas posições. Há, inclusive, a abertura para uma redistribuição do seu pessoal em função das necessidades do novo plano de pastoral.



Fortaleza e São Paulo — Estamos estranhando em tudo isto a presença de Dom Candido Padim, nacionalmente conhecido como um Bispo de atitudes sóbrias e profundamente religioso. Quanto a D. Fragoso, Bispo de Crateús, no Ceará, conhecemos suas atitudes e sabemos que tem idéias avançadas — declarou o vigário-geral da Arquidiocese de Fortaleza, Monsenhor André Camurça.

Entre as principais autoridades eclesásticas de Fortaleza, a expulsão de Dom Antônio e Dom Candido do Equador não teve maior repercussão, porque, além do desconhecimento detalhado do fato — até ontem não confirmado pela Nunciatura — o que mais preocupa hoje os bispos e padres cearenses é o estado de saúde de D. Aloisio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza, que se encontra em São Paulo para uma operação e que é justamente o presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano.

Surpresa

Segundo o Monsenhor Camurça, a reunião da qual os Bispos participavam no Equador "era de caráter particular, isto é, não se tratava de um encontro oficial da Igreja, que, na América Latina, é hierarquicamente dirigida pelo CELAM. Seu presidente, D. Aloisio, está internado na Beneficência Portuguesa, em São Paulo, onde amanhã se submeterá a uma delicada cirurgia cardíaca. Hoje e amanhã os sacerdotes pedirão durante as missas para que seja coroada de êxito sua operação".

Já em Bauru, os meios religiosos receberam com surpresa a expulsão do bispo da cidade. "Sua posição é avançada, mas dentro do respeito às normas democráticas", salientou o ex-vigário capitular de Bauru, Monsenhor Ramires de Lucena.

Surpreso ficou também o Bispo de Caxias do Sul, Dom Benedito Zorzi: "In-

Dom Cândido Padim

Ordenado monge beneditino em 1946 e Bispo em 1962, Dom Cândido Padim atuou como Bispo Auxiliar de Dom Jaime de Barros Câmara até 1966, quando foi transferido para a cidade de Lorena e daí para Bauru, em 1970.

Ao assumir o cargo que exerce até hoje, Dom Cândido, de 62 anos, disse que sua preocupação consistia "em atender pastoralmente a juventude da cidade", por quem já tinha sido aplaudido de pé, alguns anos atrás, ao se pronunciar favorável à reforma universitária.

"A revogação do AI-5 na situação delicada que o país atravessa por injunções mundiais é de competência exclusiva do Presidente Médici, que prometeu restabelecer a democracia no país", declarou ele em fevereiro de 1971, durante reunião da CNBB.

Na ocasião, disse também que os presidentes da CNBB deveriam ter "maior sensibilidade para com os problemas atuais da Igreja, do país e do mundo" e que necessitavam de "muita experiência pastoral, porque muitos dos atuais documentos eclesásticos e de militantes católicos são contestados na sua atuação".

felizmente, quando alguém diz que é preciso olhar para os pobres e humildes, é confundido com comunistas". Para Dom Benedito, os Bispos cumpriam sua missão. "Se estivéssemos lá com bombas e fuzis seria diferente, mas pregavam a palavra de Deus, que disse que devemos amar a todos os homens assim como a nós mesmos".

"A gente da Igreja — acrescentou — é mal compreendida. Na Segunda Guerra, muitos sacerdotes foram chamados de fascistas, nazistas ou comunistas. Nossa ideologia é a verdade de Deus, a que afasta o homem do egoísmo".

CNBB sem informações

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) até ontem à tarde ignorava qualquer informação a respeito do paradeiro e situação dos bispos de Bauru (SP) e Crateús (CE), Dom Candido Padim e Dom Antônio Batista Fragoso, expulsos sexta-feira do Equador, juntamente com outros 35 religiosos, a quem o Governo daquele país acusou de estarem realizando, em Riobamba, uma reunião, orientada para a subversão.

Os dirigentes da CNBB, tão logo tomaram conhecimento da notícia, entraram em contato com a Nunciatura Apostólica em Brasília para colher possíveis informações através do Itamarati. Antes de viajar para Quito, Dom Padim e Dom Fragoso, estiveram na CNBB, mas o subsecretário-geral, Padre Luis Colussi, diz saber só aquilo que expressou através da nota distribuída pela imprensa:

"Trata-se de um encontro de bispos de vários países americanos que se reuniram espontaneamente para pôr em comum seus trabalhos de Igreja e refletir sobre eles. Esse tipo de encontro é hoje absolutamente comum, a tal ponto que nos causa espanto uma atitude dessas por parte do Governo daquele país".

Dom Antônio Fragoso

Bispo de Crateús, a 470 quilômetros de Fortaleza, de onde dirige 10 paróquias, com uma população superior a 250 mil pessoas, Dom Antônio Fragoso, com 56 anos, mantém-se distante do noticiário há cinco anos.

Em 1968 seu nome apareceu com destaque na imprensa, quando surgiram informações de que a polícia do antigo Estado da Guanabara o prenderia por causa de uma carta escrita a um amigo, considerada "um apelo à subversão".

Naquele ano, o advogado Stanislaw Fragoso, seu irmão, impetrou habeas corpus junto ao Superior Tribunal Militar. Dom Antônio era acusado também pela Secretaria de Segurança de ligação com Carlos Marighela. Não houve prisão e Dom Antônio não mais apareceu com a antiga frequência a reuniões públicas.

Paraibano de serra do Teixeira, ele foi nomeado para Crateús em 1964. Curvou o Seminário Maior de João Pessoa, tendo sido ordenado sacerdote em 1944. Antes de assumir a Diocese de Crateús foi Bispo-Auxiliar de São Luiz e Reitor da Universidade Católica da cidade.



Documento à CNBB orienta cursilhistas do país para as eleições

Por considerarem as próximas eleições com "sérias preocupações e justificadas indagações de leigos católicos que, com seriedade, buscam a realização do bem comum", dirigentes do Movimento de Cursilhos de Cristandade fizeram chegar ontem à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil um documento destinado especialmente a orientar os mais de 350 mil cursilhistas espalhados pelo país.

Datado de 9 do corrente e assinado pelo secretariado nacional do Movimento de Cursilhos de Cristandade do Brasil, ele não faz alusão a Partidos ou candidatos, mas alerta os secretariados diocesanos para "a grave responsabilidade que lhes incumbe de ajudar a conscientizar aquelas pessoas vocacionadas para a política e que passaram pelo Cursilho ou que estão participando de uma forma ou outra do Movimento".

O REGULAMENTO

São cinco os principais itens para os quais os dirigentes cursilhistas chamam a atenção com vistas à conscientização política. O primeiro cita um documento do Concílio Vaticano II (*Lumen Gentium*, nº 31), onde é lembrado que "aos leigos cabe, por vocação própria, o Reino de Deus, exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus".

O segundo item se refere expressamente à "responsabilidade de (os leigos cristãos) fermentarem evangelicamente as realidades políticas". O terceiro se constitui em uma espécie de advertência: "Nem a Igreja e nem o Movimento devem-se constituir em trampolim para galgarem postos ou conquistar situações pessoais".

Conforme o quarto item, os leigos cristãos "são absolutamente livres, na sua vocação política, para militarem dentro dos quadros das opções partidárias, desde que as ideologias dos Partidos e seus princípios não venham ferir os princípios do Evangelho e nem atentar contra a liberdade e os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana, permanecendo, a o mesmo tempo, imunes de qualquer pressão econômica, moral ou pessoal, e não atrelados a conveniências ou interesses de grupos ou pessoas".

No último item, os dirigentes cursilhistas recomendam o respeito mútuo diante das opções políticas de cada um para que "busquem todos, embora por programas diferentes e diferentes caminhos, atingir o objetivo comum, isto é, a justiça social, o bem-estar, o crescimento e a fermentação evangélica da comunidade humana, denunciando corajosamente — quando for o caso — as situações

que venham a ferir o bem comum, a justiça e a paz".

O documento recomenda também o conhecimento da lei eleitoral e a participação de todos os cursilhistas no próximo pleito, "através do voto livre, consciente e amadurecido" para a "construção de uma sociedade mais humana e mais justa, a fim de que a sua omissão não venha a ser causa de prejuízo para toda a comunidade e do triunfo do ódio sobre o amor, da injustiça sobre a justiça, da opressão, do poder e da força sobre a autêntica liberdade dos filhos de Deus".

O secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, que classificou o documento como "muito bom", informou que entre os cursilhistas existem alguns candidatos, o Ministro da Educação, Ney Braga, e vários parlamentares.

CNBB FALA DEPOIS

Dom Ivo acha cedo demais para que a CNBB se pronuncie a respeito da campanha eleitoral. Prometeu, entretanto, que na reunião da Comissão Representativa, em outubro, será feita uma síntese e análise de todos os pronunciamentos dos bispos, que estão-se manifestando "pela primeira vez de uma maneira maciça" com vistas à conscientização e participação do povo. Ele acredita que a CNBB poderá então dar sua "posição final".

Sobre padres que pretendam concorrer a cargos eletivos, voltou a afirmar que "na Igreja cada um deve ocupar o seu lugar, e o padre deve inspirar todo o caminho da política". Segundo ele, "o padre, na área política, deve estar tão próximo, que tenha bastante sensibilidade para saber discernir qual o caminho do bem comum, e deve estar tão distante que não se deixe envolver".

158
Quinta-feira, 26/8/76 □ 1º Caderno

Bahia responde à CNBB que tem o controle efetivo do comércio e porte de armas

Bahia é o primeiro Estado a responder ao apelo para "um efetivo controle do comércio e porte de armas" que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil dirigiu, no princípio do mês, a todas as Secretarias Estaduais de Segurança. Na Bahia a Secretaria não devolve armas apreendidas e não autoriza a sua compra a alcoólatras nem "aos despidos de responsabilidade, aos que não acusam sensibilidade moral".

A resposta do Governo baiano foi divulgada ontem pelo secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter. O Bispo, que em sua Diocese gaúcha de Santa Maria chegou a sugerir o policiamento desarmado, afirmou que "pode parecer ingenuidade aspirar a uma sociedade sem armas nem Forças Armadas mas, se houver educação e esforço sério nesse sentido, um dia a gente chega lá".

FATOR DE TERROR

Junto com a resposta que o diretor da Divisão de Controle de Armas e Munições da Secretaria de Segurança da Bahia, Coronel Antônio Facum Pita, remeteu à CNBB, veio também cópia da carta por ele encaminhada ao Secretário de Segurança daquele Estado. Afirma que "nunca a arma foi fator de convencimento mas de terror".

Acrescenta, no entanto, que o simples porte de armas não pode ser considerado "fator de criminalida-

de", já que no Estado baiano apenas 15% dos crimes praticados por armas de fogo são de armas registradas. E depois de proclamar "válido o grito de alerta" dos bispos, o Coronel Pita admite que daí possa advir "a uniformização dos requisitos e uma fiscalização mais eficaz, para a qual devem ser convocados todos os que exercem uma parcela de autoridade, tornando-se co-responsáveis pelos delitos ou negativismos das ações em prol da garantia do maior de todos os direitos, que é a vida".

CNBB divulga documento

JORNAL DO BRASIL □ Quinta-feira, 2/9/76 □ 1º Caderno

sobre segurança

Municípios desejam indenização

Belo Horizonte — Uma reforma constitucional que permitisse à União indenizar os municípios cujas melhores terras foram ou serão inundadas para a construção de hidrelétricas foi sugerida ao Presidente Geisel pelo Prefeito de Uberaba, Sr Hugo Rodrigues da Cunha, para quem a indenização unicamente ao proprietário privado não é justa.

Embora considerasse um pouco exagerada a idéia da reforma constitucional, o Presidente mostrou-se simpático à sugestão, que poderia ser concretizada com a criação, a nível ministerial, de um organismo que faria as indenizações de forma indireta, com estímulos maiores aos municípios prejudicados.

A idéia de uma reforma constitucional que permitisse essas indenizações não só na área do Direito Privado, mas também na do Direito Público, vem sendo defendida pelo Prefeito de Uberaba desde sua candidatura a deputado pela Arena, em 1970, quando foi derrotado.

Considera o Sr Hugo Rodrigues da Cunha que nos países comunistas o proprietário privado não tem direito à terra, o que no seu entender é uma situação extrema. A Constituição brasileira, por sua vez, seria uma constituição capitalista que, no que se limita ao assunto em questão, protege o proprietário privado, mas deixa desguarnecido o Estado.

São Paulo — Sob o título Doutrina da Segurança Nacional à Lua da Doutrina da Igreja, a Comissão Regional Sul-1 da CNBB divulgou ontem um documento no qual se propõe a estabelecer a síntese histórica da evolução político-social brasileira de 1930 até nossos dias, e o confronto entre a doutrina de segurança nacional e o doutrina da Igreja.

O estudo foi elaborado por uma equipe de peritos e coordenado por Dom Candido Padim, e posteriormente distribuído pelo Padre Mário Donato Sampaio, secretário da CNBB em São Paulo. O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, considerou o documento falso, por não ter sido aprovado na assembléia da CNBB, realizada em 1968, no Colégio Sacré Coeur, no Rio de Janeiro.

Crise política

Na primeira parte, o documento da CNBB diz que "a crise política que o Brasil viveu na década de 50/60 e terminou com o Movimento militar de 1964 e todas as consequências trazidas ao país em nossos dias estão estreitamente ligadas às transformações estruturais que o advento da industrialização determinou na esfera econômica, política e social".

Aborda o problema criado com o desenvolvimento que "gera padrões e formas de comportamento e expectativas radicalmente conflitantes com os padrões e comportamentos da sociedade anterior" e diz que "esse conflito abrange todos os campos da sociedade em transformação, assume no campo político formas de poder e coalização que oscilam entre sistemas de Governo aparentemente democráticos e Governos com tendências manifestamente autoritárias ou ditatoriais".

Historia em seguida vários episódios como a crise mundial de 1929, a substituição da hegemonia política a partir de 1930, "quando a burguesia latifundiária passou a dividir o Poder com a burguesia industrial".

Refere-se o trabalho também à Estratégia de Planejamento global, do qual "o poder nacional é mero instrumento de ação", e de onde surge "a doutrina de segurança nacional: da análise da conjuntura nacional e da brasileira em particular tiram-se os princípios que legitimam a instauração de um superpoder (vinculado totalmente a interesses do Estado líder), que decide, a título de segurança coletiva, que deve ser o regime a política econômico-financeira, capitalista, planejamento para o desenvolvimento etc., em nome da civilização ocidental e cristã".

Na última parte, o documento declara "a falsidade da dicotomia Ocidente Oriente"; a necessidade da solidariedade entre as nações e da fraternidade entre os povos, e quanto ao problema do desenvolvimento-subdesenvolvimento, afirma que "entre as nações economicamente mais desenvolvidas e as outras nações torna-se cada dia mais grave a oposição, que pode colocar em perigo a própria paz do mundo".

O documento conclui com o seguinte: a) solidariedade e fraternidade dos povos; b) idêntica oportunidade a todos; c) transações comerciais entre países ricos e pobres, baseadas na equidade; d) sem exploração nem colonialismo.

Falsidade

Dom Paulo Evaristo Arns disse que considera o documento falso porque ele não poderia ter sido distribuído sem a sua devida autorização, pois é presidente da CNBB-Região Sul. Explicou que tomará providências para apurar as responsabilidades pela distribuição do documento.

Irritado, o Cardeal disse que "o Padre Mário, que é o responsável pela divulgação de documentos, não tem ido à CNBB nas últimas semanas e que não poderia ter sido ele o autor da distribuição do trabalho de Dom Candido Padim.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIMÉDIA DA UFPA

Empresário acusa bispos e missões

Brasília — Durante a audiência com o Presidente da República terça-feira, o ex-Senador Flávio Brito, atual presidente da Confederação Nacional da Agricultura, acusou os bispos da CNBB e os missionários indigenistas de estarem levando "verdadeiro tumulto ao campo, jogando empregados contra empregadores e incentivando posseiros profissionais a invadirem propriedades, principalmente nos Estados do Acre, Pará e Mato Grosso".

— As fitas que com o presente relatório lhe encaminhamos consubstanciam gravíssimas denúncias que caracterizam verdadeira agitação no meio rural e que, portanto, devem ser remetidas para os órgãos de segurança para a indispensável apuração. Estas foram palavras textuais do Sr Flávio Brito ao General Geisel. Duas fitas contêm depoimentos de fazendeiros, padres e diversas pessoas do Acre.

COMUNISTAS

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura disse ainda ao Presidente da República que "no clero também há comunistas, assim como entre os apóstolos existia um Judas". Adiante, acrescentou haver chegado a hora de um posicionamento da classe rural e do Governo porque "não é possível continuarmos indiferentes aos problemas existentes, inclusive com várias mortes".

As preocupações do meio rural em razão das restrições impostas aos créditos para a pecuária ocuparam, a seguir, o tempo da audiência:

— A Expointer realizada este ano, em Esteio (RS),

que contou inclusive com a presença de Vossa Excelência, é bem um exemplo da repercussão que estas restrições vêm tendo no meio rural: foi a menor comercialização observada nos últimos 10 anos, naquela exposição, segundo a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Diante dos insistentes rumores de que o crédito de custeio também sofrerá restrições, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura considera necessário um desmentido oficial "para restabelecer a tranquilidade do homem do campo". Para ele "é muito grave a posição do Governo no momento, com a crescente inflação". Mas a agropecuária, segundo explica, não tem participação significativa no processo inflacionário, apesar dos produtos agrícolas, principalmente os hortifrutigranjeiros venham apresentando constantes elevações de preços.

O problema, a seu ver, é o custo de intermediação, "insuportável, pois não se admite que um quilo de tomate, por exemplo, chegue ao Ceasa (Central de Abastecimento) a Cr\$ 1,00 e saia, ainda por atacado, a Cr\$ 5,00".

Ao Presidente da República o Sr Flávio Brito apresentou três sugestões: 1a.) mudança de critérios na distribuição dos boxes nas Ceasas, entregando-os às cooperativas de produção e não aos intermediários; 2a.) fomento à criação de cooperativas de consumo junto às comunidades e de cooperativas centrais para compras e abastecimento das de primeiro grau. Ele acredita que assim o problema poderá ser solucionado.

Bispos querem aproxi

Porto Alegre — A aproximação das classes marginalizadas e as dominantes é uma das metas do Plano de Pastoral da Igreja no Rio Grande do Sul para 1977/78, "sem estabelecer área de atritos, porque isso seria parte de uma doutrina marxista, mas tentando uma união de classes, que constitui o próprio papel da Igreja".

Essa meta foi definida pelos 19 bispos gaúchos que estiveram reunidos durante três dias no Seminário de Viamão, representando 14 dioceses. O Plano de Pastoral é composto de quatro projetos, para aplicação nas áreas rural e urbana. Ficou decidido um levantamento das áreas geográficas do Estado on-

de é maior a incidência de marginalização populacional.

"A Igreja proclamou aqui que nós temos a tarefa de unir nem só pobres, nem só ricos; temos que unir pobres com ricos, para estabelecer uma unidade, uma família", disse o Bispo de Santa Maria, D Ivo Lorscheiter, que é secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). E frisou ser justamente essa idéia que estabelece a diferença "entre o cristianismo e outros grupos ideológicos", lembrando ainda que o programa de aproximação já havia sido traçado pela própria CNBB. "É dela que veio a inspiração para as metas do novo Plano de Pastoral do Rio Grande do Sul". Acrescentou que a

meta pode parecer utopia, "mas as utopias, para a Igreja, são metas atingíveis".

Disse ainda que o programa tem "certa originalidade": ainda não há nenhuma diocese engajada nele. "O que a Igreja Católica já fez nesses termos foi a experiência da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE), que tentava levar aos empresários a consciência da sua atuação em função dos direitos dos operários. Mas essa associação — reconheceu D Ivo — "já não trabalha mais com o vigor que a caracterizou quando de sua fundação, numa época em que o comunismo representava uma ameaça mais próxima".

Segundo D Ivo, o mundo empresarial que se pretende atingir

13. Sep. 1976



NACIONAL - 7

mar classes

agora poderia ser retomado a partir daquela experiência, embora reconheça que "os grupos de influência poderão apresentar certa resistência ao projeto da Igreja a partir das contradições internas".

"O que nós queremos saber dos políticos, por exemplo, é o que eles acham de um trabalho humanístico que nós estamos propondo. A possibilidade de tocar em certos melindres, que também existe, não será um entrave no trabalho pastoral, porque quando nós tocarmos nesses melindres procuraremos resolvê-los".

O Bispo de Rio Grande, D Frederico Didonet, disse que a Igreja pretende ajudar as comu-

nidades e não estabelecer domínios.

Os 19 bispos reunidos em Viamão não tomaram posição conjunta quanto ao caso do prelado integrista francês D Lefebvre. Para eles, é de fundamental importância que o caso francês seja equiparado ao italiano do Padre Franzoni, "como movimentos opostos, protótipos que nascem de raízes opostas mas que se tocam", a partir do momento em que a Igreja deve manter seus valores e "ficar na sabedoria do equilíbrio".

D Ivo Lorscheiter acha que não existe perigo de reflexos dessas duas posições no Brasil. "Há grupos aqui que aplaudem esses protótipos de atitudes mentais, apenas", disse ele.

03. Juli 1976

Cardeal de S. Paulo elogia Papa

São Paulo — Se a Igreja deixasse de se ocupar dos problemas mais candentes e dolorosos dos homens no mundo, já não seria digna de Cristo, "que se encarnou na pobreza". E' por isso que Paulo VI "não hesita em enfrentar incompreensões, desde que seja a favor da paz, da verdade e da solidariedade humana".

O pronunciamento é do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, a propósito da festa de São Pedro, "o Príncipe dos Apóstolos", no dia 29. O Cardeal lembrou o zelo pastoral do Papa, "sempre voltado a favor dos que sofrem", "um coração sensível e acolhedor".

02. Sep. 1976

CNBB apóia bispos expulsos do Equador

São Paulo — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou ontem um comunicado oficial manifestando "solidariedade irrestrita" aos Bispos Candido Padim e Antônio Fragoso, recentemente expulsos do Equador sob a acusação de desenvolverem "atividades subversivas".

A nota, emitida pela Regional 1 da CNBB, afirma

que os prelados foram expulsos pelos militares equatorianos por "defenderem os direitos humanos", acrescentando que "o exercício da missão profética sempre custa sacrifícios e incompreensões que se tornam motivos de glória para a Igreja". E' assinada pelo secretário regional da CNBB em São Paulo, Padre Mário Donato Sampaio.

Estudantes em Petrópolis afirmam que comunistas se infiltraram no clero

Ainda sem representantes da PUC do Rio de Janeiro, o Congresso da Federação de Estudantes de Universidades Católicas da América Latina (FEUCAL) prosseguiu ontem, em Petrópolis, tendo como destaque um documento extraordinário em que universitários de Cuenca, Equador, asseguram que há infiltrações comunistas no clero.

Com cerca de 100 delegados, num clima de composição ideológica, principalmente por parte dos estudantes bolivianos e chilenos, foram ouvidas ontem as advertências do Reitor da Universidade Católica de Buenos Aires, Dom Nicolas Derisi, que concluiu assegurando que "a política é um cancer na Universidade".

DENÚNCIA

O documento dos estudantes equatorianos foi dirigido aos representantes das Universidades Católicas da Bolívia, em respaldo e apoio pelo que consideram uma adoção perniciososa de filosofia marxista por parte do clero naquele país.

A denúncia, considerada como "caso relevante e urgente", assegura a existência de propaganda ideológica de esquerda, naquele país, partindo de padres oriundos de países nórdicos e dando conta da impossibilidade de padres nativos subirem a cargos mais elevados, em detrimento dos estrangeiros.

Depois da missa, ontem, houve a palestra de Dom Nicolas Derisi sobre o tema Natureza e Missão da Universidade Católica. Ao mesmo tempo, chegavam a Petrópolis as representações de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, além de representantes do México e da Bolívia.

As maiores delegações são as do Equador, Chile e Argentina, com cerca de 10 delegados cada uma.

OS DIRIGENTES

O atual presidente do Feucal é o representante do Chile, Juan Carlos Bull, eleito no congresso anterior para um mandato de um ano. A secretária executiva é uma brasileira de São Paulo, Imalda Guirardelli, eleita para um período de três anos. Ambos os cargos são bastante políticos e há interesse até dos próprios dirigentes das nações de que eles sejam ocupados por representantes dos seus países, pois acreditam que podem conseguir projeção política para seus futuros líderes.

Visando enfraquecer as posições dos representantes da Bolívia e do Equador, os maiores contestadores, no congresso, foi eleito, pela assembleia, para

ocupar o cargo de 1º-vice-presidente do X Congresso o estudante de direito da UC-Petrópolis, Alexandro Simões, de 19 anos e também como homenagem à cidade anfitriã. Na presidência do congresso está o próprio presidente da Feucal, e na 2ª-vice-presidência o argentino José Roberto Flores. O novo presidente, segundo rumores, será o representante do Paraguai ou da Argentina, cujos países deverão ser a sede do novo congresso. A secretária executiva permanecerá mais dois anos no cargo.

A PALESTRA

A palestra do Reitor da Universidade Católica de Buenos Aires durou cerca de hora e meia para um auditório lotado. Inicialmente, ele reconheceu que há mudanças permanentes na vida universitária, mas advogou que as mudanças sejam feitas dentro da verdade, porque as universidades têm valores permanentes:

"A minha verdade: enquanto na procura e na investigação podem ser encontrados valores e verdades concretas, mas não por isso imutáveis, a verdade dos valores permanentes são aquelas que nos foram legadas por Jesus Cristo, através dos Papas e dos Bispos, para os homens que, como filhos de Deus, obra e criação divina, devem ser aperfeiçoados."

Acredita o Reitor da Universidade de Buenos Aires que "a política propriamente dita deve ser separada da universidade, porque os jovens estão em seus cursos para aprender, não para ensinar". Estão ali, segundo ele, para buscar soluções, não para dar. A política foi considerada incompatível com a missão da universidade, embora acredite que os universitários devam fazer política, mas fora da universidade.



Bispos pedem reflexão nas eleições

09. Okt. 1976

Belo Horizonte — O secretário Regional Leste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgará amanhã, nas Igrejas de Minas e Espírito Santo, as Reflexões para Tempo de Eleição, aprovadas durante a última reunião da Comissão Episcopal de Pastoral, em que se aconselha a não se abster do voto ou de votar "sob pressão ou intimidação de ninguém".

Quanto à escolha do candidato, adverte contra os que buscam apenas honras, prestígio, interesses pessoais ou que fazem promessas irrealizáveis. Lembra ser indispensáveis ao candidato "aquela capacidade de respeito ao adversários políticos, a arte de saber conviver com posições diferentes da sua — o que é uma glória da democracia — e a disposição de não impor autoritativamente seus pontos-de-vista, mas fazer que eles se imponham pela lucidez de sua fundamentação".

VISÃO MAIS ALTA

De acordo com o documento da Comissão Episcopal de Pastoral, que representa os bispos do Regional Leste II (Minas e Espírito Santo, em tempo de eleição "é hora de crescimento do valor político do cidadão e deve ser aproveitada como alta e nobre escola de educação política".

— **C**ampa n h a eleitoral não pode confundir-se com uma simples competição para atingir posições de comando ou com um mero jogo de interesses entre grupos que se antagonizam. É o momento oportuno para se projetar aos olhos de todos uma visão mais alta do que é uma comunidade política e de como os cidadãos devem nela participar.

Lembrando o Concílio, afirma que cresce dia a dia no homem de hoje a consciência da dignidade da pessoa humana. "Em decorrência disso, a aspiração de todos é que a ordem político-jurídica seja cada vez mais apta a amparar os direitos da pessoa humana. Por outro lado, fortifica-se o desejo de participação de todos, em graus e níveis diversos, na orientação da vida da comunidade.

— Cresce o respeito para com os diferentes grupos que compõem uma comunidade — acrescenta — numa bela manifestação de que ninguém pretende monopolizar a verdade, antes, se reconhece que a contribuição de opiniões diferentes poderá enriquecer o patrimônio de sabedoria de um povo. Intensifica-se o empenho em promover todos os homens, de tal sorte que todos tenham lugar no banquete do progresso.

Aconselha o documento a que não se levantem muros de egoísmo, "inclusive daquilo que se poderia chamar de egoísmo coletivo, isto é, de grupos que só pensam nos seus interesses. Que se cultive o amor à justiça, sobretudo dessa que tem o nome de justiça social e que é muito mais do que o *frio meu e teu*: é uma preocupação do bem-estar distribuído para todos na mais larga medida e na mais sã b i a proporcionalidade".

CNBB debate problemas das populações rurais

21. Okt. 1976

Em seu segundo dia de trabalho, a Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deteve-se, ontem, sobre o que considera "gravíssima problemática social": a sorte das populações indígenas e rurais, que geralmente ignoram seus próprios direitos, vivem intranquilos e sem esperança de dias melhores.

O Bispo do Acre, Dom Moacyr Grechi, que comentou a situação, disse se sentir perplexo quando pensa no futuro dos 10 milhões de famílias brasileiras sem terra (dados do INCRA), o que o leva a desejar a reforma agrária conforme "a letra e o espírito" do Estatuto da Terra, elaborado no Governo Castelo Branco mas "nunca posto em prática".

Com agilidade

O problema dos sem terra já em junho de 1975 foi estudado com minúcia pelos bispos da Amazônia, num encontro em Goiânia, e do qual resultou a criação de um novo organismo eclesial: a Comissão de Terras. Destinava-se a "realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins".

O presidente da CNBB, Cardeal Aloísio Lorscheider, deu então sua inteira aprovação à Comissão de Terras mas só agora os participantes da Comissão Representativa propõem seja estudado qual o tipo de vinculação que ela deve ter com a Conferência dos Bispos e alguns deles sugerem até que o tema da reforma agrária seja incluído na próxima Assembleia-Geral do Episcopado nacional.

Na nota distribuída ontem à imprensa, Dom Moacyr e Dom Afonso Niehues, Arcebispo de Florianópolis, afirmam que "em todo o país, mas especialmente no Norte, Nordeste e Amazônia, em que os conflitos vêm-se sucedendo em escala alarmante, atingindo membros da própria hierarquia da Igreja, a situação de índios e camponeses é de quase total desamparo e com poucas perspectivas de solução".

"Isto ocorre, fundamentalmente" — destacam os dois Bispos — "pela implantação das grandes empresas agropecuárias e de mineração, mobi-

lizados pela política oficial de incentivos fiscais. Esta política apresenta uma face contraditória, pois existem no país leis que propugnam a reforma agrária e leis trabalhistas em favor do homem do campo que, porém, no mais das vezes, ficam relegados ao esquecimento."

Acrescentam que a posição da CNBB em favor dos índios e camponeses fica mais enriquecida com a participação, como observadores da reunião da Comissão Representativa — os Pastores Bertoldo Weber (luterano, de Porto Alegre) e Carlos Simões (metodista do Rio) — que "estão igualmente se sensibilizando pela problemática e por esta pastoral específica. Com isto, cada dia mais, o Evangelho de Jesus Cristo se torna real mensagem de esperança de uma libertação integral do camponês, do índio e de todo o povo oprimido de nossa Pátria".

O papel da Igreja

Dom Moacyr Grechi observou que "a Igreja, como hierarquia, terá todo empenho em lutar pela reforma agrária, mas nunca pretenderá nem pode substituir o INCRA." Aos bispos cabe "apenas esclarecer e apoiar."

Entretanto, o Bispo do Acre insiste: "Do ponto-de-vista social, a visão do Estatuto da Terra é: terra para quem precisa e para quem a torna produtiva." Segundo ele, "no Brasil, pelo que se vê, o latifúndio nunca foi produtivo, e isso é contra o espírito da lei." Fez ainda duas perguntas: "Para onde vai esse pessoal que vive da terra? Por que uns têm que ter tanto e outros nada?"

"O INCRA seria o órgão indicado para a reforma agrária, mas não se percebe que ele atue nesse campo, como seria para desejar" — comentou o Bispo.

Quanto àqueles que julgam como "casos isolados" as arbitrariedades cometidas contra posseiros e índios, Dom Moacyr dá como resposta: "Eu convidando qualquer um a ir morar lá."

O Arcebispo de Florianópolis disse que no Estado de Santa Catarina só existem minifúndios e que "há ainda milhares de famílias sem a sua terra." Levará ainda "muito tempo" para que todos os que hoje usufruem da terra venham a ter o título de propriedade.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIMÉDIA (INAP - UFPA)

23. Okt. 1976 7/

Bispos distribuem carta sobre política e eleições condenando a abstenção

*B*o Horizonte* — A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) distribuiu documento com discursos de bispos de Minas e do Espírito Santo sobre política e as eleições de 15 de novembro. Todos condenaram a abstenção. No documento, é citada a advertência do Papa Paulo VI para que a política seja levada a sério. O Arcebispo de Vitória, Dom João Batista da Mota Albuquerque, fez a apresentação do artigo *E' Tempo de Votar*.

Nele, a disputa entre Arena e MDB é considerada "tão desigual quanto a corrida entre o coelho e a tartaruga", ante a Lei Falcão, o sistema de sublegendas, a lei da fidelidade partidária, e o fato de que a Arena controla 89% dos municípios brasileiros.

NA PRÁTICA

O documento considera que, na prática, o Poder não vem sendo exercido em conformidade com o parágrafo 1º da Constituição:

"O voto, através do qual o povo delega a seus representantes o exercício do Poder é hoje em nosso país apenas um direito consentido por autoridades que não foram eleitas pelo povo. Desde 1964, nenhum Presidente da República foi eleito pelo povo. Os Governadores são diretamente escolhidos pelo Presidente. Os Prefeitos das capitais, das zonas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais são, por sua vez, escolhidos pelos Governadores".

Após considerar as dificuldades que enfrenta o MDB, diante do poderio numérico da Arena e de dispositivos como a Lei Falcão, acrescenta o documento: "Mesmo eleitos, os candidatos emedebistas terão que continuar pisando em ovos, enquanto vigorar o Ato Institucional nº 5 que concede ao Presidente da República o poder de cassar o mandato de qualquer político que se coloque frontalmente contra o regime atual".

"Se todos esses fatores concorrem para a vitória da Arena nas próximas eleições de 15 de novembro, não está afastada uma grande surpresa por parte do MDB, como ocorreu nas eleições de 1974. O aumento do custo de vida, o baixo poder aquisitivo do novo salário mínimo, a censura, o desrespeito aos direitos humanos por parte da repressão policial são algumas das causas do descontentamento popular que poderá se traduzir na preferência do eleitorado por candidatos oposicionistas".

"Não cabe à Igreja indicar ao eleitorado este ou aquele Partido, este ou aquele candidato. É missão da Igreja, porém, esclarecer o povo quanto às normas vinentes que regulam o processo eleitoral, permitindo-lhe uma opção consciente e madura. É dever dos cristãos rejeitar os candidatos carreiristas, oportunistas, que procuram viver à sombra de privilégios concedidos pelo Poder e dar preferência aos candidatos que querem de fato servir ao bem comum, defendendo as aspirações de liberdade e justiça do povo brasileiro".

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Frei desautoriza o uso de seu nome

Recife — "Quero esclarecer que não tenho Partido, e que quando algum político me pergunta quem vai vencer o pleito, respondo que será aquele que tiver maior número de votos. Soube que, em Palmeiras dos Índios, Alagoas, um candidato fez um postal com o meu retrato para utilizar na sua propaganda, mas saiba todos que não dei a ninguém autorização para isso".

O esclarecimento é de Frei Damiano, frade capuchinho de 78 anos, tido na região como o segundo Padre Cicero, pela popularidade que alcançou com sua ação

missionária no Nordeste. O capuchinho não dá opinião sobre quem vai vencer as eleições, porque alguns candidatos do interior exploraram suas respostas, divulgando em jornais pernambucanos que Frei Damiano apoiava esse ou aquele candidato.

Muitos estão distribuindo fotos, resultantes de montagens, acompanhando o religioso nas peregrinações pelo Nordeste. O *Diário de Pernambuco* foi um dos que publicaram uma fotografia do candidato à Prefeitura do Município de Pesqueira junto a Frei Damiano.

CNBB adia pronunciamento sobre violência no país

Embora esperado para ontem, "para evitar a veiledade de sua utilização politico-partidária", só depois das eleições de 15 de novembro será conhecido o comunicado, de "longo texto", no qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil comentará as últimas violências no país, especialmente contra religiosos, segundo informou o secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter.

O documento foi elaborado em uma semana de estudos, realizada pela Comissão Representativa da CNBB, encerrada ontem ao meio-dia. Os bispos chegaram a informar que ele seria distribuído no fim da reunião, mas Dom Ivo justificou o adiamento como a melhor medida a ser tomada, para "não dar a impressão de que a CNBB está apoiando essa ou aquela forma de política".

OUTRO

Outro documento, também esperado para o fim da reunião, intitula-se *Os Cristãos e a Política*. Igualmente não foi divulgado, porque seus autores acharam preferível remetê-lo primeiro aos bispos de todo o país, sugerindo sua leitura em todas as igrejas e comunidades católicas, no último domingo antes das eleições — 7 de novembro.

Quanto ao conteúdo do documento, Dom Ivo limi-

tou-se a dizer que ele é uma súplica do que foi apresentado nos últimos meses pelos responsáveis de 66 dioceses e que a Comissão Representativa da CNBB elogiou "essa série de iniciativas, no sentido da educação política do povo". Frisou entretanto que a leitura, a ser feita durante as missas, em vez do sermão, "não é obrigatória, mas apenas uma sugestão, sem mais comentários".

CONSELHO

Outro problema debatido na reunião, que pela primeira vez foi levado a uma assembleia dos principais representantes da CNBB — 38 bispos, em nome da presidência da entidade e dos 13 órgãos regionais — diz respeito ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e à Comissão de Pastoral da Terra.

Oportunamente, será distribuída a nota oficial da CNBB, mas Dom Ivo adiantou que ambos os organismos continuarão gozando de "certa autonomia", sem vinculação com a CNBB.

Explicou que, além de evitar morosidades, a independência do Cimi e da Comissão da Pastoral da Terra fará com que não fiquem só com a Conferência dos Bispos as "culpas e méritos" daquilo que a Igreja faz no Brasil. Dom Ivo salientou porém, que aqueles dois organismos "continuarão

agindo sempre entrosados com os demais órgãos da Igreja".

SINODO

Um quarto, e último documento, que a CNBB distribuirá em breve, englobará as principais proposições com que o Brasil responderá ao convite do Sinodo Mundial dos Bispos, para participar da preparação do tema a ser debatido em sua próxima reunião, daqui a um ano, em Roma: A Catequese no Nosso Tempo, com Particular Referência à Catequese das Crianças e dos Jovens.

Dom Ivo observou que o tema pode parecer "inocente" mas chamou a atenção para um aspecto debatido profundamente pelos participantes da reunião da Comissão Representativa e já antes analisado pela Comissão Nacional de Pastoral:

"Não queremos fazer uma catequese de idéias, mas de vida e de compromisso, sem ignorar a catequese tradicional", disse ele.

Falando, ainda, sobre o Cimi, Dom Ivo defendeu a causa pela qual aquele órgão vem-se batendo junto aos indígenas:

"Nossa tarefa é evangelizar" — insistiu o Bispo — "mas não é só espiritualista; ela tem de se encarnar em outros aspectos humanos".

Pastoral discute grilagem

Salvador — A expulsão de trabalhadores rurais de suas propriedades é feita não apenas por grandes fazendeiros, mas também por órgãos oficiais, como a Codevasf e a Chesf: a conclusão é da Comissão de Pastoral da Terra, da Regional Nordeste III da CNBB, que passou o fim de semana discutindo o problema em Feira de Santana.

Documento com as conclusões do encontro denunciou dois assassinatos nos Municípios de Brejolândia e Feira de Santana, onde um homem e uma mulher resistiram ao serem expulsos de suas propriedades. Uma das conclusões foi a de que os latifundiários usam re-

ursos violentos contra pequenos proprietários rurais, inclusive assassínios.

Exploração

"Viu-se também que a problemática da terra não se limita à grilagem e ao seu efeito imediato, que é a expulsão, mas existem também a situação de exploração e insegurança dos assalariados, a falta de crédito e técnica e garantia de comercialização para o pequeno produtor, além da fragilidade dos recursos jurídicos que são abafados pelo poder econômico e pelos interesses políticos", afirma o documento.

Terça-feira, 26/10/76 1º Caderno

Para aprofundar os estudos, a Comissão de Pastoral convidou técnicos e foram debatidos, principalmente, problemas ligados à política agrária oficial, a situação fundiária, cooperativismo, sindicalismo e a missão da Igreja.

No fim da reunião, a Comissão Pastoral resolveu enviar telegramas aos Bispos de Diamantino e São Félix, Dom Henrique Frohlich e Dom Pedro Casaldáliga, ambos de Mato Grosso, repudiando a morte do Padre João Bosco, assassinado por soldado da PM dentro de uma delegacia.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

31. Okt. 1976

Bispos do Brasil querem que catequese não esqueça também o problema social

O aprofundamento do conceito da catequese, com vistas a uma educação da fé, que tenha em conta também os problemas sociais e compromissos sociopolíticos do catequizando, está entre as 57 propostas que os bispos do Brasil levarão ao Sínodo Mundial, a realizar-se em Roma, no próximo ano.

A sugestão é resultado da semana de estudos que a Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizou de 19 a 25 do corrente, mas cujo texto só ontem foi liberado. A Comissão Nacional de Pastoral, da qual participam muitos leigos, deu também sua contribuição, apontando o hiato verificado entre a fé e a vida cotidiana: o anúncio do evangelho não chega à maior parte da população brasileira, constituída de camponeses e proletários urbanos.

INTERPRETE DA VIDA

As propostas que os bispos brasileiros levarão a Roma não ignoram a catequese tradicional, mas acham que ela não pode se restringir à formação doutrinária, sob pena de ser insuficiente e deformante, nem visar apenas à preparação para os sacramentos, por ficar parcial e separada da vida.

Em sua análise sobre os principais fatores que se opõem a esse tipo de catequese, os bispos destacam a pouca co-responsabilidade das próprias comunidades cristãs com a educação religiosa, as ligações de algumas igrejas com as pessoas mais abastadas, a linguagem intelectualizada, a incoerência entre os princípios religiosos e a vida cotidiana, a influência negativa dos meios de comunicação social, a progressiva indiferença na vida de fé — entre os estudantes — e a crescente mentalidade secularista e ateizante em geral.

Todos os cristãos têm necessidade de catequese, dizem os bispos, para os quais não passa despercebido que a religiosidade popular faz com que, muitas vezes, a solução de problemas humanos seja transferida para Deus ou para os santos.

Depois de reconhecer que não é fácil atingir os dois extremos da pirâmide social — os ricos e os pobres — propõem que o próximo Sínodo indique caminhos mais amplos para a educação religiosa: despertar a consciência crítica numa fé encarnada na realidade, levar ao comportamento sócio-político, e levar à oração à vivência litúrgica.

OBSTÁCULOS

Qualquer esforço de catequese mais comprometida,

entretanto, é reprimido por uma sociedade burguesa e por instituições que querem manter o status quo, por não saberem interpretá-la, e chegam a acusá-la de subversão e marxismo, observam os bispos.

Para exercer sua função crítica, os religiosos acham que ela deve provocar não apenas a conversão pessoal, mas também a da própria sociedade, como forma de combate aos pecados das estruturas. Segundo os bispos, assim como se enfrentou a luta libertadora da escravidão, deve se enfrentar a luta pelos direitos da posse da terra.

Os religiosos lembram, ainda, que a Constituição do Brasil assegura a liberdade de religião e seu ensino na escola. Acrescentam, porém, que já se verificaram casos de órgãos oficiais que vedaram o uso de textos e subsídios didáticos cujo conteúdo havia sido aprovado pelas autoridades religiosas.

Os bispos comentam que a atual situação política impede ou desencoraja os professores a tratarem problemas de condicionamento sociopolítico, econômico ou moral, como assuntos de ensino religioso, e que a mentalidade de certas camadas mais altas da sociedade é contrária a esta dimensão da catequese.

Os religiosos denunciam o que chamam de heresia do Estado, que se coloca em posição absoluta, proclamando-se fora e acima da lei e, na prática, faz-se de árbitro do Evangelho. Dizem que, no Brasil, constata-se o esforço estatal e do sistema para confinar a Igreja na sacristia, e que condicionar a doutrina é restringir a liberdade.

Dom Ivo Lorscheiter afirma que "Igreja sempre busca o diálogo leal e construtivo"

Porto Alegre — O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheiter, afirmou, ontem, que "a Igreja sempre quer e busca o diálogo leal e construtivo, franco e aberto, inspirado nos grandes ideais da criação humana e nas sérias exigências dos planos de Deus. Quanto mais forem entendidas essas intenções da Igreja, mais crescerá a harmonia e a paz mundial".

Na sua palestra semanal A Voz do Pastor, transmitida pela Rádio Medianeira, da cidade de Santa Maria, o secretário-geral da CNBB disse que "a Igreja não é poder que se compare e se confronte com outro poder, mas é uma força que deve desenvolver um dinamismo transformador da sociedade".

AJUDA

Depois de referir-se à Assembleia Diocesana, que se realiza em Santa Maria, reunindo mais de 120 religiosos e leigos, Dom Ivo Lorscheiter anunciou que o Bispado realizará um encontro, sexta-feira, com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de 19 municípios de sua diocese. O encontro será para "a reflexão, junto com os homens públicos, sobre o verdadeiro sentido do bem comum e sobre a nobreza e a grandeza do exercício do Poder".

Acrescentou que a Igreja dará "a verdadeira dimensão interior aos que conduzirão as nossas sociedades. Com esse encontro, a Igreja não quer impor-se aos políticos, mas ajudá-los, num enfoque superior, a bem realizarem suas grandes responsabilidades."

Dom Ivo Lorscheiter deseja que o encontro entre a Igreja e os políticos seja "uma iniciativa que dê bons frutos e demonstre que a Igreja sempre quer e busca o diálogo." Para ele, "a Igreja deve sempre buscar, no Evangelho, as regras e as formas de ser e agir."

"Nem sempre lhe será fácil aplicar fielmente aos tempos e situações concretas as palavras e os exemplos de Cristo, principalmente quando surgem perplexidades internas ou pressões externas" — disse ele.

Lembrando comparações de Cristo sobre a missão da Igreja, Dom Ivo Lorscheiter afirmou que "a Igreja deve ser luz, sal e fermento: luz, para iluminar e mostrar o caminho e o que é certo; sal, para dar gosto de Deus e para conservar; e fermento, para transformar por dentro e fazer crescer."

17. Nov. 1976

CNBB

Sobre a violência

Em outubro, depois de um persistente processo de agravamento das relações entre a Igreja e o governo brasileiro, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil convocou uma reunião de seus membros no Rio. Durante seis dias, de 19 a 25 de outubro, trancados na sede da CNBB, os bispos prepararam então um documento cuja divulgação anunciaram para depois das eleições deste dia 15. Já em poder dos bispos de todo o país e com cópias que serão encaminhadas à imprensa no decorrer desta semana, o documento de dezenove páginas se propõe fazer uma "reflexão diante dos acontecimentos recentes que atingiram a Igreja no Brasil" e se dirige "aos grandes e poderosos para apontar-lhes suas responsabilidades pelo sofrimento do povo".

Na sua primeira parte, intitulada "Os Fatos", o documento da CNBB faz um levantamento dos episódios que acabaram provocando a reunião de outubro. Lá estão lembrados os assassinios dos padres Rodolfo Lunkenbein e João Bosco Penido Burnier, em Mato Grosso, o seqüestro de dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, o veto à publicação do nome do arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, em publicações censuradas, e, enfim, a censura no próprio semanário da arquidiocese de São Paulo, *O São Paulo*. Desses fatos, e mais os atentados à bomba à Associação Brasileira de Imprensa, à Ordem dos Advogados do Brasil e à casa do jornalista Roberto Marinho, no Rio; ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, em São Paulo; à auditoria militar, em Porto Alegre; e o seqüestro e morte do jovem Lúdio Coelho Filho, em Mato Grosso, a CNBB parte para considerações mais amplas sobre sua visão do atual momento brasileiro. Eis as principais:

● **Sobre a responsabilidade:** "Não se pode responsabilizar apenas o pequeno policial que puxa o gatilho do revólver. Torna-se necessário procurar as raízes mais profundas que colaboram para gerar clima de violência. É grave o caso de policiais que, acusados de crime de mor-

te, corrupção, tráfico de drogas, lenocínio, não são levados às barras dos tribunais porque acobertados por poderes mais altos que os protegem sob a alegação de que são elementos valiosos na repressão de crimes políticos."

● **Sobre a posse da terra:** "A má distribuição da terra é agravada pela política de incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros que acabam com os pequenos proprietários, expulsando os indígenas e os posseiros de suas terras."

● **Sobre a situação dos índios:** "Especialmente na Amazônia legal, eles perdem extensões crescentes de suas terras para fazendeiros e posseiros. O Estatuto do Índio torna-se letra morta. Os indígenas, quando sobrevivem, passam a ser explorados como mão-de-obra barata ou se dirigem para a periferia das cidades. Famintos e doentes, vagueiam pelas estradas que rasgam suas reservas."

● **Sobre a segurança:** "A ideologia da segurança nacional colocada acima da segurança individual espalha-se pelo continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético. Nela inspirados, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e a favor do desenvolvimento econômico, declaram guerra anti-subversiva contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade. Além de levar ao embrutecimento crescente dos seus agentes, o treino para esta guerra gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, supressas as garantias individuais."

● **Sobre a Justiça:** "São os pobres e indefesos que enchem as cadeias, onde as torturas são freqüentes em vítimas que aí se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade, ou presos durante o 'arrastão' das batidas policiais. (...) Seria bom que a Justiça castigasse os assassinos do padre João Bosco e do padre Rodolfo, para que nunca mais elementos da polícia desrespeitem e torturem ninguém (...) e que os invasores de terras entendam que sobre eles também pesa o braço da Justiça."

● **Sobre a ação da Igreja:** "A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens. Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos poderosos, para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo."

AMÉRIQUES

Brésil

L'Église dénonce un « système où les pauvres n'ont pas droit à la parole »

Rio-de-Janeiro. — L'Église catholique vient à nouveau de se prononcer, et de façon vigoureuse, contre la politique du régime militaire. Après avoir dénoncé le « climat général de violence » régnant au Brésil (le Monde du 18 novembre), elle s'en prend, cette fois, à un « système où l'argent achète la justice et les consciences et où les pauvres n'ont pas droit à la parole ». Situation qui explique, selon elle, que les conflits pour la possession de la terre soient, « du nord au sud du pays, chaque fois plus violents ». En même temps, elle lance de graves accusations contre certaines autorités militaires de l'Etat de Para pour avoir torturé un prêtre pendant seize jours et l'avoir obligé à faire des déclarations contre d'autres ecclésiastiques.

Le prêtre en question, le Père Florentino Maboni, avait été arrêté à la fin d'octobre à Sao-Geraldo-do-Araguaia, localité de l'Etat de Para, au sud de Maraba, où des troubles avaient éclaté quelques jours plus tôt. Plusieurs dizaines de posseiros (paysans sans titre de propriété) s'étaient révoltés, convaincus qu'ils allaient être dépossédés de leurs lopins. Armés de fusils de chasse, ils avaient ouvert le feu contre un détachement de la police militaire qui protégeait une équipe de topographes. Deux policiers avaient été tués.

Les paysans aussitôt « prirent le maquis ». Ils se cachèrent dans la forêt, mais les policiers, avec des effectifs renforcés, firent une battue générale et arrêtèrent soixante-trois d'entre eux. Ils emprisonnèrent également le Père Maboni, arrivé pourtant après les incidents, et qui portait aux paysans un message de son

De notre correspondant

évêque, dom Estevao Cardoso De Avelar, de Conceicao-do-Araguaia. Un mois et demi après ces événements, vingt-trois paysans sont toujours incarcérés à Maraba. Six autres ont été transférés dans une prison de Bellém, tous accusés de « crimes contre la sécurité nationale ». Après s'être réunis pendant deux jours à Golana, près de Brasilia, les évêques, qui appartiennent à la commission pastorale de la terre, organe de la conférence épiscopale, ont publié, le 8 décembre, une note affirmant que le Père Maboni avait été torturé.

« Maintenu au secret pendant plusieurs jours, dit la note, le Père Maboni a été soumis à des tortures physiques et psychologiques. Arrêté à Sao-Geraldo, il a été conduit, la tête couverte d'une cagoule, à Xambola, sur la rive opposée du fleuve Araguaia, où il a été interrogé et torturé. Ses blessures étaient si graves qu'il a fallu le soigner pendant tout le temps qu'il a passé en prison. A Sao-Geraldo, il a été forcé de nettoyer les rues. A ceux qui s'en étonnaient, il répondait qu'on « le faisait souffrir parce qu'il avait voulu être plus près du peuple ».

Les évêques s'en prennent ensuite à la « grossière » manœuvre à laquelle les autorités militaires se sont prêtées, en faisant « interviewer » le prêtre alors qu'il était aux mains de ses tortionnaires. Cette interview, publiée en novembre dans un journal de Brasilia, avait provoqué de vives réactions de l'Église. Elle faisait dire au missionnaire, en effet, que le clergé brésilien était désormais « orienté à gauche » et que les directives

évangéliques données par la conférence épiscopale étaient nettement « matérialistes ». Elle contenait des accusations contre deux évêques, dom Estevao Cardoso Avelar et dom Alano Pena, de Maraba, qui avaient été interrogés pendant deux jours par les militaires sur la doctrine de l'Église, sur ce qu'ils pensaient de dom Helder Camara et de Mgr Lefebvre.

La note indique : « Qui a un minimum de bon sens ne peut qu'être frappé par le nombre incroyable de fois où des personnes arrêtées au nom de la sécurité nationale signent des « aveux » ou des « rétractations » en échange de leur liberté. Pareils événements montrent que l'Église du Brésil vit aujourd'hui, comme tant de fois dans le passé, un moment d'épreuve, dont elle sortira purifiée et plus forte. »

Après avoir étudié les nombreux conflits pour la terre qui éclatent dans tout le pays, les évêques attirent l'attention sur la situation de milliers de posseiros qui vivent dans la vallée du Sao-Francisco (au nord-est et au centre du pays) et qui ont été expulsés par les compagnies publiques d'électricité qui construisent des barrages sur le fleuve. A propos de la politique agricole du gouvernement Geisel, ils indiquent que celle-ci est uniquement destinée à « appuyer les grands propriétaires, laissant dans l'abandon les occupants provisoires du sol, les fermiers, méziers, petits propriétaires... ». Pareille politique, selon le secrétaire de la commission pastorale de la terre, a augmenté énormément le nombre de chômeurs en

milieu rural, lesquels, privés du moindre lopin, se transforment en travailleurs agricoles occasionnels. Ces derniers, dit-il, étaient au nombre de trois millions et demi en 1967. Il y en a maintenant huit millions dans tout le pays.

Au moment où les évêques publiaient leur texte, le président du tribunal militaire supérieur, le général Carlos Alberto Huet Sampaio, en visite à Belem, se déclarait convaincu de la « participation des évêques dans les conflits pour la terre survenus à Conceicao-do-Araguaia ». « Malheureusement, dit-il, les évêques incitent ces pauvres diables (les paysans) à se battre au lieu de les calmer. Cette Église-là, cette Église communiste, cette Église progressiste, n'est pas la mienne. Ma religion est celle de Mgr Lefebvre. »

Le président du tribunal militaire supérieur parlait en son nom personnel, mais il reflète, à coup sûr, l'état d'esprit de nombreux chefs militaires. Dans son édition du 9 décembre, le quotidien O Estado de Sao Paulo indiquait qu'un prêtre italien, le Père José Fontanella, et deux missionnaires américaines, qui travaillaient dans l'Etat de Para, étaient menacés d'expulsion. Ces personnes étaient impliquées, selon les autorités, dans des incidents du même genre que ceux de Sao-Geraldo-do-Araguaia. Dans le même temps, on reste toujours sans nouvelles de l'assassin du Père jésuite Joao Bosco Benito Burnier (le Monde du 15 octobre), un homme de la police militaire qui avait été arrêté peu après son crime, et qui a pu, par un hasard vraiment malencontreux, fuir de sa cellule...

CHARLES VANHECKE.

Celam esclarece sentido da doutrina social da Santa Sé frente a novas ideologias

Posse de terra reúne Bispos

Esclarecer, com maior precisão teológica, "o verdadeiro sentido da libertação anunciada por Cristo e a doutrina social da Igreja no confronto com as várias ideologias modernas" e criar um serviço permanente para assessorar as conferências episcopais sobre problemas de defesa dos direitos humanos foram decisões tomadas na 16a. Assembléia-Geral do Celam (Conselho Episcopal da América Latina), em San Juan de Porto Rico.

A Assembléia confirmou no cargo de presidente do Celam a Dom Aloisio Lorscheider, Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, que ontem, pouco depois de seu regresso ao Rio, acompanhado de Dom Candido Padim, que representou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), distribuiu nota, com as principais decisões adotadas na Assembléia do Episcopado latino-americano.

ANÁLISE CRÍTICA

A primeira parte da assembléia-geral foi dedicada à análise dos relatos dos 22 representantes das conferências episcopais latino-americanas sobre os problemas do hemisfério. Com base nestes relatos a assembléia fez várias recomendações, destacando a urgência de estudos que esclareçam, "com maior precisão teológica, certos aspectos referentes à pessoa de Jesus Cristo e à vida da Igreja nos dias de hoje".

Esclarece a nota que "procura-se uma definição

mais clara da missão da Igreja no campo social, orientando pela luz do Evangelho a busca das soluções mais humanas para os problemas da ordem econômica e política. Reafirma-se, assim, a disposição da Igreja de não se omitir na análise crítica desses problemas".

A III Conferência dos Bispos da América Latina será em 1978 (a primeira foi no Rio de Janeiro, em 1955, e a segunda em Medellín, na Colômbia, em 1968).

Brasília — Com o objetivo de fazer uma análise conjunta da situação agrária e dos conflitos pela posse da terra, bispos e padres de todo o Brasil estão reunidos em Goiânia, no 1º Encontro Nacional da Comissão Pastoral da Terra, ligado à CNBB e com sede naquela Capital.

O encontro encerra-se hoje, quando deverá ser divulgado um manifesto às opiniões da Igreja frente aos problemas sociais derivados do conflito entre posseiros, que vivem da terra, mas sem a posse jurídica, e grileiros, que compram as terras. Indaga a CPT: "Existe a Lei da Reforma Agrária, mas por que ela não foi aplicada até agora?".



"Ecclesia" acha ano favorável

São Paulo — "O saldo de 1976 é altamente favorável à Igreja do Brasil, se considerarmos outros parâmetros, diversos dos que contam apenas os triunfos e os aplausos. Entretanto, os desafios continuam e parece aproximar-se o momento da derradeira prova de fé. A conclusão é do editorial Balanço das Atividades da Igreja no Brasil em 1976, do último boletim informativo do Centro de Informações Ecclesia.

"Apesar de possuir em atividade um contingente de sacerdotes extremamente pequeno, em relação às necessidades pastorais, a Igreja marcou o ano de 1976 com três traços indestrutíveis de sua missão profética e evangelizadora: lutou pelos direitos do homem, pelos marginalizados e pelas minorias étnicas, especialmente pelas populações indígenas, em via de desaparecimento. Essas atividades — não obstante a contestação, às vezes violenta e até difamatória dos menos avisados — consagram a Igreja como a voz dos que já não têm voz".

Igreja falou

O editorial destaca que "alguns episódios, colhidos das páginas dos jornais e que, logo mais, poderão estar nas páginas do martirologio, indicam, insuspeitadamente, que a Igreja falou. Falou com a morte do Padre Rudolf Lunkenbein, que caiu baleado em Merure, Mato Grosso, quando defendia os índios da Missão Salesiana. Falou com a morte do Padre João Bosco Penido Burnier, jesuíta, que também derramou seu sangue, na Prelazia de Diamantino, Mato Grosso, quando, suave e fortemente, protestava contra as sevícias sofridas por mulheres

do povo no cárcere-suplício de uma delegacia".

"Há outros fatos eloquentes, embora não culminassem com a morte dos seus protagonistas, que ficam registrados como evidências ineludíveis de que não se esgotou, na Igreja, a capacidade de sustentar a luta contra toda forma de opressão: o sequestro do Bispo de Nova Iguaçu, D Adriano Hipólito, vítima da Aliança Anticomunista; a prisão e a libertação, sem esclarecimentos convincentes, do Padre Florentino Maboni, no Pará; a deportação do Padre Fontanella, que voltou à Itália, seu país de origem; a vigilância do Cardeal Arns, para que os direitos humanos não sejam feridos e, quando lesados, sejam reparados".

Depois de lembrar, ainda, os serviços da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o editorial diz que esses são "alguns exemplos de uma Igreja que não se acomodou com os louros do passado, nem reivindica privilégios, mas que se dispõe realmente a evangelizar aos pobres".

"Ao lado da Igreja, impávida na luta pelos direitos do homem, pelos abandonados e pelos índios, há uma sombra que detém os fulgores dessa triplice presença: a religiosidade popular, à mingua de ministros, vai exprimindo-se em formas altamente supersticiosas, embaçando a limpidez da autêntica união com Deus, a ponto de constituir-se — em certos lugares — como exemplo típico de alienação religiosa".

"As preocupações da CNBB com o assunto são conhecidas, mas as medidas práticas não podem vir a longo prazo, sob pena de o nosso país tornar-se um amplo "terreiro", que não comporte mais a cruz de Cristo".

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchive

Zeitung	Datum	Nummer
Croix	2.3. - 1. - 77	

Croix 2.3.1.77

l'événement religieux

Brésil : Les évêques lancent un avertissement au gouvernement

● Les « réserves de patience ne sont pas méprisables » ● Pas de pays sans justice ● La paix n'est pas le silence forcé

La Conférence des évêques du Brésil (CNBB) a publié le 30 décembre, un communiqué très ferme à l'égard du gouvernement qui veut clore la polémique instaurée depuis quelque temps. Le 28 décembre, le ministre de l'Intérieur avait qualifié l'Eglise brésilienne de « féodale, rêveuse, attardée » et l'avait accusée de se « placer souvent du côté des éléments subversifs » (la Croix, 30 décembre). Voici la réponse des évêques :

Dans son message au peuple brésilien rendu public le 30 décembre à Rio de Janeiro, la Conférence épiscopale brésilienne (CNBB) dénonce le préjugé tenace et absurde qui consiste à « assimiler à de la subversion communiste toute déclaration prenant la défense de ceux qui n'élèvent pas la voix et tout geste de solidarité en faveur des opprimés ».

Le président de la Conférence épiscopale brésilienne, le cardinal Aloisio Lorscheider a indiqué que cette déclaration contenue dans le message des évêques au

peuple brésilien « mettait un terme à toutes les discussions et à toutes les polémiques qui se sont élevées au cours des derniers mois entre l'Eglise et l'Etat brésilien ».

Dans ce même message, la Conférence épiscopale, après avoir affirmé que le Brésil réunit les conditions nécessaires pour « répondre pacifiquement aux exigences du développement » lance un avertissement en déclarant que si le peuple brésilien « possède d'immenses réserves pacifiques de patience et d'espérance, ces réserves ne sont pas inépuisables ».

Il ne peut, affirment les évêques brésiliens dans ce mes-

sage, « y avoir de pays sans justice et de justice sans la sécurité d'un droit qui garantisse à tous la possibilité de participer à la réalisation du bien commun », la paix, ajoutent-ils « ne doit pas être confondue avec le silence imposé par la peur des répressions arbitraires ».

[Quoiqu'en dise le cardinal Scherer, archevêque de Porto Alegre qui ramenait les polémiques entre l'Etat et l'Eglise à de menus incidents locaux, il semble bien que les relations continuent à se dégrader entre la Conférence des évêques et le gouvernement. Après le message prophétique des évêques du 16 novembre qui faisait la clarté sur tous les affrontements intervenus depuis juillet, la déclaration du 30 décembre marque une nouvelle étape dans la résistance de l'Eglise aux abus de pouvoir. La prise de position presque simultanée de Radio-Vatican montre que l'Eglise du Brésil n'est pas isolée de Rome dans cette attitude. — F. L.]

C. CARRETTO 9

« Mon Père »

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchive

Zeitung	Datum	Nummer
Monde	2.3. - 1.77	

Monde 2.3.77

Brésil

L'Église ne veut pas de la « paix des cimetières »

DÉCLARE L'ÉPISCOPAT CATHOLIQUE

Rio-de-Janeiro. — Après deux jours de débats discrets, la hiérarchie catholique brésilienne s'est prononcée sur les nombreux conflits qui ont opposé, ces derniers mois, missionnaires et évêques aux autorités civiles. Elle l'a fait à sa manière habituelle — feutrée — dans un « message de paix ». La conférence épiscopale (C.N.B.B.) s'est efforcée de ne pas rompre le dialogue avec le gouvernement. Le secrétaire de la conférence, Dom Ivo Lorscheider, a néanmoins demandé aux journalistes de savoir lire entre les lignes.

Que disent les évêques ? Que le « peuple brésilien a d'immenses réserves de patience, mais que ces

De notre correspondant

réserve ne sont pas inépuisables : que l'Église veut la paix, mais pas « la paix des cimetières », pas « le silence imposé par la peur d'une répression arbitraire ». Les évêques demandent en outre de renoncer à l'habitude « absurde et tenace » de « taxer de subversion communiste toute protestation en faveur de ceux qui ne peuvent pas se défendre et tout geste de solidarité en faveur des opprimés ».

C'était bien le moins que pouvaient dire les responsables de la C.N.B.B. après tant d'accusations lancées contre l'Église et de violences pratiquées contre elle. L'attaque la plus récente est venue du ministre de l'intérieur, M. Rangel Reis, qui a confirmé ses déclarations du lundi 27 décembre 1976 sur l'intention du gouvernement d'éloigner les missions religieuses des tribus indigènes. Un tel projet a évidemment provoqué de nombreuses réactions. « L'Église prête assistance aux Indiens depuis plus de quatre siècles », ont déclaré certains hommes politiques. « Et l'État depuis quand ? » La préoccupation officielle à l'égard du monde indien est en effet récente : elle date de ce siècle. Certes, l'activité missionnaire n'a pas été exempte de péchés. Elle a même souvent été criminelle. Mais c'est au moment où l'Église fait, là aussi, son « aggiornamento » que Brasilia envisage de l'expulser d'Amazonie.

Une telle expulsion ne sera pas facile. D'abord parce que les missions apportent une aide sanitaire, scolaire, à environ la moitié des quelque cent mille indigènes éparpillés dans l'ouest du pays. La Fondation nationale des Indiens, organisme d'État, a pris en charge l'autre moitié et serait bien en peine, faute d'hommes et d'argent, de se substituer immédiatement aux missionnaires. En outre, si l'on en croit Dom Tomas Balduino, président du conseil « indigéniste » missionnaire, « les Indiens eux-mêmes résisteront à une telle expulsion ». C'est un des problèmes que les évêques ont débattus pendant leur réunion de Rio. Ils ont dû constater que les déclarations ministérielles n'ont fait que confirmer une politique insidieusement mise en œuvre depuis quelques années : de plus en plus, l'administration s'efforce d'éloigner et de remplacer les missionnaires, considérés comme un obstacle au « développement économique » de l'Ouest amazo-

nien, lequel suppose l'intégration rapide des Indiens.

L'autre thème débattu par la C.N.B.B. a été celui de la propriété foncière. Voici trois semaines, la commission pastorale de la terre avait publié un document assez vif sur la façon dont les grandes compagnies d'élevage occupaient le « Far West » brésilien, en chassant les petits paysans, avec l'aide d'une police prompte à arrêter et à torturer ceux qui résistaient. Ce document avait attiré une réplique lapidaire du ministre de la justice, qui l'avait traité d'« injuste » et d'« inconvenant ».

Chacun reconnaît que le problème foncier est le principal sujet de discorde entre l'Église et le gouvernement.

« Selon les chiffres officiels, il y a actuellement cinq cent mille possesseurs » (occupants du sol sans titre de propriété), nous dit le Père Ivo Pelletto, secrétaire général de la commission pastorale de la terre. « Selon nous, il y en a bien davantage. D'autre part, plus de huit millions de travailleurs agricoles temporaires sont obligés d'aller d'une fazenda à une autre. »

De nombreux évêques et missionnaires amazoniens affirment que leur seul « crime » consiste à dire aux possesseurs que la Constitution leur assure le droit à la terre, « dès l'instant qu'ils occupent pacifiquement depuis plus d'un an ». « Nous leur disons aussi, ajoutent-ils, qu'ils ne peuvent être délogés qu'après décision de justice, et en recevant une indemnisation véritable. » Mais ce seul langage, concluent-ils, est considéré comme une incitation à la violence, comme un « crime contre la sécurité nationale ». « Les services de répression cherchent davantage à prouver que l'Église est subversive et pleine d'évêques communistes qu'à vérifier que, en matière de communisme, notre travail, en fait, est plutôt préventif. »

Des tensions ? Comment n'y en aurait-il pas, dit le président de la commission pastorale de la terre, Dom Moacyr Grechil, évêque de l'Acre, « si le gouvernement offre comme cadeau aux pauvres une inflation galopante, s'il cherche à maintenir le peuple dans l'obscurantisme en supprimant tous les mécanismes de participation populaire, et s'il favorise les grands propriétaires au détriment des familles qui travaillent la terre depuis des années... ».

CHARLES VANHECKE.

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchive

Zeitung	Datum	Nummer
38	10-2-77	

OS BISPOS EM ITAICI

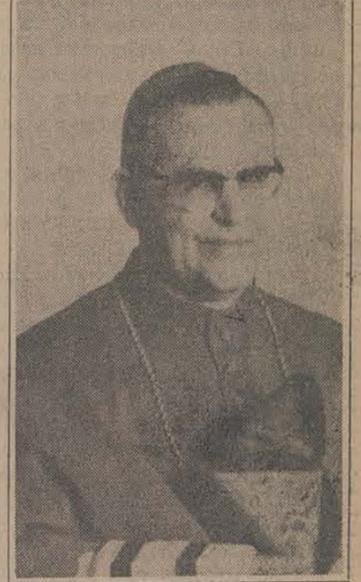
CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA



DOM EUGÊNIO SALLES,
CARDEAL-ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO



DOM ALUÍSIO LORSCHIEDER,
CARDEAL-ARCEBISPO DE FORTALEZA

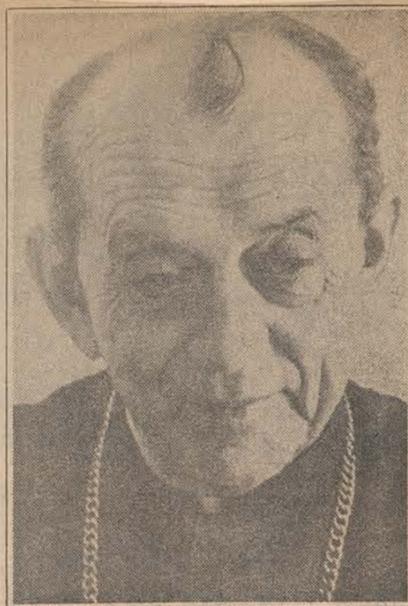


DOM PAULO EVARISTO ARNS,
CARDEAL ARCEBISPO DE SÃO PAULO

A reunião da Assembléia-Geral dos Bispos, que se realiza em Itaici, é analisada aqui por dois observadores com visões opostas da crise em que se debate a Igreja no Brasil. De um lado está Otto Engel, que como jornalista especializado em problemas religiosos (hoje dedicado à produção cinematográfica) fez a cobertura do Concílio Vaticano II e de eventos posteriores relacionados com a aplicação de suas diretrizes. Do outro, Lenildo Tabosa Pessoa, jornalista de São Paulo, considerado como um dos porta-vozes da ala conservadora do catolicismo brasileiro. Engel aponta as lideranças que nos últimos anos se definiram dentro da CNBB e indica as tendências que elas representam em Itaici, principalmente no tocante às delicadas questões que envolvem as relações entre Igreja e Estado no país. Tabosa mostra um plenário dividido entre bispos radicais, moderados e pertencentes a uma maioria silenciosa. Os primeiros, embora minoria, estariam destinados a vencer, graças ao emprego de táticas que já provaram a sua eficácia em episódios anteriores.

CADERNO

B



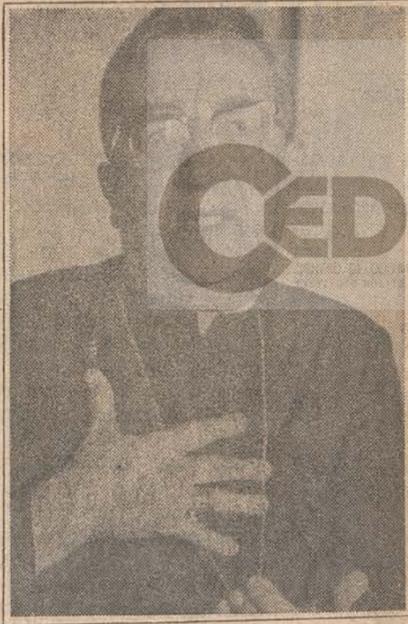
DOM HELDER CÂMARA,
ARCEBISPO DE OLINDA E RECIFE



DOM VICENTE SCHERER,
CARDEAL-ARCEBISPO DE PORTO ALEGRE



DOM IVO LORSCHETER,
SECRETÁRIO-GERAL DA CNBB



CARDEAL DOM AVELAR BRANDÃO VILELA,
DO BRASIL E ARCEBISPO DE SALVADOR



D Nivaldo, D Henrique e D Antônio falaram em nome da CNBB

Bispo considera liberdade como uma exigência cristã

São Paulo — Liberdade e participação são duas exigências cristãs fundamentais de uma ordem política — afirmou ontem o Arcebispo de Natal, Dom Nivaldo Monte, que com mais dois participantes da assembléia da CNBB, reunida em Itaici, foi destacado à tarde para transmitir à imprensa os resultados dos debates ocorridos no plenário sobre o tema "Exigências Cristãs de uma Ordem Política".

Os dois outros porta-vozes da CNBB foram o Prelado de Diamantino (MT), Dom Henrique Forelich, e o Bispo de Lorena (SP), Dom Antônio Miranda. Este esclareceu que deverá sair um documento da assembléia sobre o tema discutido ontem, com "um julgamento sereno e objetivo da situação brasileira, não interessando aos bispos nenhuma provocação ao Governo".

Liberdade

Dom Nivaldo Monte destacou que "a Igreja sabe que toda liberdade deve ser responsável e que não se devem inverter os valores, pois todo dever nasce de um direito. Enquanto o direito nasce do ser, o dever é um fato existencial, normativo", acrescentou.

"A Igreja sabe que todo progresso deve ter seu preço. Não posso entender um progresso, tanto no campo espiritual como no temporal, sem que haja um sacrifício de nossa parte. Mas que todos assumam de fato esse sacrifício, e não somente uma parte, neste caso a classe pobre e média da população".

continuou o Arcebispo de Natal. "Pode parecer absurdo" — disse ainda — "mas começo a confiar, com mais segurança, de agora em diante, no progresso do país. No reino dos homens, como no reino de Deus, não há redenção sem sacrifício, como diz São Paulo".

Segundo Dom Nivaldo, a "Igreja reconhece a autonomia das realidades terrenas, mas sabe de seu direito e do consequente dever de cumprir sua ação profética e crítica diante dessas realidades, principalmente onde se trata de nações cristãs. Nossa posição não é normativa, mas profética, crítica, no sentido filosófico da palavra. Não vamos oferecer ao país um modelo, não pretendemos ser os donos da verdade".

Dizendo que a "Igreja se baseia em princípios cristãos e procura a verdade", Dom Henrique Forelich observou que essa deve ser a meta de todos os cristãos e do próprio Governo, que também é cristão, e por isso também Igreja. Quanto às dificuldades enfrentadas em sua missão social, o prelado de Diamantino afirmou que "a Igreja não pode ser otimista quanto ao Evangelho e o próprio Governo deveria se basear nos princípios cristãos fundamentais. Se tivermos uma base sólida e segura, e procurarmos um diálogo franco e sincero, teremos de caminhar para uma solução".

Participação

Nos debates sobre Exigências Cristãs de uma Ordem Política, Dom Nivaldo res-

saltou "o valor e a necessidade de uma educação política, a fim de conscientizar o povo para participar ativamente do processo político nacional". Indagado sobre os bloqueios existentes a tal participação, respondeu que "temos de ser práticos: quando não se pode fazer 10, faz-se cinco, quando não se pode fazer cinco, faz-se três".

Esclareceu que realiza um trabalho de educação política em sua Diocese há oito anos — "e temos de ser justos, o Governo nunca nos impediu". Esse trabalho é o de "politizar o povo para que ele possa participar, com consciência clara e livre, no processo político. Orientamos o povo, por exemplo, como votar sem se deixar manipular e o povo começa a compreender que não é carneiro".

O Arcebispo de Natal afirmou ainda que 100 dioceses já estão seguindo a mesma linha, e concluiu: "A força da idéia é um negócio terrível; apesar dos obstáculos, sempre é bom falar, mesmo correndo um certo risco. Alguns preferem calar. Eu prefiro dizer o que posso dizer. Não olho para o fruto imediato do meu trabalho, pois a semente frutificará".

Conflitos

Segundo Dom Antônio Miranda, Bispo de Lorena, "a Igreja age dentro dos princípios cristãos. As vezes os modelos adotados pelo Governo, econômicos e políticos, não estão de acordo ou infringem esses princípios. E contra tudo o que conflita com o Evangelho e afeta o progresso do povo a Igreja protesta, e protestará sempre, exercendo sua missão evangélica".

Depois de considerar que alguns conflitos são aparentes, atribuindo-os à im-

pressão, Dom Antônio admitiu que a Igreja "sofre restrições em seu campo social, daí ter surgido a idéia de conflito. A missão maior da Igreja é a evangelização; mas como a pregação tem de repercutir na conduta social dos cristãos, surgem problemas".

Dom Antônio Miranda disse ainda que, "se os direitos da cúpula da Igreja não estão sendo feridos, na atual conjuntura política, havendo liberdade para divulgar seus documentos, o mesmo não se pode dizer quanto ao povo, que também é Igreja; ninguém pode negar que é uma violação dos direitos humanos receber salários inferiores aos devidos ou assinar um papel como se recebesse um salário mínimo, quando a realidade é outra".

Documento

O documento final da XV Assembléia-Geral da CNBB sobre a ordem política sairá dos debates inicialmente divididos em 22 grupos de trabalho. Receberá de 300 a 400 emendas, que serão selecionadas e levadas à Assembléia, voltando a um outro grupo de trabalho para redação final, antes da votação. Segundo Dom Antônio Miranda, "ao dizer que não nos interessa provocação, estamos nos prevenindo contra qualquer exploração em torno desse documento".

Princípios

O Bispo de Lorena esclareceu que "interessa aos bispos, com espírito crítico, no verdadeiro sentido da palavra, alinhar princípios de uma ordem política justa e democrática, abrindo-se ao

JB 10.277

JORN

São P.

diálogo, sempre desejado e sempre proveitoso. Em linguagem simples, o documento deverá esclarecer ao povo os princípios que levaram a Igreja a adotar determinadas posições diante dos acontecimentos. Esperamos ao menos que o documento consiga diálogo".

Acrescentou que "absorvendo os princípios apresentados no documento, todos serão levados, o Governo e o povo, a uma crítica natural do sistema político. Nosso objetivo é colocar princípios para a análise do sistema político, senão o documento seria falho e inócuo. Não temos a pretensão de querer uma mudança repentina. O máximo que gostaríamos é que houvesse uma crítica no sentido elevado, serena e objetiva. As modificações das linhas de ação do Governo ocorreriam a longo prazo".

Discrição

A não ser os três bispos indicados para falar à imprensa, os demais participantes da assembléia — são ao todo 222 — evitaram dar entrevistas. O motivo, segundo o assessor de imprensa da CNBB, Padre José Dias Goulart, é que na véspera alguns bispos fizeram depoimentos pessoais que "terminam por confundir o pensamento oficial da CNBB". O "pacto de silêncio" foi rigorosamente respeitado por todos. Até mesmo a repórteres estrangeiros não foi permitido acesso ao auditório, para fotografias.

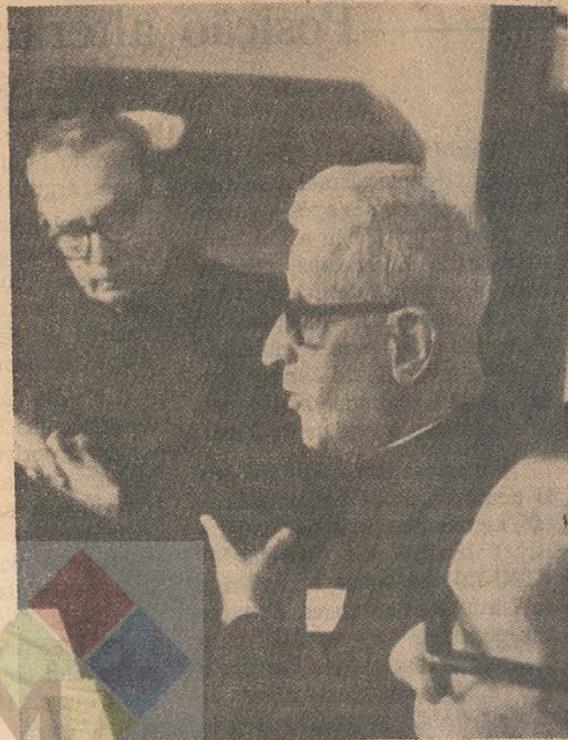
Indagado por um desses repórteres (BBC de Londres), na coletiva da tarde, sobre a expulsão do Padre Malboni, o Bispo-Prelado de Diamantino (MT) disse que "as autoridades são, às vezes, mal informadas". Segundo ele, houve "precipitação na ação; quando as autoridades que tomam as decisões chegam a saber a verdade, às vezes é um pouco tarde".

Sobre conflitos de terra em sua Prelazia, Dom Henrique Froelich afirmou que o Estatuto da Terra, "assim como a Declaração dos Direitos Humanos, aprovados pelo Brasil, ainda não foram estudados e interpretados profundamente, para atenderem a soluções concretas". Com a assessoria de dois advogados, ex-funcionários do INCRA, "que interpretam a Lei com base em princípios cristãos, estamos caminhando" disse Dom Henrique, "para resolver os problemas na região, como o da Fazenda União".

Nessa caminhada — continuou o prelado — descobrimos deslealdades e sentimos que nem sempre as autoridades estavam bem informadas sobre a verdade. Descobrimos e provamos, por exemplo, que dois delegados estavam vendidos ao dono da fazenda; e assim vamos caminhando.

Segundo Dom Henrique, "é preciso resolver os problemas com toda a calma, mas com firmeza". Ele faz relatórios periódicos sobre a situação da área, enviando cópias ao Secretário de Segurança e ao Governador de Mato Grosso, ao Ministro da Justiça, ao Presidente Giesel, ao SNI, à Nunciatura Apostólica e à CNBB, "pois todos devem ser informados do que está acontecendo".

Itaici, Campinas/SP



D José acha que a Igreja deve ser prudente

Documento dos bispos sobre ordem política não deverá ser polêmico mas pastoral

São Paulo — O documento sobre Exigências Cristãs de uma Ordem Política deverá ser "pastoral, sem atingir pessoas nem provocar polêmicas, analisando a situação de uma forma geral", afirmou, ontem, D José Newton de Almeida Batista, Arcebispo de Brasília, que se mostrou cauteloso ao comentar o assunto, pois "não devemos ser profetas imprudentes".

Enquanto fontes da CNBB afirmam que o documento não deverá ser divulgado ao término da XV Assembléia-Geral, D José declarou que "o plenário é que decidirá pela divulgação ou não", ressaltando que "está em debate, apenas, a forma do documento e não o seu conteúdo, pois a doutrina social da Igreja é uma e indiscutível". O painel sobre Segurança Nacional foi realizado ontem pela manhã, com a participação de D Candido Padim, Bispo de Bauru, e D Luciano Duarte, Arcebispo de Aracaju, que falou como presidente do Departamento de Ação Social do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam).

unserer Diözese

CAUTELA

Numa posição de extrema cautela, D José Newton de Almeida evitou comentar problemas específicos, dizendo que, em seu grupo de trabalho, foi debatida a necessidade de se alterar a forma do documento, "havendo grande insistência para que ele seja pastoral, sem provocar polêmicas".

O Arcebispo citou, como exemplo, o diálogo entre Kennedy e Kruchchev, em Viena, em 1962, "quando Kruchchev afirmou: Não podemos desejar que vocês vão morar na lua. Nós também não vamos. Temos de morar na mesma Terra...".

A situação é semelhante — continuou D José Newton. Vamos procurar uma convivência em que a exposição de nossa doutrina seja bem aceita.

Segundo o Arcebispo de Brasília, "uma posição já é conhecida no Brasil, há muito e muito tempo: por bem, até para o inferno. Por mal, nem para o céu. Por isso, é preciso explicitar bem a nossa posição, medir as palavras. Nossa intenção não é piorar a situação, mas resolver os problemas".

Indagado sobre que situação não se dá piorar, D José Newton foi evasivo: "A situação geral dos problemas sociais que o mundo oferece e o Brasil também". Acrescentou que "a Igreja nunca se omitiu, nem se omitirá quanto aos problemas de ordem social, como vem fazendo desde Leão XIII".

Quanto à reformulação do texto do documento, D José Newton afirmou que "o texto deverá ser mais preciso, mais eficiente. Não é a

der die Wände der Kathedrale

candência que torna o documento eficiente. Se a gente exagera na força, pode dar uma trombada". Depois de afirmar que a divulgação do documento dependerá da decisão do plenário, D José Newton foi indagado sobre se o texto seria levado às autoridades pelo Nuncio Apostólico: "Não acredito nessa possibilidade" — respondeu. "O documento deverá ser divulgado sem endereço. Nosso endereço é o povo".

O painel sobre Segurança Nacional foi realizado ontem pela manhã, com a participação de D Candido Padim, Bispo de Bauru, e D Luciano Duarte, Arcebispo de Aracaju, não havendo a presença de outros especialistas como fora divulgado no dia anterior.

Sem revelar detalhes sobre o painel, D José Newton informou, somente, que D Candido Padim, "como jurista, apresentou uma exposição objetiva de autores brasileiros e europeus sobre a doutrina de Segurança Nacional, já que essa doutrina não é exclusivamente brasileira, tendo sido adotada por vários países depois da Segunda Guerra".

Como presidente do Departamento de Ação Social do Conselho Episcopal Latino-Americano, D Luciano Duarte "expôs a posição do Celam, analisando, primeiro, o pensamento do belga Joseph Comblain e, em seguida, do sociólogo uruguaio Methol Ferre, que conhece mais a realidade da América Latina". D José Newton acrescentou, apenas, que "o painel foi suficiente para o esclarecimento dos bispos".

ung, die ihrerseits auf Ungleich-

Igreja mantém posição contrária ao divórcio

São Paulo — O casamento indissolúvel, a paternidade responsável e a condenação do aborto se mantêm como posições inflexíveis da Igreja, de acordo com os debates sobre Problemas e Perspectivas da Família, tema que entrou em discussão, ontem à tarde, na XV Assembléia-Geral da CNBB.

Para o Arcebispo de Brasília, D José Newton, "o grande problema social do Brasil, hoje, é, basicamente, de educação e cultura, enquanto o fator econômico é relativo". Dizendo que "o problema econômico pode ser resolvido desde que haja educação e cultura", D José citou como exemplo "as grandes fortunas de São Paulo que têm origem em imigrantes europeus que chegaram pobres ao país".

Os debates sobre a família se iniciaram com um estudo apresentado pelo Arcebispo de Teresina, D José Freire Falcão, considerando que as famílias do Sul do país são mais estáveis, por influência da cultura euro-

péia, trazida pelos imigrantes, o que não acontece em outras áreas mais pobres do país.

Dizendo que "a estabilidade da família é uma das preocupações da Igreja", D José Newton apontou como causa do grande número de casais desajustados "a falta de preparação para o casamento, segundo comprovou uma pesquisa de opinião realizada na França. Muitos jovens se arriscam no casamento, como se fosse uma aventura".

Defendendo a posição da Igreja quanto ao casamento indissolúvel, o Arcebispo de Brasília destacou que "a experiência comprova que o divórcio atrai divórcio, e um atrativo para aumentar os desajustes familiares, criando o casamento de experiência. E essa não é uma posição apenas para os católicos, pois a família é anterior à Igreja, está inserida na própria natureza humana. Antes de existir a Igreja, a família já era um contrato natural".

Bispo justifica direito

Itaici, Indaiatuba/SP



Os bispos católicos e os pastores se apresentaram, juntos, à imprensa

Assembléia reafirmará posição sobre família

A XV Assembléia-Geral da CNBB fará uma declaração sobre pontos fundamentais relativos à família, em favor da indissolubilidade do casamento e a respeito do aborto e da fecundidade (ou paternidade responsável), disse ontem o Bispo-Coadjuutor de Campinas, Dom Gilberto Pereira Lopes. Uma comissão está tratando de redigir o texto para votação em plenário.

Segundo Dom Gilberto, "a CNBB sugere às dioceses atitudes concretas mais pastorais, mas não vai criar organismos. Isso ficará por conta das dioceses, das regiões ou das comunidades, em todos os níveis". Dom José Lamartine Soares, por sua vez, declarou que o trabalho da Igreja contra o divórcio é "em favor da família" e a pregação atinge a opinião pública, "procurando que a opinião pública seja refletida no Congresso Nacional pelos deputados e senadores, na possível votação de uma lei sobre o divórcio".

NAL DO BRASIL □ Domingo, 13/2/77 □ 1º Caderno

de ação política

Serviços

Outro Bispo escalado ontem para dar entrevista, o Prelado de Rubiataba, na região Centro-Norte de Goiás, Dom Juvenal Boriz, observou que "antes o bispo tinha uma imagem principesca, mas depois do Concílio Ecumênico Vaticano II essa figura de anéis e tronos está caindo e os bispos estão se compenetrando de sua posição de servir. Jesus disse que o chefe deve ser o empregado de todos".

Sobre participação de leigos, o Bispo de Rubiataba afirmou que em sua Prelazia 60 pessoas já fizeram cursos para participação nos ministérios cristãos, sem necessidade de ordenação como diáconos. "Essas pessoas têm que ser cristãs autênticas, dando bom exemplo na vida prática e na pregação. Fazem um curso de formação para cada tipo de sacramento para que são licenciados, na ausência de padres, e depois um exame junto ao bispo. Devem ser também apolíticas. Todo mês — acrescentou — estou em contato com minha Prelazia e passo uma semana com meu clero, em contato permanente".

Padres casados

Dom Juvenal Boriz admitiu que esse tipo de trabalho "é uma abertura para que um dia a Igreja venha a ordenar homens casados como padres. O celibato é um problema disciplinar na Igreja, não uma questão de doutrina. O padre casado não é costume na Igreja latina há séculos. Mas pode ser que cheguemos a isso: em regiões isoladas o leigo pode exercer o trabalho de um pároco e pode ser que a Santa Sé venha a permitir a ordenação de homens casados".

Segundo o Prelado, "não há ausência de vocação, mas falta sim a procura de vocações. Por isso não acredito que os padres venham a se casar. O celibato é uma opção. O celibatário é mais disponível para o serviço junto ao povo de Deus. Imaginem um bispo como eu, casado. Com minhas visitas constantes às paróquias, minha família sofreria muito. Além disso, o celibato é um testemunho de renúncia a uma coisa muito grande e muito bonita que é a família".

São Paulo — "Posição face à realidade política todos temos. Ninguém foge à dimensão política. A ação da Igreja também não foge, pois o Evangelho nos compromete com os homens", afirmou ontem, em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Bispo-Auxiliar de Olinda e Recife, Dom José Lamartine Soares.

Observou que "quando a Igreja propõe soluções, não está invadindo um campo de atuação específico do Estado, porque não há uma área de assuntos privativos do Estado uma vez que o bem comum é de todos. Ao sugerir formas apontando caminhos para o povo, a Igreja não está invadindo nada. Aliás, nossa constituição não contém esse conceito de assuntos intocáveis. Tudo que é de interesse do povo deve ser tratado por todos, num debate amplo".

MEDIAÇÃO

A Igreja — disse Dom José Lamartine Soares — só aceita em suas relações com o Estado um tipo de mediador: o povo. Com isso, quero dizer que devemos evitar os exclusivismos em que somente alguns setores podem servir de mediadores. Os objetivos da Igreja e Estado são semelhantes: promover o bem comum. Mas não é simples a procura dessa promoção, pois há vários caminhos e opções. Nós achamos que podemos entrar nessa discussão. Não apenas a Igreja, é claro, mas também o operariado, a imprensa, os intelectuais, os estudantes, a Universidade, os juristas, os políticos e outros setores da sociedade.

Segundo o Bispo-Auxiliar de Olinda e Recife, um dos três escalados ontem pela CNBB para o pronunciamento oficial em entrevista coletiva à imprensa, o documento que sairá da reunião sobre Exigências Cristãs de uma Ordem Política "será polêmico, no bom sentido da palavra; não está sendo feito para aprovar ou desaproveitar qualquer coisa, mas para contribuir, não visando ao efeito imediato, mas à reflexão". Observou que seria bom se as diversas camadas da sociedade se manifestassem, concordando, discordando ou sugerindo novos caminhos.

Acentuando que a "CNBB quer levantar problemas e levantar debates", Dom José acrescentou que os bispos não estão "elaborando um projeto de ordem política nem formulando uma crítica à validade dos modelos existentes ou propostos, mas para lembrar princípios cristãos. Estamos proclamando a palavra de Deus e pedindo reflexão. A Igreja convida todos à reflexão. Nosso estudo é o desdobramento da Mensagem ao Povo de Deus, uma reflexão de princípios sobre

acontecimentos concretos" — afirmou.

A Igreja se coloca, segundo o Bispo, na ótica dos direitos humanos não apenas em defesa de seus fiéis ou dos cristãos em geral, mas em defesa dos homens, da dignidade humana, um conceito hoje amplamente aceito. Afinal, todo homem é criatura de Deus. Não podemos, portanto, ficar naquela posição isolada de defender só a liberdade de culto ou os interesses da comunidade católica ou cristã.

As relações da Igreja com o Estado são apenas uma consequência e não um objetivo, acrescentou. O objetivo é servir o povo. Se o povo tiver, ao mesmo tempo, boas relações com a Igreja e com o Estado, certamente serão boas as relações da Igreja com o Estado. É claro que é sempre útil haver um bom relacionamento entre pessoas da Igreja e do Estado, mas o que importa mesmo é a relação de um ou de outro com o povo.

O Bispo-Auxiliar de Olinda e Recife observou que o importante é procurar "solucionar as causas gerais dos incidentes" entre Igreja e Estado, em vez de limitar-se às análises isoladas de fatos que podem depender do temperamento dos membros envolvidos. "Pode ser que isso influa e às vezes uma solução diplomática resolva isoladamente um incidente, mas o mais importante é solucionar as causas gerais. Nosso documento será justamente uma procura de causas e um apelo para a participação de todos na busca de soluções."

SEGURANÇA

Dom José Lamartine Soares comentou também a exposição do Bispo de Bauru, Dom Cândido Padim, sobre Segurança Nacional. "Dom Camilo mostrou a preocupação de segurança como objetivo, traduzida na legislação vigente, mas também na Emenda Constitucional. Além disso, é claro, mostrou como a Lei de Segurança Nacional leva isso à prática."

"Dom Luciano Duarte, Arcebispo de Aracaju, apresentou dois enfoques da doutrina de segurança, enquanto fazendo parte ou não de uma posição latino-americana ou mundial e quanto às suas vinculações doutrinárias e o momento histórico de sua formulação. O estudo e o interesse pela doutrina de segurança, continuou o Dom José Lamartine, tem sua justificativa na necessidade de melhor conhecer a realidade brasileira, como também de acompanhar o muito que se tem dito no plano mundial, através de ampla bibliografia".

Reunião dos bispos debate previdência para o clero

São Paulo — A XV Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil interrompeu ontem a discussão do seu tema de base — Exigências Cristãs de uma Ordem Política — para debater, de manhã e à tarde, a renovação carismática, ou pentecostalismo católico, e a situação do Iprec — Instituto de Previdência do Clero, criado há 10 anos e pelo qual já foram aposentados mais de 500 sacerdotes.

Ao contrário das reuniões anteriores, não foram escalados bispos para, em entrevista coletiva, resumir as discussões do dia e responder a perguntas sobre assuntos correlatos. Na Vila Kostka, local das reuniões, ao meio-dia, foi oficiada missa pelo Bispo Auxiliar de Itabira (MG), Dom Leris Lara, sagrado há 10 dias.

Desvirtuamento

Após a missa, o assessor de imprensa da CNBB, Padre José Goulart, explicou os motivos da preocupação dos bispos com os rumos dos movimentos de renovação carismática, "uma manifestação autenticamente cristã, mas passível de desvirtuamentos, quando mal orientada".

Nesses movimentos, também chamados de pentecostalismo católico, grupos de pessoas tentam conseguir maior integração com Deus através de orações e cânticos e, segundo o Padre José Goulart, podem chegar a uma espécie de euforia ou êxtase religioso; em contrapartida, observa-se nos participantes uma tendência à alienação "da luta de toda a Igreja pela libertação do homem".

Além disso, informou-se que os

cinco representantes de Igrejas protestantes episcopais que participam da Assembléia-Geral da CNBB como convidados decidiram aprovar, em reunião paralela, o recurso ao divórcio pelos seus fiéis brasileiros. Não se soube, porém, se o assunto divórcio chegou a ser debatido oficialmente pelos Bispos.

Documento

Em entrevista ao semanário O São Paulo, da sua arquidiocese, o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, esclareceu que "não se sabe de antemão o que vai sair (desta reunião da CNBB) e graças a Deus que é assim. Nós entramos na reunião com espírito desarmado e, aos poucos, vai-se consubstanciando aquilo que é mais útil ao convívio da maioria. É difícil, portanto, prever se vai sair um documento (político) ou se não vai sair. Eu suponho que saiam princípios".

"Eu imagino que de uma assembléia de bispos só possa sair um documento pastoral. Um documento pastoral significa de pastores e de orientação cristã, mas orientação sempre voltada para o bem comum. Ora, toda ação voltada para o bem comum se chama, também, em outros termos, política. Portanto, nesse sentido seria um documento político", esclareceu, adiantando que não o imagina "um documento muito quente".

"Mas, se vier alguma coisa diferente, é sinal de que surgiu dentro da assembléia e dentro de um espírito de elaboração, de conquista, de busca, de aproximação da alma do povo".

Brasil em 20 anos duplica bispado

Em poucos lugares no mundo será possível ver juntos tantos bispos como agora em Itaipu, São Paulo. Desde o princípio da semana passada lá se encontram em assembléia-geral quase duas centenas e meia de dignitários da Igreja no Brasil, considerado hoje um dos países com maior número de bispos. Em 1957 eles era 141 e atualmente são 307, o que representa um aumento de 117% nos últimos 20 anos.

Entretanto, uma particularidade a acrescentar: em 1970 os 61 bispos de origem estrangeira trabalhando no Brasil representavam 34,66% do Episcopado nacional. Dentre os 237 bispos de então, 18 tinham nascido na Itália, 11 na Alemanha, sete na Espanha, seis nos Estados Unidos, seis na Holanda, três na França, dois na Austrália e outros oito na Bélgica, Polônia, Canadá, Líbano, Síria, Irlanda, Portugal e Ucrânia.

Pastores

A presença dos bispos à sua assembléia pode considerar-se maciça tendo em conta que 41 deles pediram aposentadoria ou se encontram fora do Brasil. Entre os últimos estão o Cardeal Agnelo Rossi (Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização) e o Bispo Dom Lucas Moreira Neves (vice-presidente do Pontifício Conselho para os Leigos), ambos em Roma há alguns anos.

Pouco de batina, poucos relativamente também são os que podem ostentar títulos de doutor em seus currículos. Mas nem por isso se julgam desmerecidos. "Somos mais administradores das coisas divinas e menos sabedores; o que se nos pede é que sejamos pastores e não tanto doutores" — diz o Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom José Romer.

Bispo, na Igreja primitiva, era geralmente um ungido eleito entre os padres mais idosos. Cinquenta e cinco anos era a idade média dos bispos brasileiros em 1957 e 1970. Alguns deles não têm hoje mais que 40 anos mas uma larga faixa está entre os 60 e 70; o mais velho, Cardeal-Arcebispo de Aparecida, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, completará 87 anos no dia 16 de julho.

Sem fronteiras

A presença de padres e bispos de origem estrangeira sempre foi uma constante no clero brasileiro, devido não tanto à falta de clero nacional como ao espírito missionário da Igreja, que desconhece fronteiras.

Em 1957 os bispos vindos de fora eram menos que há sete anos: 25% do total. Para 112 bispos nativos, havia 10 vindos da Itália, cinco da Espanha, quatro da Alemanha, três da França, dois da Holanda, dois da Polónia e três da Tcheco-Eslováquia, Portugal e Suíça. Em 1970 os bispos nascidos no Brasil eram 176 e os de origem estrangeira, 61 — isto é, 34,66%.

A hierarquia no Brasil compõe-se hoje de 264 bispos, 36 arcebispos e sete cardeais. Fora o Cardeal Agnelo Rossi, todos os outros exercem o cargo de Arcebispo: Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos, de Aparecida, 86 anos de idade; Dom Alfredo Vicente Scherer, de Porto Alegre, 74 anos; Dom Avelar Brandão Vilela, de Salvador, 64 anos; Dom Eugênio de Araújo Sales, do Rio de Janeiro, 56 anos; Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, 55 anos; e Dom Aloísio Lorscheider, de Fortaleza, 52 anos. O Cardeal Agnelo Rossi completará 64 anos no dia 4 de maio.

16. Feb. 1971



Bispos reunidos em Itaipu: cardápio apimentado e conversas peripatéticas

CNBB

Moderadamente

Já se consumiu uma semana em meditação, orações, troca de idéias, debates. Alguns deles são, com certeza, calosos — a julgar pelo próprio cardápio e temas apimentados oferecido ao plenário e pelas peripatéticas conversações de alta madrugada nos discretos corredores do antigo convento de jesuítas de Itaipu, no interior de São Paulo. E pouco provável, no entanto, que os 255 participantes da 15.ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao reabrirem, nesta quinta-feira, a espessa porta de madeira e vidro fosco que os protegeu desde o dia 8 de jornalistas e outros intrusos, queiram atizar a fogueira dos desentendimentos que, nos últimos meses, chegaram a ameaçar as relações Igreja-Estado.

A prudência transparece, com efeito, em detalhes e circunstâncias múltiplas. A clausura rigorosa e à proibição de contatos com a imprensa fora da entrecosta coletiva diária, somam-se outros sintomas de moderação e cautela. Há, por exemplo, a manobra semântica de abstrair, em quase todos os comunicados distribuídos até agora, a menção ao adjetivo "político" — em geral, substituído por um neutro "pastoral". Não há dúvida, porém, de que o bispo de Probitária (SE), dom José Brandão de Castro, revelava preocupações eminentemente políticas ao pedir, na quinta-feira última, uma reforma agrária para o país — ou quando o mesmo dom Brandão disse que "a opção pastoral do bispo, hoje, tem de ser pelos marginalizados, seguindo, aliás, o exemplo do próprio Cristo".

E, de toda forma, uma preocupação mais ampla com os destinos terrenos do rebanho católico já se infiltrara, com antecedência, no próprio temário da Assembléia Geral — que consagra, em seu primeiro item, um debate sobre as "exi-

gências cristãs de uma ordem política". Nesse caso, não só a presença do melindroso adjetivo serviu para anteciper a perspectiva de candentes entreveros entre "conservadores" e "progressistas". Mas, antes de mais nada, o que prometia esquentar as divergências era o fato de que o documento de 48 pontos e sete páginas, preparado por dom Nivaldo Monte, arcebispo de Natal, e que serviria de guia para o debate, trazia dez itens especificamente sobre a doutrina da "segurança nacional" e uma indagação intrincada: como deve agir um cristão se seus direitos individuais forem eventualmente arranhados em nome da segurança do Estado?

"Razões práticas" — Acontece, porém, que os próprios bispos parecem ter-se sentido intimidados diante do formidável tema. E, em consequência, "por razões práticas", como explicou um sucinto comunicado oficial, resolveram começar as discussões pelo problema das missões religiosas que trabalham junto aos índios — e aí, sempre demonstrando extrema prudência, os bispos optaram pela salomônica decisão de apoiar irrestritamente o Conselho Missionário Indigenista sem atacar, todavia, os organismos federais que o vêm confrontando, como a Fundação Nacional do Índio e o Ministério do Interior.

Depois, em busca de alguma luz que aclarasse o debate, o plenário da CNBB decidiu promover uma palestra de dois especialistas nas questões que envolvem a "segurança nacional" — dom Cândido Padim, bispo de Bauru (SP), e dom Luciano Duarte, arcebispo de Aracaju. E só então, já no final da semana e com um atraso que pode inclusive comprometer toda a agenda, bispos, assessores da CNBB e observadores lançaram-se à discussão do documento-base, que, já se sabe, acabará sendo fatalmente modificado — correndo ainda o risco de não vir a público senão em forma resumida e expurgado de conotações mais perigosas.

JD 17-27

CNBB encerra assembléia hoje mas não divulga texto final sobre ordem política

São Paulo — secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, assegurou ontem que, independente da decisão do plenário, o documento sobre Exigências Cristãs de uma Ordem Política, em sua versão definitiva, não será divulgado hoje, no encerramento da 15a. Assembléia-Geral, "por falta de condições técnicas". O encontro será encerrado com missa às 11h.

Com uma terceira redação, após mais de 100 emendas à segunda versão, o documento foi votado ontem, não se divulgando o resultado da apuração. Entre várias alternativas, os bispos tiveram de optar pela divulgação imediata do documento (que deve ser a posição vencedora), pela entrega do documento ao Presidente Geisel e sua posterior divulgação, pela entrega do texto somente às autoridades ou pela divulgação de apenas uma síntese do texto.

POSIÇÕES

Segundo o Arcebispo-Coadjutor de Manaus, Dom Milton Correia Pereira — que votou pela divulgação imediata do documento — uma das emendas do texto, na terceira redação, propõe que seja suprimida a referência ao último documento da comissão representativa — Comunidade Pastoral ao Povo de Deus — que "gerou muita contestação quando foi publicado. Procuramos um clima de paz para reflexão — prosseguiu — e a menção ao documento anterior poderia renovar com mais veemência as contestações".

Nossa posição — observou o Arcebispo — não é a de afrontar a situação no Brasil. Queremos iluminar os cristãos, governantes e governados, pois temos a obrigação de transmitir e eles têm o direito de receber a mensagem do Evangelho.

O Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Eduardo Koalk, votou pela entrega do documento ao Presidente Geisel, antes de sua divulgação. "o que não significa uma dependência, um pedido de autorização". Mas como o Presidente tem tido algumas deferências com a presidência da CNBB, justificou, é razoável que se tome essa atitude.

O Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, também defendeu a entrega do documento ao Presidente Geisel, "dando a ele uma certa interpretação do texto, pois os problemas surgem às vezes de falha de interpretação; com o conteúdo talvez todos concordemos. Desde que não haja prevenção — afirmou ainda — o documento pode fazer bem a todos. As próprias autoridades deverão ficar contentes em receber subsídios para executar seus planos".

O Bispo de Campos, Dom Antônio Castro Maia — da ala conservadora — chegou a propor em plenário, ontem, a substituição do documento pela seguinte nota: "O Episcopado cumpre sua missão, velando para que os direitos humanos firmados na lei natural e na lei eterna sejam respeitados pelo poder temporal, bem como por quantos detenham qualquer parcela de autoridade ou influência no campo social ou econômico. Por isso, aspira o Episcopado, ardentemente, pelo contínuo reajustamento de tudo quanto na presente ordem de coi-

sas possa ferir aos direitos humanos. De modo especial, o Episcopado manifesta seu empenho em que seja preservado o país do perigo comunista, a cada dia mais grave, pois esse perigo expõe, não alguns, mas todos os direitos humanos. Em consequência, o Episcopado externa seu propósito de apoiar decididamente tudo quanto o Poder Público faça para evitar dentro dos princípios evangélicos tão evidente calamidade".

VINCULAÇÃO

Outro tema da assembléia — Regiões Missionárias do Brasil — também já foi votado, mas os resultados não foram divulgados. Segundo o Arcebispo-Coadjutor de Manaus, "os prelados optaram pela continuidade do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como órgão vinculado oficialmente à CNBB." A vinculação deverá ser decidida, formalmente, através de uma assembléia-geral do Cimi.

Dom Milton Pereira observou que "a vinculação permitirá que se evitem alguns excessos na linguagem das manifestações do Cimi, permitindo ao Conselho, ainda, maior penetração no seu trabalho missionário". A decisão da CNBB — explicou o Arcebispo — não representa "uma preocupação simplesmente nacionalista, ao assumir as regiões missionárias. O Episcopado brasileiro não vai apressar-se do trabalho de congregações religiosas estrangeiras, mas vai ajudar nesse trabalho."

O Arcebispo informou que se realizará em Manaus, de 20 a 25 de julho próximo, um encontro pas-americano sobre a pastoral indígena, com representantes da Guiana, Venezuela, Colômbia, Bolívia e Brasil. O encontro será promovido pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam).

Quanto à pastoral da Família, os bispos decidiram reafirmar na assembléia a posição da Comissão Representativa da CNBB, que em reunião extraordinária, em março de 1975, apresentou um documento — Em Favor da Família — condenando o divórcio. Discutiram ontem, ainda, a transferência da sede da CNBB para Brasília; a sede fica pronta em maio e deverá ser inaugurada em 15 de novembro próximo.

Igreja avaliará os programas do Governo

Faz parte do Plano Bienal dos organismos nacionais da CNBB o acompanhamento e avaliação de projetos governamentais, e suas implicações postorais, por um grupo de trabalho, a partir de março deste ano até o fim do próximo. Trata-se de uma das atividades do chamado Programa IV do 4º Plano Bienal da CNBB, cujo título é Responsabilidade da Igreja face à Ordem Temporal.

O mesmo programa, segundo livreto impresso distribuído ontem em Itaiaci, Indaiatuba — onde se realiza a XV Assembleia-Geral da CNBB — prevê outros projetos como a apresentação de subsídios para uma educação política, formação social de agentes de pastoral, preparação de texto sobre os direitos do homem do campo (até julho), reflexão sobre formação universitária, dimensão sócio-política da fé e desenvolvimento (encontro nacional) e ainda reflexão sobre a função da escola de 1º e 2º graus.

ORDEM TEMPORAL

O programa da CNBB prevê ainda seminários de

uma semana sobre Responsabilidade da Igreja em face da Ordem Temporal, a produção de quatro montagens de material audiovisual sobre a posição da Igreja em face da situação socioeconômica e política (com roteiros sobre saúde, trabalho, alimentação e habitação) e informação e análise da realidade nacional e eclesial do Brasil, bem como da presença nela dos religiosos.

Segundo o documento, publicado pelas Edições Paulinas, o que inspirou o programa "foi a consciência de que o atual momento brasileiro levanta graves problemas, envolvendo diretamente exigências de justiça social, para cuja superação a Igreja não se pode eximir da responsabilidade de trazer sua colaboração específica".

O 4º Plano Bienal expressa ainda que "o objetivo implícito nessa prioridade consistirá, essencialmente, em procurar definir, com objetividade e isenção, as características da atual conjuntura brasileira, bem como a responsabilidade que a missão pastoral confere à Igreja neste momento".

CNBB divulga após carnaval

NACIONAL — 15

documento sobre política

Indaiatuba/SP

Problemas humanos preocupam

"A Igreja está seguindo os caminhos de Jesus Cristo e tem muito a dizer. O que me preocupa é a estranheza com que muitas pessoas veem a Igreja se preocupar com problemas humanos, isto porque os bispos não são apenas pastores de almas, mas também de pessoas humanas. E o desenvolvimento de nosso país e de nossos irmãos a todos nos interessa".

A afirmação foi feita, ontem, pelo Arcebispo de Olinda, Recife, D. Hélder Câmara, após o encerramento da XV assembleia-geral da CNBB, dizendo que "o que alegro é ver aumentar de encontro para encontro a nossa colegialidade episcopal. Digam o que disserem, estamos cada vez mais unidos a serviço do nosso povo e da Santa Igreja".

Vinculação

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) "recusou para o Conselho a vinculação oficial do Conselho à CNBB, mantendo a sua autonomia".

Segundo D. Tomás Balduino, "havia um grande mal-entendido na assembleia, quanto à posição do Cimi, havendo propostas para a sua vinculação à CNBB, como um departamento — quando perderia sua auto-

nomia ou para abandonar o Conselho à sua própria sorte. O debate cresceu e se chegou a um consenso positivo. Os pronunciamentos do Cimi poderão ser em menor número, mas terão maior força, pois estarão amparados pela CNBB".

Analisando os resultados da assembleia, D. Pedro Casaldáliga, Bispo Prelado de São Félix do Araguaia, destacou que "a CNBB tem crescido em abertura e compreensão nos aspectos que se inserem na ordem temporal da Igreja. E os pastores de outras igrejas cristãs, que participaram do encontro, se solidarizaram com a CNBB nesse sentido".

Depois de admitir que houve muita controvérsia na assembleia, "principalmente com relação ao Cimi", D. Pedro Casaldáliga afirmou que "foi feliz com o pluralismo de opiniões surgidas neste encontro, que para mim é um sinal de caminhada, porque não creio haver intenção alguma de mostrar para o público uma unidade fictícia. Há uma unidade fundamental entre os bispos, que é a unidade da fé".

D. Pedro Casaldáliga informou, ainda, que "o problema do Padre Malboni foi discutido na assembleia, sendo repetidas e confirmadas suas declarações. Mas a CNBB decidiu não falar mais sobre o assunto, publicamente, porque considerou que a carta pública do Padre Malboni, que não foi desmentida, foi a melhor defesa que ele podia fazer".



8V
8V
9V
5V
4V
3V
2V
1V
1V
0V
6
8
6
9
5
4
3
2
1V

São Paulo — Só após o carnaval será divulgado texto definitivo do documento 'Exigências Cristãs de uma Ordem Política', discutido e aprovado pela XV Assembleia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), encerrada ontem em Itaipu, Bairro de Indaítuba, São Paulo. A quarta redação do documento foi aprovada ontem, às 12h, em plenário, por 210 votos contra apenas três.

A partir do texto-base apresentado pelo Arcebispo de Natal (RN), Dom Nivaldo Monte, foi feita uma segunda redação, já bastante alterada e divulgada, na íntegra, pela imprensa. Das discussões dos grupos de trabalho e em plenário surgiu uma terceira redação, que recebeu propostas de 992 emendas, aproveitando-se mais de 400. Discutido novamente em plenário ontem pela manhã, obteve-se praticamente um consenso.

Órgão da Igreja

O resultado da votação foi fornecido ontem pelo presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, e por seu secretário-geral, Dom Ivo Lorscheider, na entrevista coletiva logo após o encerramento da assembleia. Dom Aloísio disse que, "apesar das discussões, o resultado que melhor poderia destacar do encontro foi a unidade e a união". Dom Ivo destacou o fato de a assembleia "haver conseguido demonstrar as verdadeiras dimensões da Igreja e as verdadeiras intenções da CNBB, que não é um instrumento de pressão e muito menos uma entidade que vive a exorbitar mas simplesmente um órgão da Igreja".

O secretário-geral referiu-se também às críticas que a CNBB recebe sobre dirigismo da cúpula quanto às resoluções das assembleias de bispos. "A liberdade para chegarmos às conclusões é grande no nosso sistema de votação. Todos têm direito à palavra e às emendas de todos podem ser votadas no plenário, após exaustivo debate nos grupos de trabalho".

Dom Ivo lamentou a "publicação extemporânea e prematura de um documento inconcluído. Agora o texto finalíssimo será divulgado imediatamente, assim que tivermos condições técnicas para tanto". Esclareceu que a divulgação foi decidida por uma grande maioria de bispos e será feita pela secretaria-geral da CNBB, no Rio. Dom Ivo referiu-se ao documento como "uma contribuição religiosa pastoral, de muita importância, sem agressão, corajosamente positiva, para um país que deve andar".

Regiões missionárias

A respeito das regiões missionárias, segundo a cúpula da CNBB, a resolução mais importante da assembleia foi a confirmação do interesse por elas demonstrado pela Igreja. O plenário deu um voto de confiança às 42 prelazias para que, no prazo mais rápido possível, se convertam em dioceses, completamente independentes.

Quanto ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), também por decisão da maioria, será um organismo ligado à CNBB nos termos de seus estatutos. O Cimi continuará assumindo a causa indígena, num trabalho orgânico, integrado com a CNBB. "não haverá limitação ao Cimi, pois ele terá menos autonomia, é verdade, mas mais expressão".

No primeiro domingo da Quaresma a CNBB divulgará seu documento oficial sobre a Pastoral da Família, integrando-o à Campanha da Fraternidade, cujo tema é Comece em Casa, e que será lançada na Quarta-Feira de Cinzas, às 20h, com mensagem do Papa Paulo VI em cadeia nacional de televisão. Segundo Dom Ivo, "o documento trará uma palavra clara sobre o que se pensa da caminhada da família, abordando os assuntos na época em que volta ao debate parlamentar a questão do divórcio e também passa a ser discutido o novo Código Penal (em que está contido o problema do aborto)".

Alterações

A inclusão de um item de 10 linhas no capítulo Segurança e um acréscimo de uma conclusão com citações bíblicas foram as principais alterações na terceira versão do documento 'Exigências Cristãs de uma Ordem Política', em relação ao texto já divulgado pela imprensa.

No capítulo Segurança, foi acrescentado o seguinte item: "Por melhores e mais bem intencionadas que sejam as pessoas que participam de um Governo, não poderão se libertar dos princípios ideológicos do seu sistema e, consequentemente, deter ou contornar os efeitos do regime. Vale a advertência de Paulo VI, na *Oitava-ésima Adventus*: O cristão haurirá nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e critérios oportunos, para evitar deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo, ele se arriscará a ver só quando é já demasiado tarde, se não se aperceber deles nas suas raízes". (Oct. Adv. 36)".

Como conclusão — que não figurava na segunda versão — acrescentou-se: "Enquanto contemplamos com sincera preocupação pastoral, a complexidade dos problemas da nossa realidade terrena, volvemos, ao mesmo tempo, um olhar de esperança a Deus, 'Pai das luzes, de cujas mãos vêm todas as bênçãos e toda a possibilidade de fazer o bem' (TG 1.17). E olhando para Jesus Cristo, Mestre dos corações e Senhor da História, unidos a ele, 'viveremos de acordo com a verdade e crescemos em tudo pela caridade'. (Ef. 4.20)".

As demais alterações foram em sua maioria formais e pouco ou nada alteraram a essência do documento: palavras substituídas por outras, erros gramaticais corrigidos, algumas mudanças na ordem dos itens. Foram também acrescentadas pequenas frases para complementar o sentido de certos trechos.

Cancelamento

A conferência de quatro bispos que se realizaria anteontem na Catedral de Campinas — quando seriam abordados problemas de terras, catequese de índios, pastoral operária e pastoral rural — foi cancelada definitivamente, sendo que circularam duas versões sobre o motivo do cancelamento.

Segundo o Prelado de São Paulo de Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, a reunião foi desmarcada a pedido do Comandante da 11a. Brigada de Infantaria Blindada de Campinas, General Gustavo Moraes Rego. Já o Bispo-Auxiliar de Campinas, Dom Gilberto Pereira Lopes, disse que houve o encontro para evitar-se a fusão entre declarações isoladas dos bispos participantes da assembleia e o consenso dos membros da CNBB. Negou que tivesse sido aconselhado a cancelar a reunião pelo General Moraes Rego.

Além de Dom Pedro Casaldáliga participaram da conferência o presidente do Cimi, Dom Tomás Balduino, o Bispo-Auxiliar de João Pessoa, Dom Marcelo Carvalheira, ligado à Pastoral Rural; e o Bispo-Auxiliar de São Paulo, Dom Angélico Sandalo Bernini. No mesmo dia, os jornais de Campinas publicaram convites do grupo de leigos organizador do encontro.

Dom Pedro Casaldáliga não quis confirmar a quem foi dirigido o apelo do General, mas o motivo era, segundo ele, "sobretudo no que se refere a problemas de terras e de índios, abria feridas em Campinas, que não caíram abertas". Dom Gilberto Lopes seguiu que, "se ele disse isso, deve estar bem informado. Mas eu posso garantir não ter participado de nenhum encontro com o General". Sustentou que um dos principais motivos para o cancelamento era o fato de que, "durante uma assembleia, não se deve fazer conferências isoladas".

e Itaipu

A repercussão do documento de Itaipu — Exigências Cristãs de uma Ordem Política — e o andamento do Plano Pastoral (bienal) são alguns dos temas analisados e discutidos pela Comissão Nacional de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com 90 membros, que desde ontem está em reunião ordinária anual, no Convento do Cenáculo, no Rio.

A Comissão é de caráter consultivo e visa obter subsídios e sugestões a serem encaminhados à Comissão Representativa de Bispos, que estará reunida em Brasília dos dias 16 a 21 de novembro, para a elaboração do relatório da Assembleia Geral da CNBB de 1978, de acordo com participantes da reunião, o encontro termina na tarde de hoje.

REPRESENTANTES

A comissão de 90 membros é constituída de leigos, religiosos, bispos e padres dos diversos pontos do país. A reunião ordinária anual constará de oito sessões expositivas e debates em grupos.

Ontem, no intervalo entre a primeira sessão expositiva, que se iniciou às 8h30m, e a reunião em grupos de debates, alguns membros da Comissão Nacional de Pastoral declararam que seriam discutidos "tópicos que demandam uma discussão específica".

Serão debatidos os andamentos do trabalho da Pastoral nos grandes centros, onde os problemas são mais complexos e originais do que nas áreas rurais, mais homogêneas. Outro item é a repercussão do documento extraído na 15a. Assembleia Geral da CNBB, em fevereiro, realizada em Itaipu. "Sonda-se a operacionalidade do documento", (Exigências Cristãs da Ordem Política), disseram.

Este documento, que teve quatro redações, 524 emendas e foi votado por 210 bispos a favor e três contra, conta com 48 proposições dispostas em vários itens, como: A Missão da Igreja; O Homem, Ser Social; Modelos de Sociedades; Direitos e Deveres do Estado; Bem Comum; Marginalização e Participação; Liberdade e Segurança; Regimes de Exceção; Desafios do Desenvolvimento; A Origem da Sociedade Política; Direitos e Deveres das Pessoas com o Estado e Comunidade Internacional.

Os relatores dos grupos de debates sistematizarão o discutido, para que hoje sejam expostos em plenário os resultados da reunião. As questões serão enviadas a Brasília como subsídios à elaboração dos temas da próxima Assembleia Geral da CNBB.

Febr 1977

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1977

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito
Editor: Walter Fontoura

Directora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Director: Bernard da Costa Campos
Director: Lywal Salles

Terreno de Diálogo

Desde o Concílio Vaticano II, vem a Igreja Católica atravessando um movimento de intensa renovação interior que não deixa de ser reflexo da transformação vertiginosa por que passaram e ainda passam os valores e estruturas do mundo moderno. Eterna na sua essência, origem e destinação, a Igreja conheceu várias vezes em sua história momentos de transmutação igualmente violenta. O que se busca reformar, no caso, não é a substância da mensagem, mas a forma de atingir, com essa mensagem, uma humanidade que nada tem de eterna ou imutável.

É a um ajustamento desse tipo que presenciamos no momento. Na sua magnitude, implica angústia e perturbação, já que em todo o mundo, e particularmente num país que ainda vai forjando a sua consciência nacional, repercute de maneira desigual nos espíritos, e desperta nos menos maduros a vocação do radicalismo, que no fundo significa apenas a impaciência de chegar logo a uma solução, a incapacidade de enxergar o que há de necessariamente orgânico no tecido social e na evolução histórica. Dessa radicalização se nutre a cisão que ameaça estabelecer-se em alguns setores do relacionamento entre o Estado e a Igreja.

É neste sentido que se devem acolher de bom grado as propostas e colocações que nasçam não do desejo de aguçar os conflitos, mas de levá-los a uma solução ou encaminhamento, como é o caso das palavras do Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Duarte, que se dirigiu à Assembleia da CNBB reunida em Itaipó para pronun-

ciar-se sobre um tema delicado: o da Segurança Nacional.

A conferência do Arcebispo de Aracaju esboça as perspectivas de um diálogo que não pode deixar de existir entre o Governo em exercício e um poder de outra natureza que plasmou a nacionalidade brasileira e conserva sobre ela uma forte influência.

Alguns setores radicais, lembra D Luciano, parecem desejar a ruptura total entre Igreja e Estado. E depois disso, ele pergunta, o que viria?

Adverte o Arcebispo para a tendência maniqueísta que está enraizada no fundo de todos os radicalismos: o que eu faço é certo, tudo o que o outro faz é errado. "Há erros e acertos, atitudes impertinentes e atitudes sensatas de um lado e de outro."

Na discutida questão das missões, por exemplo, parece ter havido abusos de parte a parte. Houve os que quisessem simplesmente pôr fim a uma convivência entre o índio e o missionário de que se nutrem as primeiras páginas da História do Brasil. E houve quem enxergasse na crispação de algumas autoridades o início de uma perseguição religiosa, nuvem que, pode-se afirmar, nunca apontou no nosso céu.

Contra a opinião dos que acham que padre só deve ser visto na sacristia, lembra D Luciano que "a opção pós-conciliar da Igreja é a de ser uma Igreja encarnada no mundo, para levar a este mundo o sangue do Evangelho". Mas acrescenta que "ninguém é dono da verdade". Noção que deve anteceder todo diálogo proveitoso.

CNBB endereça documento a quem quiser ler e meditar

19. Feb. 1977 24

De volta ao Rio depois de ter passado quase 15 dias em Italcí, na Assembleia-Geral dos Bispos, o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheiter, disse ontem que o documento Exigências Cristãs de uma Ordem Política, aprovado em plenário e a ser divulgado na próxima semana, "não tem destinatário; cada um que o leia e medite; quem tem ouvidos, que ouça".

Informou que o documento — que sofreu mais de 400 emendas em duas novas redações depois que os jornais o publicaram — "não inclui nenhum diagnóstico" e constituiu-se apenas em "uma proclamação de princípios". O Bispo negou que os autores apresentem algum modelo político, já que "a Igreja não tem opinião a dar neste campo" e "o Evangelho admite muitos modelos".

A fúria

O secretário da CNBB referiu-se ao encontro dos bispos como "10 dias de

fúria gostosa" e chamou a atenção para um item pouco noticiado: o das Regiões Missionárias do Brasil. As 42 prelazias existentes no país serão apoiadas pelas dioceses e elas mesmas, brevemente, passarão à condição de diocese de pleno direito.

Disse Dom Ivo que, durante a assembleia, os bispos reafirmaram a validade do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e decidiram que no futuro ele ficará ligado à CNBB, restando apenas estudar ainda qual o tipo de vinculação jurídica.

Na reunião ficou também "quase decidida" a realização de nova Assembleia-Geral, em caráter extraordinário, em fevereiro do próximo ano, com vistas à escolha dos delegados brasileiros e estudo do temário para a Conferência-Geral dos Bispos da América Latina, que — segundo Dom Ivo — espera-se seja realizada em novembro de 1978, provavelmente no México.

Texto novo é sério mas não agressivo

Salvador — Ao chegar da XV assembleia-geral da CNBB, realizada em Italcí (SP), o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Avelar Brandão, afirmou que o documento da reunião, a ser divulgado após o carnaval, "será mais suave que o Comunicado Pastoral ao Povo de Deus, divulgado anteriormente pela Conferência".

"É um documento sério, objetivo, revestido de espírito pastoral, que não traz qualquer caráter de agressividade, mas ao mesmo tempo apresenta as verdades que precisam ser ditas. A partir do tema central — Exigências Cristãs de uma Ordem Política — ve-se claramente qual era a intenção do encontro, com o objetivo de chegarmos a algumas posições de natureza ética, de como deve ser a convivência das pessoas dentro de uma ordem nacional", informou Dom Avelar.

Igreja independente

Segundo Dom Avelar, que defendeu "sempre o bom senso, uma vez que sempre fui contra radicalismos", não houve corrente de pensamento que predominasse na assembleia: "Chegamos à via média, exatamente o denominador comum que se alcança nas grandes reuniões. Existem tendências para mais ou para menos, de pessoas ou de grupos, mas que entram no trabalho de construção global, e as idéias centrais foram aceitas por todos, o que alimentou a unidade."

A posição definida, disse Dom Avelar, foi a de uma Igreja "que se afirma moralmente independente, revestida porém de espírito pastoral. Também em relação à Cimi prevaleceu a voz do bom senso. Ninguém queria que a Cimi desaparecesse, a não ser uma meia dúzia. Mas também não se queria que continuasse como estava, criando um pomo de discórdia. Assim, o caminho desse tipo de órgão espontâneo tem que se definir, ou como autônomo ou como anexo à CNBB. O próprio presidente da Cimi viu que o caminho da Cimi era o de se anexar à CNBB e aceitou a posição. Assim, nosso propósito foi o de ajudar a Cimi numa hora crítica".

O que ele defendeu na assembleia foi "uma posição de Igreja capaz de expressar uma independência moral — com absoluta liberdade de ação dentro de seu campo de evangelização — revestida, porém, de um espírito pastoral. A Igreja deve se sentir livre como Igreja

para afirmar o que acha que deve afirmar, sem estar subordinada a regimes".

"Dentro da temática do encontro, tentamos abrir horizontes para uma convivência humana em termos realmente democráticos, com liberdade e responsabilidade, todos os valores que conquistamos por uma existência democrática, que não seja irresponsável, obviamente".

Esclarecimentos

Sobre o cancelamento da conferência que quatro bispos fariam anteontem em Campinas — quando seriam abordados temas como problemas de terras, catequese dos índios, pastoral operária e pastoral rural — que, segundo o prelado de São Félix de Araguaia, Dom Pedro Casaldaliga, foi desmarcada a pedido do Comandante da 11a. Brigada de Infantaria Blindada de Campinas, General Gustavo Moraes Rego, disse Dom Avelar:

"O que ocorreu foi o seguinte: teria havido em Campinas o convite de um grupo de pessoas — leigos e inclusive um padre — para que quatro bispos falassem na catedral sobre esses temas. A princípio, o Arcebispo de Campinas, Dom Gilberto Lopes, teria concordado nisso, mas com a condição de que a conferência fosse submetida à aprovação do pároco da catedral".

"Depois, refletindo melhor, Dom Gilberto Lopes achou por bem não confirmar a permissão anterior. Teria efetivamente havido uma conversa amistosa entre ele e o General Moraes Rego, em termos de mera preocupação do comandante pelos temas que seriam abordados. Mas não houve qualquer exigência do General Moraes Rego no sentido do cancelamento da conferência, conforme o próprio Dom Gilberto Lopes explicou perante o plenário da assembleia".



Dom Avelar ressaltou que as opiniões do Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Duarte, "publicadas nos jornais (ontem) como se fosse algo partido da CNBB, na realidade são um documento pessoal de Dom Luciano. A questão é que liberdade e segurança foi um dos itens do encontro e o plenário pediu que fossem designados dois bispos para estudar esse assunto. Um deles foi Dom Luciano — que apresentou seu trabalho por escrito e, assim, foi aproveitado pelos repórteres — e o outro foi Dom Cândido Padim, de Botucatu, que falou de improviso e portanto não teve suas afirmações publicadas".

bleibt es allein;
wenn es aber stirbt, bringt es reiche Frucht.

2. LESUNG: aus dem Brief an die Hebräer
5,7-9

Dom Vicente espera que o documento da CNBB possa afastar suspeitas

Porto Alegre — O Cardeal Vicente Scherer disse acreditar que o documento aprovado pela assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre Exigências Cristãs de uma Ordem Política, desanuviu a "atmosfera em alguns ambientes carregados de suspeitas e irritação. A justiça e a compreensão fundamentam a alegria e a solidariedade, facilitam a correção de falhas nas famílias, nas comunidades, no relacionamento da Igreja e Estado".

Na análise que fez em sua alocução semanal sobre o encontro encerrado na semana passada em Itaici, Dom Vicente admitiu que, "na apreciação de situações políticas e sociais, facilmente surgem divergências que me parecem inteiramente normais e inevitáveis. Creio, de minha parte, que nesta área o desejo de união e concórdia em assuntos essenciais recomenda e impõe absoluta isenção de espírito de tal forma que as opiniões próprias e as simpatias pessoais, favoráveis ou contrárias a partidos, a modelos políticos e a sistemas econômicos, se deixem de lado e não influam em decisões e atitudes pastorais, quando tais opções livres e discutíveis não colidem com as normas e as exigências do Evangelho."

Fantasia

O Arcebispo de Porto Alegre se referiu "aos numerosos comentários e extensos noticiários" publicados pela imprensa brasileira sobre a assembleia da CNBB, e disse que muitos "tinham a sua origem na fecunda fantasia de repórteres e nos seus limitados ou inexatos, conhecimentos dos problemas e das aspirações da Igreja no país", afirmou que a curiosidade dos jornalistas "convergiu, segundo um costume generalizado, sobre assuntos que poderiam oferecer uma conotação política, como o anunciado exame da teoria da Segurança Nacional".

Disse, em seguida, que o documento sobre ordem política que chegou a ser divulgado por um jornal de São Paulo "não teve origem em Itaici. Tinha o caráter de um instrumento de trabalho sobre o qual a assembleia recebeu o convite de se pronunciar, o que fez com numerosas críticas e modificações".

"A redação final recebeu 992 emendas das quais 417 acabaram incluídas no documento definitivo. Parece-me que ele correspondeu ao desejo que o inspirou, de se apresentar uma súplica de princípios que, inspirados no direito natural e no Evangelho, entre nós como em qualquer país, hão de nortear os esforços dos governos dos povos na busca do bem coletivo, da justiça, da paz interna e da prosperidade", declarou Dom Vicente.

Porta-voz

Destacou, depois, ao se referir ao estudo sobre direitos humanos, que a Igreja, "fiel a si mesma, como no passado, continuará ao lado dos desprotegidos e será porta-voz sincera e insuspeita dos seus anseios e sofrimentos. Mas não aprova a tentativa de criar tensões e conflitos no estilo da luta acirrada de classes da doutrina marxista, na ilusória esperança de que, segundo a filosofia hegeliana, do contraste e do choque, da tese do ataque inclemente e da antítese de reação violenta, se chegue à desejada síntese da justiça, do progresso e da paz".

O Cardeal de Porto Alegre antecipou a decisão da CNBB de alterar os estatutos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) "de tal forma que suas atividades não se afastem das diretrizes do episcopado e no futuro fiquem subordinadas à "supervisão" da Conferência, porque as atitudes tomadas "em entrevistas, publicações e encontros celebrados não tiveram a aprovação da assembleia". Afirmou que será desenvolvida maior colaboração

com as "prezadas estabelecidas na Amazônia para atividades missionárias e a pastoral dos índios. O relato feito por Dom Vicente incluiu outros temas debatidos na assembleia, como a pastoral familiar, as diretrizes para atendimento religioso nos maiores centros habitacionais e o estudo sobre os movimentos carismáticos. Observou, ainda, que "o divórcio e o aborto tiveram veemente reprovação" e, ao concluir, afirmou que o encontro de Itaici "contribuirá, assim se espera, para uma visão sempre mais nítida dos caminhos de colaboração e de concórdia a seguir, em benefício do povo, ao serviço do qual, em áreas diferentes e com atribuições definidas, o Estado e a Igreja estão colocados".

Dom Cândido Padim vê objetivos distorcidos

São Paulo — O Bispo de Bauru, Dom Cândido Padim, que participou da assembleia da CNBB, em Itaici, afirmou ontem que "em todas as teorias do desenvolvimento, o homem tem, pelo menos teoricamente, uma posição central que no entanto sofre distorções quando a formulação prática do modelo é conduzida pela interferência preponderante dos objetivos econômicos, militares ou de hegemonia política interna ou externa".

Admite que, "para a doutrina da Igreja, o verdadeiro desenvolvimento só se realiza quando promove, conjuntamente, os homens como indivíduos e o povo como um todo. Para esse desenvolvimento, evidentemente, são necessários os instrumentos econômicos, militares e políticos. Sempre que a realização desses instrumentos passa a constituir praticamente o objetivo preponderante, eles deixam de ser meios e tornam-se fins, em si mesmos, sacrificando todas as pessoas como o povo".

Disse Dom Cândido Padim que, "para nós, o próprio conceito de desenvolvimento já inclui a necessidade de medidas de segurança como condição para a eficácia das atividades humanas; mas a condição tem um valor subordinado e não igual ou preponderante ao fim principal. O simples fato de formular um modelo pelo lema Desenvolvimento e Segurança significa que se igualam ambos os valores. Na prática, sabemos por experiência que as exigências de segurança passam a ser mais importantes do que as condições de desenvolvimento para todos".

"Isso é inteiramente falso e inaceitável para a doutrina da Igreja — continuou o Bispo. Seria o mesmo que adotar, como ideal de um povo, o lema Progresso e Guerra. Imagine se alguém propusesse como ideal a ser alcançado pela Seleção Brasileira de futebol que vai à Copa do Mundo: futebol perfeito e chuteiras seguras".

Disse Dom Padim que "já não há autênticas condições de desenvolvimento, quando a segurança se torna uma obsessão e todas as pessoas são suspeitas de idéias ou ações subversivas. Desaparece o valor humano da ação educativa, quando o educador é obrigado, por lei, a ser o denunciante do seu aluno. Este já não vê o seu professor como um amigo, mas como um eventual policial".

"Os limites de tolerância para a Igreja, na aplicação da segurança são os limites da credibilidade humana que deve existir no convívio social. Toda a pessoa é tida como inocente até prova em contrário. Para o atual sistema de segurança, é a pessoa que deve procurar sua inocência, ficando detida até que os policiais se convençam disso. Inverteram-se os papéis. Até um eclesástico é submetido a interrogatório sobre posições teológicas para verificar os possíveis desvios doutrinários. É a isso que se chega quando se igualam os valores do desenvolvimento e da segurança".

CNBB

União em Itaici

Depois de dez dias de discussões na Vila Kostka, um colégio jesuíta na quietudezinha de Itaici, no interior de São Paulo, a maioria dos 220 bispos reunidos durante a Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pôde afirmar que o maior inimigo dos trabalhos foi o calor. A atmosfera Vila Kostka, de fato, nunca se permitiu conforto como o ar condicionado. Mesmo assim, a média de 30 graus centígrados registrada nas duas últimas se-

cumentos". O receio parecia justificado: um dia antes, na terça-feira, dia 15, o jornal *Folha de S. Paulo* publicara uma versão das "Exigências Cristãs", que vinha sendo zelosamente guardada pela CNBB. Na verdade, entre o texto indiscretamente publicado pelo jornal e o documento oficial, a ser distribuído nesta quinta-feira, foram incluídas nada menos que 417 novas emendas.

O texto divulgado na terça-feira, cujos pontos básicos serão mantidos, segundo reconheceu dom Ivo Lorscheiter, secretário geral da CNBB, afirma, num de seus 46 itens, que "não é o Estado que outorga direitos às pessoas, famílias e instituições". E logo insiste em que é dever do Estado "respeitar, defender e promover os direitos das pessoas". Mais adiante, depois de estimular a participação "consciente e responsável" de todos



Dom Aloísio Lorscheider (ao centro): precauções contra a imprensa

anas na região de Itaici não foi suficiente para impedir a consecução de um objetivo há muitos anos perseguido: a quase total união da alta cúpula da Igreja em torno de um ponto de vista. No fim, apenas três bispos, dos 213 votantes, impediram que houvesse unanimidade em relação ao documento final do encontro, intitulado "Exigências Cristãs e uma Ordem Política".

Cada um dos três dissidentes (não identificados para o público) introduziu uma ficha de cor vermelha — que indicava a desaprovação à forma definitiva do documento. Essa preocupação da CNBB com o sigilo em torno dos debates fez com que, nos últimos dias do encontro, fosse distribuída uma circular apelando aos bispos para "não se introduzirem no recinto pessoas estranhas ao ambiente". A nota se encerrava com uma advertência: "Tomem o máximo cuidado com suas pastas e do-

no processo político, o documento traz participação como "o direito de se reunir e de constituir associações".

"União pastoral" — Numa das votações secretas efetuadas em Itaici, foi vencida a proposta de que o documento, antes de ser dado oficialmente ao público, fosse entregue à presidência da República. "Acabou vencendo o grupo que queria a divulgação imediata", esclareceria depois o presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, "principalmente porque a imprensa já havia publicado uma versão do texto." Entre as decisões mais pragmáticas tomadas no encontro, a CNBB determinou, sempre através de votação, que a partir de agora o agitado Conselho Indigenista Missionário (Cimi) estará oficialmente sob sua tutela.

Isso não retiraria parte da autonomia do organismo? Não, asseguraria dom Ivo Lorscheiter na sexta-feira, no Rio. "Ago-

ra", disse ele, "o Cimi por certo falará menos, porém falará com mais autoridade." Na verdade, o Cimi já está falando menos. Pois a única dificuldade ocorrida durante a reunião deu-se nessa área, e fora dos muros da Vila Kostka — quando os bispos dom Tomás Balduino (presidente do Cimi), dom Pedro Casaldáliga (de São Félix do Araguaia, na Amazônia mato-grossense) e mais dois religiosos deixaram de realizar, na noite de quarta-feira, uma palestra pública na vizinha Campinas sobre o tema "Terra e Índios".

Poucas horas antes do encontro, com efeito, o bispo-auxiliar de Campinas, dom Gilberto Pereira Lopez, transmitiu ao quarteto uma sugestão do general Gustavo de Moraes Rego, comandante da 11.ª Brigada de Infantaria Blindada, para que a palestra fosse suspensa. Apesar da "perplexidade" manifestada por dom Tomás, e da afirmação de dom Pedro de que, "se fosse na minha prelaia, eu tomaria outra atitude", o incidente morreu aí. Na Vila Kostka, o que repercutia era a surpreendente unanimidade de idéias que pela primeira vez tornava realmente afinado o coro da Igreja. "A Assembléia conseguiu mostrar-nos a dimensão da Igreja", festejava dom Aloísio, "e acima de tudo consolidou nossa união pastoral."

Mensagem do Papa abre

- 17

Campanha da Fraternidade

28. März 1982

A mensagem do Papa Paulo VI, para a abertura da Campanha de Fraternidade e 1977, distribuída ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, faz uma exortação "para aliviar os mais deserdados e para participar no progresso dos povos mais desprovidos de bens". Lembra que "a penitência do tempo da Quaresma deve ser, não apenas interna e individual, mas também externa e social".

A campanha é centrada este ano no tema Fraternidade e Família e o Santo Padre, em sua bênção aos brasileiros, pede que se pense sobre as necessidades espirituais e materiais do próximo. Renova ainda o apelo da encíclica *Populorum Progressio* que completa uma década, e lembra a multidão que, nas sociedades fica à beira do caminho, sem pão, sem voz, sem defesa e no infortúnio.

A MENSAGEM

"Amados Filhos e Filhas Eis a Quaresma de novo! Esta-nos um instante! A Quaresma é um tempo favorável, o *tempus acceptabile* de que fala a Liturgia, a fim de nos prepararmos para celebrar dignamente o Mistério Pascal. É, sem dúvida, um período de austeridade; mas fecundo e já portador de renovação, como uma primavera espiritual. Devemos despertar as nossas consciências. Nós devemos reavivar o sentido do dever e o desejo de corresponder, concretamente, às exigências de uma vida cristã autêntica.

Dentro em breve está a fazer 10 anos que a Nossa Encíclica *Populorum Progressio*, sobre o desenvolvimento dos povos, foi como que um "grito de angústia, em nome do Senhor", lançado às comunidades cris-

tas e a todos os homens de boa vontade. Hoje, neste início do tempo litúrgico da Quaresma, nós desejariamos fazer ressoar de novo esse apelo solene. O nosso olhar e o nosso coração de Pastor universal, de fato, continuam a ser profundamente impressionados pela multidão imensa daqueles que todas as sociedades do mundo deixam à beira do caminho, feridos no corpo e na alma, despojados da sua dignidade humana, sem pão, sem voz, sem defesa e sozinhos no infortúnio!

Experimentamos dificuldades, é certo, em compartilhar aquilo que nós possuímos, com o fim de contribuir para o desaparecimento das desigualdades de um mundo tornado injusto. E no entanto, as declarações de princípios não bastam. É por isso que é necessário e salutar recordarmos de que somos administradores dos dons de Deus e de que "a penitência do tempo da Quaresma deve ser, não apenas interna e individual, mas também externa e social" (II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada Liturgia, n. 110).

Ide junto do pobre Lázaro que sofre fome e miséria. Tornai-vos o próximo dele, a fim de que ele reconheça no vosso olhar, o olhar de Cristo que o acolhe, e nas vossas mãos, as mãos do Senhor a repartir os seus dons. Respondi deste modo, com generosidade, aos apelos que vos irão ser dirigidos nas vossas Igrejas particulares para aliviar os mais deserdados e para participar no progresso dos povos mais desprovidos de bens.

Nós queremos lembrar-vos as palavras do Senhor Jesus, que o Apóstolo São Paulo conservou como algo precioso, para acudir aos irmãos: "Há mais felicidade em dar do que em receber"

(Act. 20,35). E exortamo-vos a todos, amados Filhos e Filhas, a purificar assim os vossos corações, para acolherem as próximas celebrações pascais e anunciarem ao mundo a jubilosa nova da Salvação.

E aos diletos irmãos e filhos do Brasil, onde hoje se abre mais uma Campanha da Fraternidade, centrada este ano no bem atual tema Fraternidade e Família, diremos ainda: cada um "comece em sua casa", a ouvir o nosso apelo! Os pais encaminhem os filhos desde a infância, para o conhecimento do amor de Deus a todos os homens: Ele os quer numa só família, tratando-se com espírito fraternal. Que pelo exemplo da vida vivida, ilumine os lares brasileiros o sentido do amor e o cuidado das necessidades espirituais e materiais do próximo; e que esta luz faça desabrochar frutos sazonados nas almas em flor de um país jovem, garantindo aí o porvir das tradicionalmente boas famílias cristãs. Este o nosso voto, ao abençoar-vos, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo!"

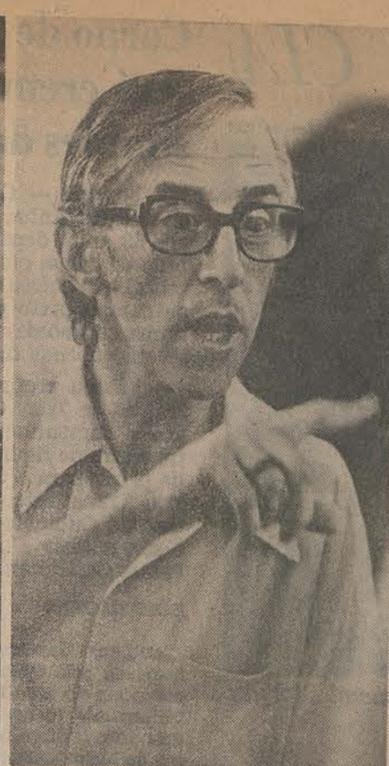
deas;
sprach:
t wird.

che Frucht.
t habt,
eben.
h;
dient.
r ehren.

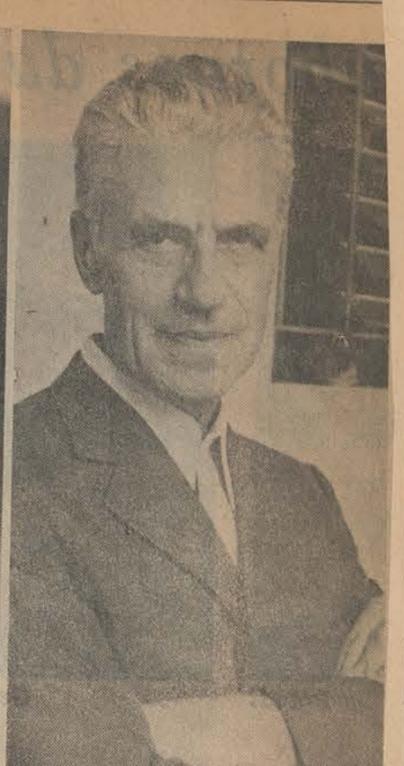




D José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa



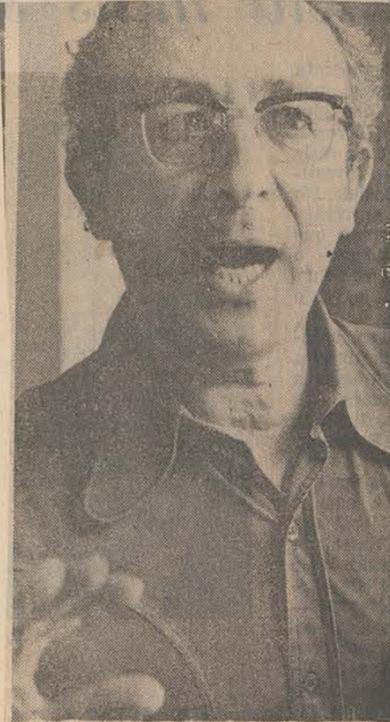
D Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia



D Aldo Mongiano, de Roraima



CNBB sai de assembleia com



D Tomás Balduino, de Goiás Velho e presidente do Cimi



D Luís Gonzaga, Bispo-Auxiliar de Vitória

unidade reforçada

São Paulo — "A XV Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fica necessariamente marcada pelo tema fundamental, que foi Exigências Cristãs de uma Ordem Política. Essa marca importa muito para nós no sentido de assinalar uma Igreja que se abre para a grande realidade do mundo que nos cerca".

Esse depoimento, de um dos 230 bispos que participaram da assembléia — encerrada quinta-feira passada no tranquilo convento jesuíta de Vila Kostka, no bairro de Itaici, em Indaítuba, 100 quilômetros a Oeste desta Capital e nas proximidades do Aeroporto Internacional de Viracopos — representa também um consenso. Seu autor, o Bispo-Auxiliar de Vitória, Dom Luiz Gonzaga Fernandes, da ala liberal-renovadora da Igreja católica, é o primeiro a reconhecer isso.

E acrescentou: "Particularmente eu aprecio essa guinada da Igreja. Mas não apenas o mérito intrínseco do tema. A preocupação de a Igreja se debruçar sobre a realidade é talvez mais importante do que as frases contidas no documento e os temas secundários tratados no encontro. Afinal, a Igreja está a serviço da grande humanidade".

Consenso

A medida do consenso pode ser dada pelas votações realizadas em plenário referentes a diversas questões levantadas no documento sobre o tema central Exigências Cristãs de uma Ordem Política. A votação final da quarta redação do texto foi expressiva: 210 a 3, em favor do documento. Mas as votações intermediárias sempre representaram posições a favor superiores a 140 sufrágios. A divulgação imediata do documento, pela imprensa, foi um item que recebeu 120 votos. Os que não se pronunciaram a favor ainda se distribuíram, por igual, entre votos em branco (que não significam necessariamente discordância, segundo Dom Luiz Gonzaga Fernandes) e votos contra.

Mas, se a tese política do episcopado brasileiro foi o tema que mais comoveu a opinião pública em torno da assembléia de Itaici, outros temas importantes também foram tratados. E, se a divulgação de um documento de teor político foi considerada a grande vitória das alas liberais-renovadoras da Igreja católica, a resolução de colocar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como órgão anexo à CNBB foi considerada uma derrota dessas alas, por força das pressões dos bispos mais centristas e cautelosos, preocupados principalmente com os pronunciamentos mais afoitos de alguns diretores do Cimi, como o Prelado de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casalgálida, e o Bispo de Goiás Velho, também presidente do Conselho, Dom Tomás Balduino.

Já Dom Luiz Gonzaga Fernandes não encara a anexação do Cimi como uma derrota da ala que integra: "O Cimi sai desta assembléia como entrou, apenas com a decisão de que se qualifique melhor sua vinculação com a CNBB. De uma certa forma, o Cimi já era vinculado à CNBB. Esses limites é que devem ser mais bem qualificados. O problema é estudar até que ponto um pronunciamento isolado de um membro do Cimi pode impor um comprometimento de toda a CNBB. Normalmente, não há muita preocupação com os órgãos anexos à CNBB, mas quando surgem os conflitos, é natural que se passe a estudar essa implicação".

Unidade

O grande espírito condutor da assembléia, apesar dos dois temas

políticos fortes (inclusive o das regiões missionárias), foi, contudo, a questão da "unidade visível" da Igreja. Impedidos de assistir aos debates dos bispos, de que participavam também cinco representantes de igrejas protestantes episcopais, os repórteres sempre ouviam de três bispos escalados diariamente pela assembléia para uma entrevista coletiva oficial, a palavra-chave: "união". E foi essa a palavra básica do pronunciamento final do presidente da CNBB, Dom Aloisio Lorscheider, tanto em sua despedida dos participantes do encontro de Itaici quanto na última entrevista coletiva dada à imprensa no retiro de Vila Kostka.

Mas alguns bispos, ligados à ala renovadora, não conseguiram disfarçar seu descontentamento pela publicação antecipada pela imprensa da segunda redação do texto sobre Exigências Cristãs de uma Ordem Política. Segundo esses bispos, a publicação foi uma manobra da ala conservadora, com o objetivo de esvaziar o documento. Essas mesmas fontes garantiram que o objetivo não foi alcançado totalmente, mas o documento chegou a ser bastante alterado por causa da publicação antecipada de uma versão não definitiva.

Verdade incômoda

Um dos membros da assembléia, da maior expressão entre os renovadores, é o Arcebispo de João Pessoa, Paraíba, Dom José Maria Pires. Ele comentou que "a assembléia marcou mais um passo na caminhada. Tivemos o maior número de comparecimentos, em toda a história da CNBB. Quanto à repercussão do documento Exigências Cristãs de uma Ordem Política, devo dizer que o texto é doutrinar: a verdade sempre ilumina, mas, por vezes, incomoda".

"É o que vai acontecer com esse documento: projetará luz sobre a realidade brasileira e de muitos outros países, mas vai incomodar e, por isso, desagradar os responsáveis por um sistema que se traduz na perda de liberdade de muitos e na transgressão dos direitos humanos. Não acredito

em mudanças da realidade a curto prazo, porque mudanças profundas sempre supõem uma tomada de consciência do povo, com a consequente possibilidade de mobilização, o que não é possível, a curto prazo", disse o Arcebispo de João Pessoa.

Cartilha de governar

O Bispo de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Dom Benedito Zorzi, acredita que "a assembléia da CNBB fez uma cartilha de princípios cristãos para todos os homens que exercem cargos públicos, bem como para os governantes aprenderem a governar estes países da América Latina, para que haja progresso e bem-estar, fazendo aquilo que queremos fazer: a família de brasileiros e de irmãos".

O Cardeal-Primaz do Brasil e Arcebispo de Salvador, Bahia, Dom Avelar Brandão, disse estar plenamente convencido "de que a assembléia alcançou os seus objetivos. Foi realmente algo muito positivo. Tive, porém, de lamentar a divulgação espontânea do documento. Condenei sua publicação, pois ele estava ainda sendo examinado, estudado, ou seja, em fase de preparação por um grupo de trabalho. Talvez eu seja o participante que mais se apresentou sensível ao sucedido. Cheguei até a pensar que, em face do ocorrido, não haveria mais razão de se deter na elaboração do documento. Passado o primeiro ímpeto, concordei com a continuação dos estudos".

Quase unanimidade

No entanto, o Arcebispo de Manaus, Dom José de Souza Lima, que acha que "a assembléia foi mais uma prova da realização da Igreja, em sua caminhada para a unidade perfeita, em favor do povo de Deus no Brasil", acredita que o documento Exigências Cristãs de uma Ordem Política foi "enriquecido com as últimas emendas".

"É digno de aprovação quase unânime que recebeu e poderá servir para a formação da mentalidade do povo católico no Brasil. A realidade pode não mudar, mas há, no documento,

uma orientação para se remediar o que, nessa realidade, está fora dos princípios cristãos", comentou.

Outro Bispo da Região Amazônica, Dom Moacyr Grechi, prelado do Acre e Purus, comentou: "Foi a melhor assembléia das três de que já participei. O documento básico — Exigências Cristãs de uma Ordem Política — foi muito positivo em suas conclusões, com uma aceitação quase unânime. Caracterizo esse documento como um ponto-de-vista que deve ser avaliado pelo povo, pois a ele, justamente, se dirige".

Mangueira frondosa

O Cardeal-Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Camara, um dos fundadores da CNBB. Fez uma imagem poética nordestina para falar da XV Assembléia-Geral da Conferência: "Quando ela foi lançada, era como um humilde caroço de manga e, hoje, para nossa satisfação, nos encontramos como uma mangueira frondosa".

Constantemente solicitado a dar autógrafos e entrevistas, Dom Hélder lançou um slogan, a respeito das discordâncias internas dos bispos: "Se discordam de mim, eu me enriqueço". E comentou: "É claro que não posso concordar com 100% das críticas dos que me contestam, como também não concordo com 100% dos que me elogiam. Mas, quando alguém me contesta, descubro sempre novos ângulos. Na nossa assembléia, houve muita discussão, pontos em discordância, mas esses choques na verdade revelaram um grande enriquecimento para todos nós, aqui reunidos".

A esse respeito, disse Dom Pedro Casalgálida, Prelado de São Félix do Araguaia: "Fala-se muito em unidade. Acho unidade uma palavra muito relativa para nós. Evidentemente, há uma unidade fundamental dos bispos, no que diz respeito à fé e à pastoral".

Regiões missionárias

O Cardeal-Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão, aplaudiu a resolução de anexar o Conselho Indigenista

Missionário à CNBB: "Toda entidade de dentro da Igreja que nasce independentemente da CNBB fatalmente será incluída na Conferência, mantendo-se, é claro, suas autonomias e independência".

"Há momentos históricos que forcem a filiação, a uma maior vinculação, mesmo com a autonomia sendo preservada. Ninguém quer o fim do Cimi, pois todos nós aprovamos sua continuidade, devido à importância que tem no trato de um tema importantíssimo, o índio", disse ele.

O Arcebispo de Manaus, Dom José de Souza Lima, destacou que os debates da XV Assembleia sobre as Regiões Missionárias do Brasil permitirão "maior vigor no trabalho junto aos índios". Na sua opinião, "com a vinculação oficial do Cimi à CNBB, busca-se a unidade cada vez maior, para se ter mais força no trabalho em favor dos índios".

Ajuda estrangeira

O Prelado de São Félix do Araguaia reconheceu que "em nossas reuniões houve muita controvérsia em relação aos destinos do Cimi", mas destacou: "O estudo das missões religiosas tem um aspecto de muita criatividade: deseja-se que essas missões tenham maior autonomia e não dependam de ajuda estrangeira. Isso conseguimos nesta XV Assembleia da CNBB. Em julho haverá, em Manaus, um encontro nacional para concretizar a ajuda que a Igreja do Sul dará às missões para que não dependam mais de ajuda estrangeira".

O presidente do Cimi, Dom Tomás Balduino, comentou: "A vinculação do conselho à CNBB não representará a perda de sua autonomia, mas foi resultado da necessidade de um relacionamento mais intenso, pois os missionários entram no campo de trabalho das prelazias e não podiam ficar isolados. Depois de um mal-estar no início da Assembleia, em relação às posições do conselho, houve um consenso, decidindo-se acolher o Cimi na CNBB sem destruí-lo ou desfigurá-lo".

Segundo ele, "faltaram apenas nesses debates — mas isso era inevitável — os próprios missionários que, ao lado dos prelados, formam as duas bases de trabalho junto aos índios. E entre essas duas bases, às vezes, há conflito. Mas a concretização de um bom relacionamento será obtido por reuniões entre representantes da CNBB, a diretoria do Cimi e os responsáveis pelas prelazias".

Sintonia

O Prelado de Roraima, Dom Aldo Mongiano, acha que a XV Assembleia-Geral da CNBB "foi muito construtiva, e a vinculação do Cimi, necessária, porque o Conselho é um órgão delicado e importante para a ação da Igreja. É muito importante por ter grande sensibilidade frente à realidade de nossa população indígena".

Segundo ele, em sua prelazia vivem 20 mil índios, "e sei que a problemática é grave. Mas deve haver sintonia, soluções comuns e não isoladas. Quando estava sozinho, o Cimi se ariscava isoladamente, diante da urgência dos problemas. Numa atitude corajosa, se lançava na solução desses problemas. Mas é preciso manter a união".

Dom Aldo Mongiano acha que "há uma linha de conversão na Igreja, em que a questão não é condenar, mas crescermos todos juntos. A Igreja não pode abandonar seu trabalho junto aos índios, mas é preciso trabalhar procurando convencer, sem criar novos conflitos, pois os problemas, já existentes, são muitos".

Documento dos bispos teve 524

JORNAL DO BRASIL □ Sexta-feira, 25/2/77 □ 1º Caderno

emendas entre duas versões

Ao fim de quatro redações e com 524 emendas sobre o texto anteriormente publicado, foi apresentado ontem pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheiter, o documento Exigências Cristãs de uma Ordem Política, votado em plenário pelos bispos — 210 a favor e três contra — em sua recente Assembleia-Geral de Itaipá, São Paulo.

Um dos mais elaborados e discutidos, este documento da CNBB é, para Dom Ivo, "uma reafirmação das constantes orientações sociais da Igreja Católica tantas vezes mencionadas mas tão pouco estudadas e muito menos seguidas"; para o Cardeal Eugênio Sales, "o melhor que se pode fazer diante da complexidade dos assuntos é da diversidade do país"; e para o Bispo do Xingu, Dom Eurico Krauler, "um documento não só de sabedoria humana mas também o fruto amadurecido de muitas orações".

O QUE NÃO É

Dom Ivo, que já na semana passada tinha comentado o novo documento da CNBB, repetiu ontem que os autores não pretenderam com ele fazer "nenhum diagnóstico" do panorama político — já que isso seria "exatamente difícil" e "a Igreja Católica não se julga árbitro dos acontecimentos sociais e políticos mas apenas cumpre sua missão de ser luz, sal e fermento". Repetiu ainda que o documento "não tem nenhum destinatário especial, são todos os brasileiros" e que foi "lamentável" ter ele saído a público quando ainda estava em fase de estudo.

Dom Ivo criticou como "injúria à CNBB" o fato de "certos jornais terem feito insinuações" de que o texto ontem divulgado não corresponderia ao que os bispos aprovaram no fim da sua assembleia.

O texto é rigorosamente obra do plenário dos bispos. Aqui no secretariado-geral nossa tarefa foi apenas a do trabalho mecânico — afirmou.

O secretário-geral da CNBB entregou o documento com uma nota explicativa, segundo a qual é de se esperar que sua leitura e meditação "contribuam para o aprimoramento do nosso convívio político".

Dom Eurico Krauler, presente à entrevista, deu também seu depoimento afirmando que o documento "pode ter aqui ou acolá um sabor menos agradável" mas "trará benefícios incalculáveis para o Brasil. Ele nos ensina, com amor, como devemos viver o cristianismo na vida pública para o bem da Nação e do indivíduo". Acrescentou ainda que conhece muitos países mas que "em poucos, será possível encontrar um documento tão lúcido e completo na matéria que aborda".

Dom Ivo chamou a atenção para algumas passagens e detalhes do texto final. Sobre o texto da segunda redação (que foi publicado), o definitivo ganhou mais duas proposições (24 e 39) e a Conclusão. Segundo o Bispo, é significativa a inclusão de "numerosas e importantes" modificações entre as 524 que sofreu até o texto definitivo, bem como a aprovação final (por 210 contra três).

Observou ainda a divisão do texto em duas partes. As primeiras 21 proposições tratam de aspectos gerais; as restantes 27 "descem a consequências práticas deixando perceber melhor o alcance das teses expostas".

Cada capítulo é precedido de passagens da Constituição conciliar *Gaudium et Spes*, da Encíclica *Populorum e da Carta Octogesima Adveniens* do Papa Paulo VI. Segundo Dom Ivo, essas transcrições mostram que "o documento da CNBB não é, nem pretende ser, mais do que uma reafirmação das constantes orientações sociais da Igreja Católica, tantas vezes mencionadas mas infelizmente tão pouco estudadas e muito menos seguidas".

Introdução

Por ocasião do 25.º aniversário da CNBB, no décimo aniversário da *Populorum Progressio*, reunidos em nossa 15a. Assembléia-Geral, nós bispos do Brasil, como Pastores do Povo de Deus, muito embora reconhecendo nossas limitações e fraquezas, sentimos no direito e no dever de fazer chegar nossa palavra a esse mesmo Povo, porque todos somos chamados a construir uma Nação sempre mais justa, sempre mais fraterna, e, por isto mesmo, sempre mais cristã. Em outros momentos difíceis temos nos pronunciado. Também agora julgamos dever pronunciar-nos, enunciando princípios éticos e cristãos que possam facilitar e orientar o encaminhamento de soluções cristãs para problemas que preocupam o nosso país. Pastores da Igreja, pretendemos apenas que nossas palavras, inspiradas unicamente no amor que nos une a Deus e em Deus a nossos irmãos, sejam fraternas, claras e justas na enunciação das exigências cristãs de uma ordem política.

A salvação inaugurada por Cristo

"O próprio Verbo Encarnado... entrou, como homem perfeito, na história do mundo assumindo-a e recapitulando-a... O seu Reino já está presente em mistério aqui na terra. Chegando o Senhor, ele se consumará" (G. S. n.ºs. 38, 39).

1. Comunicando-se aos homens de muitas maneiras, Deus o fez principalmente através de seu próprio Filho (Hb 1,1-2), que se tornou nosso irmão. O mistério da Encarnação confere assim, a todos os homens, sem discriminação, uma dignidade nova e inalienável: todos são chamados a um destino eterno, prefigurado na Ressurreição de Jesus.

2. Pela presença de Cristo Jesus na História humana, toda ela assume o sentido pleno de realização do desígnio salvador de Deus. A salvação torna-se, deste modo a única ordem real. A partir dela, todo mal é pecado ou consequência do pecado, e todo bem é fruto da graça. Toda ação humana tem, assim, uma referência objetiva à salvação.

A missão da Igreja

"No campo social a Igreja sempre teve uma dupla preocupação: iluminar os espíritos... e entrar na ação para difundir as energias do Evangelho". (Oct. Adv., n.º 48).

3. Jesus mandou que a Igreja anunciasse e promovesse a salvação. Em plenitude ela será vivida na casa do Pai. Mas já deve começar aqui na terra, a manifestar os seus frutos pelo amor e pela fraternidade. No desempenho de sua missão, a exemplo de Jesus, a Igreja tem que se comprometer com todos os homens, especialmente com os pobres (Mt 11, 5; Lc 4, 18), cuja situação de miséria é elo-

quente testemunho do pecado que se instala no coração do homem, contaminando toda a sua vida individual, familiar e social (G. S., n.º 13).

4. Realizando a sua missão, a Igreja busca orientar-se pelos critérios da Fé, que complementam os postulados da razão e natureza humana. Mostra o sentido último do homem e do mundo à luz da Ressurreição de Cristo, manifestação definitiva do sentido da História. Para a Igreja, a Fé deve ordenar toda a vida do homem e todas as suas atividades, também as que se referem à ordem política.

5. A ordem política está sujeita à ordem moral. A Igreja, iluminada pela Fé, procura definir com sempre maior clareza as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política. Nós, Pastores, temos consciência de não estarmos exorbitando de nossa missão, quando proclamamos estas exigências e exortamos os cristãos a assumirem sua função específica na construção da sociedade de acordo com estes princípios.

6. Salvaguardando a legítima autonomia das realidades terrestres, sabemos que não nos compete agir diretamente sobre as estruturas, mas iluminá-las e formar a consciência dos homens. Temos a convicção de cumprir um dever e prestar um serviço, formulando as exigências morais, indicando as contradições entre essas exigências e a realidade e, sem pretender fazer um balanço crítico da mesma, alertar para os riscos, estimular o que há de bom e positivo, encorajando o esforço de todos os que se empenham na realização de modelos cada vez mais adequados àquelas exigências.

O homem ser social

"Ser social, o homem constrói o seu destino numa série de grupos particulares... que reclamam uma sociedade mais ampla... a sociedade política" (Oct. Adv., n.º 24).

7. O homem, criado por Deus, é um ser naturalmente social. Precisa associar-se a seus semelhantes para criar os bens indispensáveis ao seu desenvolvimento normal.

8. Alguns destes bens lhe são garantidos pelo grupo familiar ou sociedade doméstica: outros lhe são garantidos pelas mais diversas instituições ou formas de associação por ele livremente criadas para responderem a suas necessidades de natureza econômica, social, cultural e religiosa.

A origem da sociedade política

9. Além destas necessidades es-

pecíficas, as pessoas, as famílias, as instituições experimentam urgentes necessidades de caráter mais geral, como a necessidade de paz baseada na justiça, de segurança, de ordem e de estímulo para o desempenho normal de suas atividades em vista do bem comum.

10. Para atender a estas necessidades de caráter mais geral, os homens associam-se em comunidades mais amplas e criam a sociedade política, representada pelo Estado responsável, assim, pelo bem comum geral ou pelo bem público dos indivíduos, das famílias e das instituições.

11. O Estado, em sua acepção moderna, como organização da autoridade política, é uma instância relativamente recente na história da evolução da humanidade; muito antes dele, já existiam pessoas humanas, famílias e instituições, com deveres e obrigações definidas e com direitos naturais e inalienáveis.

Os modelos

"Diversos modelos de uma sociedade democrática já foram experimentados. Nenhum deles satisfaz plenamente, e a busca continua". (Oct. Adv., n.º 24).

12. Nenhum modelo é perfeito ou definitivo; por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas. A Igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indevida ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a se constituir a própria razão de ser do Estado.

13. A Igreja, pela sua hierarquia, não se atribui funções que não lhe competem, nem propõe estratégias ou modelos alternativos, mas anuncia alguns princípios básicos visando ao aperfeiçoamento dos modelos. Entretanto, a Fé não pode ser instrumentalizada a serviço de uma ideologia nem o cristianismo reduzido a um fenômeno cultural, em nome de cujos valores se pretenda falar para justificar doutrinas que lhe são alheias, ideologias ou modelos.

Direitos e deveres do Estado

"O poder político... deve ter como finalidade a realização do bem comum no respeito às legítimas liberdades dos indivíduos, das famílias e dos grupos subsidiários" (Oct. Adv., n.º 46).

14. Não é o Estado que outorga estes direitos às pessoas, às famílias e aos grupos intermédios. Ao Estado, como instituição fundada na própria natureza social dos homens, compete a realização de um bem comum que eles, isoladamente, não poderiam alcançar e que constitui, portanto, a própria razão de ser do Estado.

15. No nível dos fins, o Estado ordena-se à pessoa. Essa, como sujeito de direitos naturais inalienáveis, é origem, centro e fim da sociedade. No nível da execução deste fim, as pessoas subordinam-se ao Estado, que dispõe de autoridade para urgir a colaboração de todos no esforço comum. Em virtude desta autoridade, que tem sua justificação nos planos de Deus, sendo o homem "por sua natureza íntima, um ser social" (G. S., n.º 12), o Estado pode tudo aquilo e só aquilo que é exigido e útil para a realização do bem comum.

16. E' dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que deriva de sua responsabilidade pelo bem comum.

17. E' nesse direito que se funda a força da autoridade do Estado. Toda força exercida à margem e fora do direito é violência. Um Estado de direito se caracteriza, pois, por uma situação jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozam de seus direitos e têm possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los legalmente.

18. Assim como a Igreja deve respeitar os direitos naturais e inerentes ao Estado legitimamente constituído, igualmente o Estado tem o dever de respeitar a liberdade religiosa das pessoas, bem como o direito divino que a Igreja tem de anunciar o Evangelho sem constituir-se em árbitro da ortodoxia da doutrina por ela anunciada.

Deveres das pessoas para com o Estado

"Entre os deveres de todos os cidadãos é preciso lembrar o dever de prestar à nação os serviços... exigidos pelo bem comum" (G. S., n.º 75).

19. Em correlação com seus direitos, e na medida em que eles forem assegurados pelo Estado, as pessoas e os grupos têm também deveres cívicos e morais para com a comunidade política, representada pelo Estado: tais deveres se exprimem em todas as justas prestações exigidas pelo Estado para a realização do bem comum, tais como: os deveres políticos, os deveres fiscais e o reconhecimento das autoridades legitimamente constituídas e consequente obrigação de respeito e obediência às mesmas. Não pode, porém, o Estado impor deveres que ferem direitos fundamentais da pessoa humana.

O bem comum

"O bem comum compreende o conjunto das condições de vida

que permitam aos homens, às famílias e às instituições conseguirem... a própria perfeição". (G. S., n.º 74).

20. O bem comum é o conjunto de condições concretas que permitam a todos atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana. Assim, a característica essencial do bem comum é, precisamente, que seja comum a todos, sem discriminações culturais, sociais, religiosas, raciais, econômicas, políticas ou partidárias.

21. De acordo com o princípio da subsidiariedade, compete ao Estado promover os grupos intermediários e não se substituir a eles, nem limitá-los as iniciativas que não são contrárias ao bem comum. Sem a mediação das instituições, as pessoas ficariam facilmente expostas ao arbítrio do Estado, que, assim, ou destruiria as instituições ou as reduziria à condição de meros transmissores das exigências e da ideologia de um sistema.

A marginalização como negação do bem comum

"Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos" (Pop. Progr., n.º 33).

22. A existência, em vastas regiões, do fenômeno da marginalização é prova da não realização do bem comum; entre outras causas, a marginalização tende a crescer na medida em que as grandes decisões são tomadas em função dos interesses de classes ou grupos e não em função dos interesses de todo o povo.

23. A marginalização manifesta-se através de situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem; é receber um salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas. Ser marginalizado é, sobretudo, não poder libertar-se destas situações. Ser marginalizado é não poder participar livremente do processo de criatividade que forja a cultura original de um povo. Ser marginalizado é não dispor de representatividade eficaz, para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações; é ser contemplado, não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações; é ser manipulado pela propaganda. Ser marginalizado é não ter possibilidade de participar. E ser privado do reconhecimento da dignidade que Deus conferiu ao homem.

24. A correção destes males, que não são novos, é tarefa não só dos poderes públicos como de todas as instituições que possam contribuir para a educação do povo.

A participação

"Uma dupla aspiração do homem se exprime cada vez mais viva, na medida em que ele desenvolve sua informação e educação; aspiração à igualdade e aspiração à participação, duas formas de dignidade do homem e de sua liberdade" (Oct. Adv., n.º 24).

25. Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e, nem limitá-los as formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa.

26. A participação supõe e exige o direito de se reunir e de constituir associações, bem como o "de conferir a essas associações a forma que a seus membros parecer mais idônea à finalidade almejada" (P. in T., n.º 23), tanto que não atente contra o bem comum.

27. A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples espectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema.

28. A participação deve ser exercida e aceita com lealdade, mesmo quando, explicitando os anseios do povo e suas necessidades prementes, desempenhe uma função crítica construtiva.

29. A participação, embora diversificada, não pode ser discriminatória, aberta sem restrições a certos grupos e categorias sociais e limitada para outras categorias, como por exemplo às dos estudantes, intelectuais, artistas, operários, lavradores e líderes populares.

30. A liberdade de discussão dos grandes problemas nacionais, dentro do ideal democrático, é uma forma fundamental de participação nas sociedades políticas bem ordenadas. Só esta liberdade garante o direito à oposição, a possibilidade do debate sobre as alternativas do destino de uma nação. Sem esta liberdade, o próprio direito de pensar gera suspeitas de ameaça à ordem pública, tornando-se objeto de ação repressiva. Uma censura arbitrária nesse campo não teria justificativas nas exigências do bem comum e levaria, rapidamente, à

perda de credibilidade da parte do Estado como poder legal.

31. Só um povo convocado a participar do processo de seu desenvolvimento aceita com dignidade os sacrifícios exigidos, os quais, de outra forma, podem criar tensões e revoltas sociais, com agravamento do estado de violência, de repressão e de corrupção.

32. A participação se exercita através do uso responsável da liberdade, que é um direito inalienável e um dever para todos. Este uso não se confunde com a permissividade que deve ser cobrada precisamente em nome da liberdade e da ordem pública, visto que a permissividade precipita os homens e as famílias em formas degradantes de escravidão moral.

Liberdade e segurança

"Trata-se de construir um mundo no qual a liberdade não seja uma palavra vã" (Pop. Progr. n.º 47).

33. A segurança é um elemento indispensável do bem comum, na medida em que garante externamente as justas prerrogativas da soberania nacional e a independência econômica do país contra interferências indêbitas e garante internamente a tranquilidade pública, a sequência normal da vida da nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições.

34. A Igreja não contesta o direito de o Estado moderno elaborar uma política de segurança nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança leva, de fato, à verdadeira PAZ, como consequência positiva da colaboração entre os homens; quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional; quando, enfim, a segurança vem a corresponder, plenamente, aos imperativos da ordem política e da ordem moral.

35. Ligada à realização do bem comum, a segurança é, essencialmente, um imperativo moral de sobrevivência da nação, que reclama a cooperação consciente de todos os cidadãos. Entretanto, quando, em nome deste imperativo, o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos fundamentais da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem moral e jurídica.

36. A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes, e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade frequente e quase total.

38. A segurança, como privilégio de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte última de direito, criando, alterando e derogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofundar-se-la, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a nação, entre o Estado identificado com um sistema e a nação não participante, ou cuja participação fosse tolerada na medida em que sirva para fortalecer um sistema. Este distanciamento está na origem de todos os regimes totalitários de direita ou de esquerda, que são sempre a negação do bem comum, e dos princípios cristãos.

39. Por melhores e mais bem intencionadas que sejam as pessoas que participam em um governo, dificilmente poderão se libertar dos seus princípios ideológicos. Vale a advertência de Paulo VI: "O cristão haurirá nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e critérios oportunos, para evitar de deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema; cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver, só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes" (Oct. Adv., n.º 36).

Os regimes de exceção

"Da ordem jurídica desejada por Deus deriva o direito inalienável do homem a uma segurança jurídica protegida contra toda intrusão arbitrária" (Pio XII, Natal, 1942).

40. Toda sociedade política atravessa momentos de crise, que podem ameaçá-la de desintegração. A superação de tais momentos exige, por vezes, regimes de exceção, que reconstituam as condições normais de funcionamento de toda a sociedade. A lógica mesma destas condições exige que a exceção não se torne regra permanente e ilimitada.

41. Quando se inspiram numa visão da ordem social concebida como vitória constante sobre a subversão ou uma incessante revolução interna, tais regimes de exceção tendem a prolongar-se indefinidamente. Perde-se assim de vista que o desenvolvimento integral é que fornece os meios de proteção indispensáveis contra os riscos que ameaçam a ordem pública.

O desafio do desenvolvimento

"O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral" (Pop. Progr. n.º 14).

42. A resposta ao desafio do desenvolvimento resume as exigências concretas do bem comum, para os

países subdesenvolvidos. Tal resposta implica obviamente um processo de mudança. Este processo, no entanto, está sujeito a imperativos éticos que subordinam o desenvolvimento ao objetivo fundamental do ser mais do homem e de todos os homens.

43. O desenvolvimento que responde às exigências do bem comum é o desenvolvimento integral, não apenas econômico, mas social, cultural e religioso. A experiência demonstra que o desenvolvimento econômico não se traduz necessariamente em desenvolvimento social. O crescimento econômico a qualquer preço determina a concentração da renda em áreas geográficas limitadas e em estratos restritos da população, gerando assim, dentro da mesma nação, contrastes de riqueza e de miséria que são por si próprios uma afronta à justiça e à equidade.

44. A promoção do desenvolvimento constitui um imperativo moral que obriga a todos da mesma forma que as exigências do bem comum. Ninguém pode furtar-se a essa obrigação.

45. O desafio do desenvolvimento impõe sacrifícios que, salvo em casos excepcionais, não são assumidos espontaneamente pela nação. Nestas condições, um regime autoritário, que defere ao Poder Executivo maior iniciativa e rapidez de decisão, pode atender melhor às urgências do bem comum. Para que tal regime porém não sucumba ao risco de evoluir para regime totalitário, é indispensável que se preservem e respeitem a liberdade e a dignidade dos outros Poderes, do Legislativo e do Judiciário, no desempenho de suas funções constitucionais.

46. Todo desenvolvimento tem um preço social, mas é uma exigência ética indeclinável que esse preço seja justo, seja equitativamente distribuído e socialmente destinado. Tal preço não é justo quando não há equivalência entre o valor da prestação de cada um no esforço comum e o valor de sua participação na riqueza criada. Não é equitativamente distribuído, quando recai mais pesadamente e sem razão que o justifique sobre uma parte da nação mais que sobre a outra. Não é socialmente destinado, quando, sem se traduzir em vantagens proporcionais para promover as condições de vida do povo, dá ensejo à formação de classes privilegiadas.

47. O desenvolvimento integral, que responde às exigências do bem comum, não se mede apenas pelo crescimento quantitativo de valores mensuráveis; ele se mede também e principalmente por valores qualitativos não contáveis. Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados ou ao menos dispõe de recursos primários de defesa, como os expressos no habeas corpus, quando dispõe de sistemas que disciplinam e asseguram mecanismos de controle à ascendência do Executivo, quando pode contar com o respeito à representação das comunidades inter-

médias e ao direito de auto-organização das instituições sociais, como os Partidos, os sindicatos e as universidades; quando seu direito à informação e à circulação das idéias não é limitado por formas arbitrárias de censura; quando pode escolher com liberdade aqueles aos quais delegue o exercício da autoridade. Desenvolver-se é participar com equidade nos resultados da colaboração de todos, é poder viver na paz e na fraternidade, é poder alimentar esperanças fundadas de um futuro sempre melhor.

A comunidade internacional

"O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade" (Pop. Progr. n.º 43).

48. As decisões políticas não podem ser ditadas por ambições hegemônicas, nem tão pouco se inspirar exclusivamente em interesses egoístas que perdessem de vista os imperativos de uma justiça supranacional. Com efeito, todas as nações do mundo são hoje solidárias num destino comum: ou, estimulando formas sempre mais sofisticadas de consumo e permitindo uma exploração predatória da natureza, caminham para um colapso global; ou decidindo aceitar formas de realização humana a níveis de consumo mais austeros e mais igualitários, garantem a sobrevivência da humanidade.

Conclusão

Enquanto contemplamos com sincera preocupação pastoral a complexidade dos problemas da nossa realidade terrena, volvemos ao mesmo tempo um olhar de esperança a Deus, "Pai das luzes, de cujas mãos vêm todas as bênçãos e toda a possibilidade de fazer o bem" (Tg 1,17) e para todos os homens de boa vontade, para todos aqueles que, nas mais diversas posições e situações, trabalham, lutam, sofrem e esperam por uma ordem política sempre mais cristã. A todos queremos como bispos do Brasil, levar a nossa solidariedade, a nossa mensagem e a nossa esperança. Imploramos a Deus nosso Senhor, na oração e na penitência e tenhamos certeza de que olhando para Jesus Cristo Mestre dos corações e Senhor da história e unidos a Ele, "viveremos de acordo com a verdade e cresceremos em tudo pela caridade" (Ef 4,15), sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, Mãe, Rainha e Protetora do Brasil.

Franco Montoro elogia o

JORNAL DO BRASIL □ Domingo, 27/2/77 □ 1º Caderno

documento dos bispos

São Paulo — "Os bispos vêm apontar, em termos profundos, respeitosos, claros e oportunos, o caminho da concepção humana e cristã que está nas raízes de nossa história e na vocação pacífica e fraterna de nosso povo" afirmou ontem o Senador Franco Montoro (MDB), ao desembarcar em Congonhas, procedente de Brasília.

"O documento dos bispos brasileiros sobre as exigências cristãs de uma ordem política representa uma contribuição elevada, serena, e de oportunidade histórica para a nossa vida pública. Há momentos, na existência dos homens e das nações, em que é preciso parar e refletir sobre os rumos que devem ser seguidos e, assim, é indispensável ter presente as grandes linhas e os princípios orientadores da ação. É inegável que o Brasil se encontra num desses momentos históricos. Qual a direção a seguir?" — indagou.

Participação

Para o Senador Franco Montoro, "o documento dos bispos vem lembrar que o Estado não se con-

funde com a Nação, que a ordem política está sujeita à ordem moral, que o Estado se ordena à pessoa e não o inverso, que as comunidades têm o direito de participar ativamente das soluções e decisões de interesse comum, que a segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo, que toda a força exercida à margem e fora do direito é violência, que só um povo convocado a participar do processo de seu desenvolvimento aceita com dignidade os sacrifícios exigidos, os quais, de outra forma, podem criar tensões e revoltas sociais, com o agravamento do estado de violência, de repressão e de corrupção".

"É claro — prosseguiu — que esses princípios humanísticos e democráticos não se ajustam às concepções maquiavélicas e materialistas que orientam a construção de regimes totalitários de esquerda ou de direita. A linha humanística é incompatível com a conhecida expressão de Mussolini: Nada sem o Estado, nada fora do Estado e nada contra o Estado. Ou, em síntese, o Estado é a Nação. O huma-

nismo e a democracia são também incompatíveis com o slogan materialista: Não pense, porque o chefe pensará por ti".

Esoterismo

Já para o Deputado Herbert Levy (Arena-SP), como declarou em Brasília, "o documento da CNBB contém várias manifestações filosóficas que podem ser subscritas pelo Governo e a Arena, mas, apenas, bordeja o problema essencial da segurança, perdendo-se em considerações algo esotéricas sobre o tema. Nos dias de hoje, a segurança interna está constantemente ameaçada de fora para dentro, pois a União Soviética, como ocorreu com a Alemanha de Hitler, não esconde seus designios expansionistas, aumenta os seus exércitos, amplia sua presença ofensiva em todos os mares e procura superar o mundo livre em armamentos atômicos e convencionais".

Lamentou que "muitos liberais ingênuos fechem os olhos para essas realidades e se transformem, como frequentemente ocorre em todo o mundo, em inocentes úteis a

serviço da penetração. A Igreja, no entanto, não tem o direito de cumprir o mesmo papel porque é ela, invariavelmente, a grande vítima do materialismo histórico abraçado pelo marxismo e que procura expulsar toda e qualquer influência espiritual em seus planos de ação".

Testemunho

Em Brasília, o Presidente do MDB, Deputado Ulisses Guimarães (SP), afirmou considerar o documento um "testemunho da maior importância, que deve ser meditado por todos aqueles que, em nosso país, têm responsabilidade pela tranquilidade e pelos destinos da Nação".

Disse que o documento "constancia pontos integrantes do programa do MDB, como o restabelecimento da plenitude do habeas-corpus, os direitos que dizem respeito fundamentalmente ao homem, a preeminência da sociedade sobre o Estado, a participação política e a partilha dos sacrifícios e benefícios para o desenvolvimento, que deve ser de todos, a fim de que não haja privilégios".

12 -

JB 0.3.77

CNBB propõe que padres e leigos participem mais da escolha de seus bispos

Simplem padres e até leigos poderão, em breve, participar da escolha dos candidatos a bispos, indicando "critérios e qualidades" que deles exigem. A proposta, que visa à maior participação dos leigos na vida da Igreja, foi aprovada na recente assembleia-geral dos Bispos do Brasil, em Itaici.

Seis propostas sobre a Indicação de Candidatos ao Ministério Episcopal, tornadas públicas ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), incluem, entre outras inovações, que a nomeação dos novos bispos pelo Papa tenha em consideração a vontade "das comunidades cristãs na escolha de seus pastores".

NOVO CÓDIGO

Os bispos reunidos em Itaici também decidiram que a CNBB, através de sua presidência e de sua Comissão de Pastoral, apresente sugestões à Pontifícia Comissão para a Revisão do Código de Direito Canônico sobre as normas que, de futuro, devem reger a eleição dos candidatos ao episcopado.

Foi proposto que, "em entrosamento com a Nunciatura Apostólica e os respectivos Regionais", seja criada uma comissão da CNBB para instruir e acompanhar os processos de nomeação e transferência de bispos. Os prelados reunidos em Itaici tiveram em consideração as Normas da Santa Sé e decisões tomadas nas assembleias-gerais de 1973 e 1974.

"Os Regionais (da CNBB)" — sugerem — "independentemente de suas necessidades, devem indicar ao Episcopado e, em caso de necessidade, devem fazer uma indicação específica; o bispo deve consultar de maneira individual os sacerdotes, os religiosos e leigos a respeito dos candidatos de sua diocese ou de outras; a consulta aos leigos deve fazer-se através do bispo, para salvaguarda do sigilo; em caso de indicação específica, devem ser apresentadas as características da diocese para se ter idéia das qualidades exigidas do candidato; a Comissão Nacional do Clero e as Comissões Regionais do Clero podem apresentar às Comissões Regionais, nomes, em caráter reservado."



CNBB admite que em casal bem preparado o homem já pode exercer o diaconato

Padres que abandonaram o exercício das ordens poderão voltar a desempenhar funções sacras nas igrejas, mas homens casados só serão ordenados diáconos com a "adequada preparação da mulher", admitem os bispos no documento *Os Ministérios numa Igreja Diaconal*, debatido na última assembleia-geral de Itaiçi, e agora divulgado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

A possibilidade de os ex-padres voltarem a prestar serviços religiosos está só pendente da CNBB, à qual foi pedido também que promova "estudos mais aprofundados sobre o ministério da mulher na Igreja" e solicite à Santa Sé seja verificada ainda a possibilidade de simples diáconos ou mesmo ministros não ordenados administrarem o sacramento da unção dos enfermos.

DIACONOS

O diaconato (último grau das ordens sacras antes do presbiterato) foi um dos pontos mais discutidos pelos bispos em sua assembleia. A experiência do diaconato no Brasil, iniciada pouco depois do Concílio, foi considerada "sobremaneira precária", e bispos houve que se manifestaram indiferentes e até contrários por não verem nela "vantagens nem utilidade". E ainda outros disseram que ela "é inoportuna e só deve ser assumida com muita reserva".

O documento não esconde que em alguns casos houve dificuldades no relacionamento entre diáconos e padres e até a própria comunidade. Os autores acham de "bom alvitre que só seja ordenado diácono quem já tiver um entrosamento maduro na própria comunidade, e assim mesmo somente quando o diaconato for realmente uma resposta às necessidades concretas da comunidade".

O lado positivo da experiência com diáconos foi porém destacado por outros que vêem em alguns deles condições de captar tal conhecimento da realidade que "mesmo os presbíteros dificilmente alcançariam".

Apucarana, no Estado do Paraná, e Sorocaba, no de São Paulo, são as duas Dioceses onde a experiência foi mais bem sucedida, a primeira com 30 e a segunda com 20 diáconos, todos "cuidadosamente preparados e muito bem acompanhados com sucessivos cursos de aperfeiçoamento".

Lembram ainda os autores do documento que a princípio o diaconato permanente despertou notável interesse mas, com a instituição dos ministros extraordinários da Eucaristia — que "podem fazer quase tudo o que fazem os diáconos" — foi "um tanto" esvaziada.

NOVA MENTALIDADE

Outro capítulo diz respeito às implicações que novos ministérios e um novo estilo de relacionamento entre clero e fiéis, bispos e padres, trouxeram para a Igreja no pós-Concílio.

O documento se refere expressamente à "mudança de mentalidade nos bispos, padres e leigos no sentido de tornar-se ela (a Igreja) cada vez mais comunitária".

Afirmam os autores porém que é "ainda predominante" a atitude daqueles padres que gostam de "absorver todas as tarefas ou pelo menos de assumir todas as responsabilidades, avocando a si a prerrogativa de tudo decidir". A título de complemento, julgam eles indispensável "um maior aprofundamento e vivência da espiritualidade de serviço".

Em uma primeira parte, os autores julgam oportuno insistir na idéia da coresponsabilidade de todos os batizados na obra da Igreja, frisando que nela existem muitas e diferentes tarefas "que o Espírito Santo dá a cada um". Acrescentam que, "se todos estão a serviço uns dos outros, todos não fazem tudo da mesma maneira e ao mesmo título".

Entre os muitos ministérios e serviços — "uns permanentes e reconhecidos pela própria comunidade, outros passageiros e ocasionais" — os bispos enumeram também os ministérios de Promoção Humana, Promoção e Defesa da Justiça a par de outros como os da Palavra, Sacramentos, Pastoriais, Litúrgicos, Missionários, Oração, Caridade e Administração.

Quase ao final do documento, os autores estabelecem uma diferença entre os dois vocábulos: Ministério e Serviço. Segundo eles, Ministério significa "os serviços de maior importância para a vida da comunidade cristã, de duração considerável e reconhecidos por uma missão canônica, um ato litúrgico ou a ordenação" e "cujas funções são exercidas sempre em virtude de "chamado explícito e mandato do Bispo." Serviço é um termo que se aplica a "funções exercidas em decorrência só do próprio batismo."

-6. März 1977

Novo guia encoraja o beijo de imagens e o uso de vela

A prática de acender velas, beijar imagens e fazer procissões — que nos anos imediatos ao último Concílio muitos padres quiseram banir da Igreja Católica — volta a ser permitida, e até encorajada pelos Bispos, ao aprovarem, em sua recente Assembléia-Geral de Itaiçá, o *Directório para Missa com Grupos Populares*.

O novo guia litúrgico, divulgado ontem pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), parece ter sido orientado no sentido de tornar a religião mais acessível e proveitosa. Sem esquecer a recomendação de nunca se "prejudicar o conteúdo da fé por causa da linguagem", os autores querem contudo "um esforço para harmonizar a celebração litúrgica (missa) com a índole e as formas de comunicação própria da nossa gente."

No coração

A elaboração do *Directório* obedeceu ao único propósito de tornar mais fácil a participação dos fiéis na missa, conforme a introdução: "Nós, os Bispos, nos propomos facilitar uma penetração mais plena da liturgia no coração desta gente simples, através de uma forma de celebração que seja mais adequada à cultura e às circunstâncias que lhe são próprias".

Acham os bispos que "os textos e ritos da missa, atualmente em vigor, não correspondem ao modo de expressão e à vivência religiosa próprios do povo" e que "a inadequação das expressões litúrgicas dificulta a participação plena e frutuosa a que o povo tem direito".

Para os autores do *Directório*, "gente simples" — que é "a maioria da população de todo o país — são aqueles que "não possuem cultura letrada, vivendo, porém, a riqueza de uma cultura própria", são as "pessoas desfavorecidas e dependentes", as "multidões de trabalhadores rurais, operários e assalariados urbanos" e aqueles que "expressam-se de modo concreto, por símbolos e gestos, contando fatos (porque) têm dificuldade em formular conceituadamente as próprias idéias".

Para toda esta "gente simples" — revelam os bispos — quase não existe um serviço religioso adequado ("alguns só têm uma única missa por ano"), devido às grandes distâncias, à "escassez ou má distribuição dos Ministros" e ao "tipo de pastoral e liturgia adotada".

Novidades

Partindo das constatações apontadas e do fato de que "o próprio Magistério da Igreja, repetidamente, manifestou a necessidade deste respeito às culturas locais", a CNBB encarregou então uma equipe de liturgistas de elaborarem o *Directório* que pudesse "ajudar as comunidades que procuram uma manifestação melhor de sua oração e encorajar os pastores preocupados com esta questão".

Pelo *Directório*, serão permitidas "expressões de criatividade" como: mensagens bíblicas sejam lidas por diversos leigos representando os diversos personagens que aparecem no texto; a homilia pode tomar forma de diálogo deixando aos fiéis a liberdade de darem também eles seus depoimentos; que se faça um simples ato de contrição no início da missa e se passe logo à oração conhecida como coleta; que as aclamações "sejam de preferência cantadas e oportunamente acompanhadas de gestos"; que os fiéis se cumprimentem no momento mais oportuno da celebração (depois do rito penitencial, depois da homilia, antes da comunhão, no fim); que os avisos de interesse da comunidade sejam dados de preferência pelas pessoas mais ligadas a eles. Pelo novo guia litúrgico permite-se, ainda, que os fiéis criem seus próprios cânticos e usem instrumentos musicais "condizentes com o espírito da liturgia" — entre os quais são citados o violão, a sanfona, a flauta, o pandeiro, o atabaque e a maraca — e adotem atitudes que, não sendo "artificiais mas expressivas e tiradas da vida real", possam ser concretizadas com procissões, "posições e inclinações do corpo, gestos com as mãos (bater palmas), entrega simbólica de objetos, oferecimento de donativos, preparação e ornamentação da mesa da Eucaristia, acender velas, beijar e incensar imagens e o altar, saudação da paz, gesto de perdão ou de cumprimentos".

A libertação

Prevenindo possíveis reações, os bispos observam que com o novo *Directório* não pretendem "promover celebrações de missas sem uma séria preparação das comunidades, como se bastasse o povo expressar ritualmente sua própria cultura".

Esclarecem os prelados que não se trata de criar um novo rito da missa mas apenas "exprimir o conteúdo inalterável da liturgia eucarística em símbolos e linguagem próprios do povo simples". E, de qualquer maneira, as possíveis alterações suportarão sempre "uma esclarecida e suficiente formação litúrgica do celebrante", além do beneplácito do Bispo, a quem caberá o dever e direito de "julgar a validade e oportunidade das múltiplas expressões de criatividade" em sua diocese.

Esperam os bispos que a preparação litúrgica adequada, por eles tão recomendada, fará com que os fiéis possam participar mais ativa e conscientemente da missa ao mesmo tempo que "contribuirá, não pouco, para o processo de libertação do povo de sua situação geral de dependência, a começar pelo religioso".

JB 13.3.77
Campanha da Fraternidade na
terceira semana lembra que
maior pecado é amor-próprio

A Campanha da Fraternidade entra amanhã em sua terceira semana com um convite aos cristãos, durante a missa, para que se confessem, se lembrem que "o maior pecado é o nosso amor-próprio, o fechamento em nós mesmos" e fujam à tentação de "sempre nos julgarmos melhor do que os outros".

Mas nem só no campo espiritual se processa a Campanha. Na Penha, os moradores da paróquia do Bom Jesus continuarão hoje e no próximo sábado a executar um serviço de saneamento no Parque Proletário, em Vila Cruzeiro, com o lançamento de cal viva nas valas mais infectas e colocação de manilhas "até onde chegar o dinheiro", conforme os coordenadores.

TRES EXEMPLOS

Outra manifestação do "espírito comunitário" visa do pela Campanha da Fraternidade está sendo dada pela paróquia de N Sra das Mercês, em Ramos, onde uma equipe de voluntários pretende aposentar, "no mínimo tempo, o maior número possível de velhinhos com mais de 70 anos e sem condições para assumir qualquer emprego nem se manter sem o auxílio de alguém".

Os organizadores registram também como uma das primeiras respostas no setor escolar a festa que o Colégio São José (Rua

Barão de Mesquita) realiza no próximo sábado (festa de São José), com missa às 7h, seguida de palestra pelo Irmão Gonçalves Xavier, superior da Congregação dos Maristas, sobre o que deve significar na vida do estudante a Campanha da Fraternidade.

Ainda na paróquia do Bom Jesus (Penha), um grupo de jovens está fazendo visitas nos domingos a doentes internados em hospitais com a única finalidade de lhes "levar uma palavra de amor e um gesto de carinho para abrandar a sua solidão e ajudar a torná-los mais felizes".

JB 303.70 ✓

Ministro da Igreja não é só bispo e padre mas leigo em luta por direito humano

Recife — Os ministros da Igreja não são apenas os padres e bispos, mas todos os leigos cristãos, e é ação ministerial, como a do próprio Cristo, tanto os serviços religiosos como os de promoção humana, defesa dos direitos humanos e assessorias aos sindicatos, entre outros, segundo conclusões da XII Assembléia-Geral do Regional Nordeste II da CNBB.

Estiveram reunidas em assembléia, durante três dias, no Seminário de Olinda, 140 pessoas, entre bispos, superiores de ordens religiosas, padres e leigos às Coordenações Pastorais das dioceses dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. O tema do encontro foi A Visão Histórico-Bíblica dos Ministérios da Igreja e Sua Aplicação nos Dias de Hoje.

IGREJA DO POVO

As conclusões da assembléia foram resumidas pelo Bispo-Auxiliar de Olinda e Recife, D José Lamartine.

"O que se concluiu foi uma nova visão de Igreja que surge do povo. Não é mais piramidal, e sim uma Igreja responsável, onde todos são participantes ativos de tudo que nela se faz", disse D José.

E explicou: "Assim, os participantes da assembléia viram que não só o Bispo ou o padre são os ministros da Igreja, mas todos os cristãos devem desempenhar um serviço junto à comunidade, levados pela necessidade que ela possui e não por uma atitude de obrigação, ou seja, a atitude do cristão, como ministro, deve ser totalmente espontânea."

Do levantamento preliminar de problemas de cada diocese, verificou-se que os principais são desemprego, saúde, custo de vida, insegurança no trabalho, falta de esclarecimento sobre legislação rural, despejos, falta de terra para trabalhar e casa para morar. Em consequência, surgem outros como desajustes familiares, prostituição, roubo, etc.

E esse o ministério dos cristãos: trabalhar em prol de suas comunidades. "Essa a maior novidade do nosso encontro. E preciso se multiplicar" — disse D José Lamartine — "o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Ele já existe em João Pessoa e em Recife. E isso não deve ser encarado como intromissão dos cristãos em áreas que não lhes dizem respeito, mas sim como uma exigência cristã".

-1. April 1977

Bispos oram para que sejam ouvidas no momento político as recomendações da CNBB

"O que a CNBB podia dizer já o disse em seu último documento, *Exigências Cristãs de Uma Ordem Política*. Rezamos a Deus para que o leiam e apliquem", comentou — diante de indagações relativas aos acontecimentos políticos dos últimos dias — o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D Ivo Lorscheiter, ao encerrar-se ontem reunião mensal de seus dirigentes.

Foi lembrado que entre as proposições do documento está a de que o Estado deve "estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico", e que "um estado de direito se caracteriza por uma situação estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozem de seus direitos e têm possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los legalmente".

BEM INFORMADA

Sobre o documento da CNBB *Exigências Cristãs*, D Ivo afirmou que ele teve "a melhor repercussão" e que foi entregue um exemplar a cada parlamentar em Brasília. Lamentou a morosidade da distribuição em regiões mais afastadas e a impossibilidade de atender alguns interessados porque se esgotaram depressa a primeira e segunda edições. Uma terceira está sendo preparada.

Indagado sobre se a CNBB fará algum relatório sobre o caso do Arcebispo de Diamantina, D Geraldo Sigaud — que acusou publicamente de subversivos os Bispos de Goiás Velho, D Tomás Balduino, e de São Félix do Araguaia, D Pedro Casaldáliga — o presidente da CNBB, Cardeal Aloisio Lorscheiter, respondeu: "Não cabe a nós a defesa enquanto não somos perguntados." Contudo, disse: "Aguardamos da Santa Sé alguma palavra."

Ao que o secretário-geral, D Ivo, acrescentou: "A Santa Sé está muito bem informada."

A propósito de volante com normas da CIA para perseguir a Igreja na América Latina, D Ivo Lorscheiter disse que a Igreja tem consciência de seus limites: "Não vamos resolver todas as coisas desagradáveis que existem no Brasil." Mas acha que não deve haver "alarme demaciado" com o fato: "Não vamos perder a cabeça. A Igreja não dorme sobre palha de algodão."

OUTROS TEMAS

Na reunião dos dirigentes da CNBB, que durou três dias, foi decidido pedir a todos os bispos do país sugestões para a elaboração de um relatório sobre a vida da Igreja no Brasil nos últimos anos, destinado ao Sinodo Mundial dos Bispos, que se realiza no mês de outubro, em Roma.

Foi analisado ainda no encontro o método Billings

para controle da natalidade, explicado pelo teólogo Padre Jaime Snoek, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e especialista em moral matrimonial. Os bispos acharam cedo para um pronunciamento definitivo.

Boletim distribuído na ocasião diz entretanto que o método "poderá trazer novas perspectivas a uma questão complexa e urgente, embora hoje ainda ele não possua as justificativas finais".

O mesmo boletim faz também um registro do 10º aniversário da Encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI. Diz que, "passada a década, constata-se a influência da encíclica em iniciativas em favor da promoção do chamado Terceiro Mundo. Não há, porém, como deixar de reconhecer o fracasso das esperanças despertadas, inclusive no que se refere ao esforço da Igreja para passar da palavra à ação através da criação do Fundo Mundial *Populorum Progressio*, que deveria ser sustentado por uma parte da verba das despesas militares e que não se encontrou resposta por parte da sociedade internacional".

Acrescenta que "o fracasso da Década do Desenvolvimento contribui para alimentar o anseio da reformulação da própria organização da ordem internacional, a redobrar o impulso direto da consciência sobre as quais deverá se assentar a sociedade deste fim de século para que os seres humanos não se constituam em meras testemunhas silenciosas da divisão do mundo entre a miséria generalizada e escassíssimas ilhas de opulência".

Pela manhã, no encerramento do encontro dos dirigentes da CNBB, os bispos participantes concelebraram missa pelo Cardeal Emilio Blayenda, Arcebispo de Brazaville, assassinado recentemente no Congo.



erem como cristãos

D Agnelo revela que África preocupa a Igreja católica

São Paulo — O Cardeal Agnelo Rossi, Prefeito da Sagrada Congregação para Evangelização dos Povos, revelou que "a Igreja esta muito preocupada com a África", daí o programa de intercâmbio pastoral e missionário que pretende desenvolver através do Brasil e que foi um dos motivos que o trouxe aqui, depois de três anos de ausência.

Embora se recusando a comentar questões políticas, o ex-Arcebispo de São Paulo lamentou a crescente influência estrangeira no Continente africano. Principalmente de países comunistas como a União Soviética, China e Cuba. Disse que somente em Cuba se encontram, presentemente, cerca de 3 mil jovens africanos, bolsistas na Universidade de Havana, provenientes de países de língua portuguesa.

Interesse diferente

D Agnelo não esclareceu se a preocupação da Igreja com a África decorre dessa influência comunista, dizendo apenas que a Rússia e Cuba têm naquele Continente um "interesse diferente ao interesse da Igreja" e que, nas horas de catástrofes, quem está presente é a Igreja e não a União Soviética.

"O Brasil tem condições, afirmou, de realizar um grande trabalho que, além do mais, seria uma espécie de reparação pelo pecado histórico da escravidão e também porque o Brasil deve muito à raça negra."

Programa

D Agnelo Rossi, que está em Jundiá desde sexta-feira, veio ao Brasil para comemorar com seus familiares o 40.º aniversário de sacerdócio e presidir na próxima semana, no Rio de Janeiro, reunião de representantes da Igreja do Brasil e da África, com especialistas leigos, para estudar programa de cooperação missionária.

Explicou que a Igreja iniciou esse

programa na Itália, com o treinamento de jovens africanos no cultivo de cereais, principalmente arroz, mas que esse esquema não deu resultados satisfatórios entre a Itália e os países da África. "Fizemos uma tentativa para dar um salto mas percebemos que devemos mesmo dar passos" — afirmou. Pelo programa, jovens africanos virão ao Brasil para períodos de treinamento, inicialmente de seis meses, em diversas especialidades da agricultura e depois retornar a seus países de origem, levando novos conhecimentos sobre as diversas culturas comuns aos dois continentes.

Disse o Cardeal Rossi que o pensamento inicial era o de realizar esse programa a partir de nações que falam o português, mas que a Igreja preferiu optar pelos países africanos de influência francesa, considerando os regimes políticos estabelecidos agora nas ex-colônias de Portugal. "Poderiam surgir dificuldades e alguns Governos seriam levados a pensar que pretendemos uma influência ideológica ou política."

Mensagem

D Agnelo Rossi recusou-se a falar de política brasileira como o relacionamento entre a Igreja e o Governo, esquivando-se também de comentar problemas políticos internacionais, como a defesa dos direitos humanos pelos Estados Unidos em nível internacional.

Referiu-se ligeiramente à situação do Brasil numa mensagem de Páscoa que gravou para emissoras de Jundiá, em que desejou que "o Brasil resolva todos os seus problemas com paz, justiça e o patriotismo de todos os brasileiros".

Sexta-feira, ele reuniu-se pela manhã e depois almoçou uma feijoada, com D Antônio Maria Alves de Siqueira, Arcebispo Metropolitano de Campinas, D Gabriel Bueno Couto, Bispo de Jundiá, D Roberto Binarello de Almeida, vice-Reitor da PUC de Campinas, e outros representantes do clero da região.

Itaici

Tristão de Athayde

14. April 1977 M

AINDA é cedo para prever se os documentos da recente reunião, em Itaici, da CNBB, vão ter o mesmo destino daqueles que morrem sem eco. Se isso acontecer, tanto pior para o nosso futuro político, pois esse documento da Igreja, se não marca uma data em nossa história religiosa e política, é pelo menos um passo importante, não só nas relações entre a Igreja e o Estado, mas no restabelecimento, entre nós, de um estado de direito, que venha substituir o estado de fato, em que vivemos, desde 1964.

Pois há duas faces a destacar nas conclusões de Itaici, a teórica e a prática. A teórica representa uma síntese, muito bem-feita, dadas a angústia de tempo e as condições da assembléia, da doutrina social católica, que desde 1891 vem sendo exposta em documentos sucessivos e cada vez mais explícitos e colocados à luz da evolução histórica contemporânea. Pois o que caracteriza a História moderna, desde essa última década do século XIX, é precisamente a sua gradativa aceleração, de que aliás já Michelet falava expressamente em 1861.

E o que esses documentos revelam (pois as Encíclicas e manifestações semelhantes representam precisamente a adaptação de princípios mais perenes, sustentados pela tradição e pelo magistério eclesialístico, em face da mutação crescente dos acontecimentos históricos) é a atenção crescente da Igreja pelos acontecimentos sociais. Longe de se tratar, como falsamente denunciam os tradicionalistas impenitentes, de um desvio da verdadeira natureza da Igreja, trata-se de uma explicitação cada vez maior de sua função evangelizadora e não puramente angelista, de costas para a evolução histórica.

Acontece que, desde 1891, precisamente, com a nossa separação entre a Igreja e o Estado, e a partir da campanha providencial do redentorista Julio Maria, a liberdade da Igreja em face do Estado vem assumindo gradativamente uma tomada crescente de consciência dos seus próprios deveres em face das condições sociais do nosso povo. Longe de se tratar de um desvio de sua natureza ou de

uma intromissão numa seara reservada ao Estado, trata-se, como dizia a Constituição de 1934, de uma cooperação crescente entre as duas entidades, civil e eclesialística, em favor do bem comum. Pois este não é uma atribuição exclusiva do Estado, em suas funções políticas, mas de todas as instituições, família, escola, trabalho, Igreja, em favor do bem social coletivo.

Foi a partir de 1891, mas praticamente a partir de 1934, com a criação da Liga Eleitoral Católica, que esse dever social da Igreja se tornou gradativamente mais concreto. E' nessa linha que se coloca o documento de Itaici, em face das exigências morais da política. Seu mérito está precisamente em definir claramente essas exigências, que coincidem, em princípio, com o que chamamos de estado de direito, isto é, fundado na lei e não no arbítrio e no privilégio, sem entrar na seara estatal. Merca-lhe os limites, isso sim, mas sem substituir-se em nada à sua autonomia.

Vozes discordantes já se levantaram contra o aspecto vago ou indefinido do documento, assim como contra a ausência de uma expressa menção ao perigo comunista, em sua expansão moderna e crescente, no sentido de criar uma sociedade sem Deus. Seria apenas, aliás, uma imitação da atual sociedade capitalista e burguesa... Nenhuma dessas ponderações procede. Longe de ser vago e indefinido em face do problema da Segurança Nacional, tomada pela doutrina da Escola Superior de Guerra como norma implícita da chamada Revolução de 64, o documento é claríssimo e definido a respeito. O capítulo "liberdade e segurança" só pode ser considerado vago ou indefinido por quem o ler de espírito preconcebido. Está ali claramente definido, com evidência solar, que "a segurança é um elemento indispensável do bem comum... a Igreja não contesta o direito de o Estado Moderno elaborar uma política de segurança nacional". Esse direito, porém, lembra logo em seguida o documento, não permite colocar a segurança como um fator absoluto e supremo. Ele está subordinado, por natureza, aos seus fins, "quando a segurança leva de fato à verdadeira paz como con-

sequência positiva de colaboração entre os homens. Quando a segurança define seus objetivos através do exercício da participação nacional"

A segurança, em suma, não é privilégio do Estado, nem pode ser decretada de cima para baixo, como uma determinação de disciplina militar, mas depende essencialmente de uma íntima "colaboração" do Governo com o povo, de uma participação definida e constante deste no Governo, como explicitamente, aliás, o diz o documento, em outro capítulo essencial de sua elaboração. A justiça econômica, aliás, está explicitamente exigida e contida mesmo em uma expressão muito forte: "A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo". Essa insegurança se traduz, como acontece atualmente entre nós, tanto pela falta de garantias jurídicas (o documento, nesse ponto, chega a mencionar o mal essencial da ausência do habeas-corpus, ou de sua extrema limitação no atual Estado injurídico em que vivemos), como pela falta de garantias políticas e econômicas. O magistral capítulo sobre a atual "marginalização" do nosso povo merece um destaque especial.

Quanto à ausência de menção especial do "perigo comunista", só demonstra que o documento vai às raízes dos males sociais modernos e não se contenta com as suas manifestações aparentes. O comunismo é uma consequência e não uma causa primeira. Se mencionasse expressamente o "perigo comunista", teria de mencionar o "perigo fascista", que sempre considere, para o Brasil, muito mais grave e premente, para uma "ordem social cristã" ou simplesmente justa, como toda ordem social deve ser. Esse perigo é o que domina hoje a América Latina, em sua totalidade, inclusive entre nós. Aliás o documento, de passagem, condena os dois totalitarismos que nos ameçam, tanto o da esquerda como o da direita. Considero, pois, as conclusões de Itaici sobre a ordem política como um excelente roteiro, tanto teórico como prático, para o nosso futuro, correndo apenas o perigo de ser arquivado, ignorado e morrer sem eco, como todos os que visam à nossa libertação. Isso sim.

-4, Mai 1977/79

D Ivo Lorscheiter acha que a História dará à Igreja atestado de benemerência

Porto Alegre — O secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheiter, acha que a Igreja, "embora hoje acusada de retrógrada", em sua luta contra o divórcio, "receberá da História um atestado de benemerência por ter alertado os homens quanto aos equívocos e desgraças de atitudes irreversíveis".

Em sua alocução semanal pela Rádio Medianeira, de Santa Maria, de onde é o Bispo, disse que a ampla discussão sobre o divórcio, "com projetos que tomarão longo e precioso tempo" dos parlamentares, com "intensa participação dos meios de comunicação social e largas camadas da população", contribuirá para clarear "as verdadeiras exigências do casamento e da família".

MÃE É UMA SO'

D Ivo Lorscheiter afirmou ter certeza que "a maioria do povo brasileiro, e portanto a maioria do Congresso Nacional", saberá ouvir "a voz do bom senso e do próprio Deus, realizando um amplo e urgente trabalho em favor da instituição familiar".

Acrescentou que, "se foi dito, com razão, que a Igreja não se lançaria numa cerrada campanha antidivorcista, ou se foi declarado, com justiça, que o divórcio não é o único mal a ser combatido, isso em nada deve enfraquecer ou obscurecer a nítida e permanente posição da Igreja contrária ao divórcio".

"É preciso sempre dizer de novo e com ênfase" — frisou o secretário-geral da CNBB — "que a Igreja católica não defende só a indissolubilidade do casamento religioso dos católicos, mas também a indefectível estabilidade do matrimônio

como instituição natural e, portanto, também dos não católicos e dos não cristãos".

Com isso, segundo D Ivo, "a Igreja cumpre neste campo, como em outros, a sua tarefa de zelar não só pelos valores estritamente religiosos, mas também pelas exigências da chamada lei natural, correspondente aos requisitos fundamentais da pessoa e da sociedade humana".

Diante da proximidade do Dia das Mães, conclamou: "Se quisermos que essa celebração seja sincera e coerente, tomemos decidida atitude em favor da defesa da família. A rigor, podemos dar o santo nome de Mãe a uma só pessoa, não se admitindo trocas ou substituições. Não profanemos ou aviltemos a sagrada missão materna, missão difícil e em muitos casos malograda, mas que a lei divorcista exporia a sempre maiores fracassos".

Deputado prevê que divórcio não passa

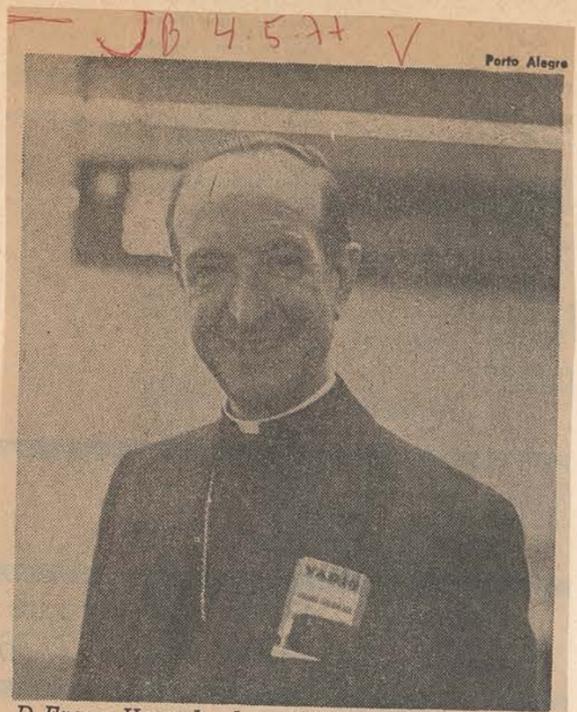
Belo Horizonte — O Deputado Sebastião Navarro Vieira (Arena-MG) afirmou ontem que a corrente antidivorcista do Congresso Nacional ainda tem esperanças de derrotar todas as emendas divorcistas apresentadas, porque a diferença de votos favorável à medida é de "apenas nove nas duas Casas do Congresso".

Em 1975, lembrou, a emenda Nelson Carneiro obteve 222 votos favoráveis; a maioria absoluta é de 213 votos, "assim, se conseguirmos que 10 deputados e senadores, que anteriormente

foram a favor do divórcio, fiquem contra a emenda tê-la-emos derrotado". Ele acha que existem "amplas possibilidades" para isso.

"Nas atuais circunstâncias, em que existe mesmo a ameaça de o divórcio ser implantado, devido ao quorum de maioria absoluta, os deputados e senadores vão pensar duas vezes antes de votar. E há ainda o detalhe: apoio dado às emendas é bem diferente de apoio em plenário", disse o Sr. Navarro Vieira, que se está empenhando na mobilização de parlamentares contra o divórcio.





D Franz Hengsbach queixou-se de que jornais alemães são parciais com notícias do Brasil

Igreja alemã deu ao Brasil Cr\$ 150 milhões em troca de exemplo para crescer

Porto Alegre — A Ação Adveniat destinou no ano passado 25 milhões de marcos (Cr\$ 150 milhões, arrecadados entre católicos da Alemanha Ocidental, a obras de cunho pastoral no Brasil. Com isso, a Igreja Católica da Europa "recebe, em troca, o exemplo de como crescer", afirmou o Bispo de Essen, D Franz Hengsbach, presidente da Adveniat. Em entrevista com a presença do Cardeal Vicente Scherer, na Cúria de Porto Alegre, o Bispo de Essen disse que a Igreja, na América do Sul, "dá um exemplo de como crescer no meio de situações de conflito e de tensão, no meio de dificuldades econômicas e de conflitos urbanos".

GRATIDÃO

Embora afirmando que "a Alemanha está muito distanciada do Brasil" porque "as notícias de jornais chegam lá muito curtas e muito parciais", D Franz Hengsbach conhece os "grandes problemas para trazer uma ordem econômico-social justa para o Brasil", mas acha que "o caminho está sendo percorrido e em breve os objetivos serão alcançados".

A Ação Adveniat de Auxílio aos Países da América do Sul, entidade mantida pelos católicos alemães, destinou em 1976 um terço de sua arrecadação para obras pastorais no Brasil. Não é

"uma caixa de empréstimos", disse o Bispo de Essen, mas "um auxílio comum", um investimento.

As doações são feitas — cerca de Cr\$1 bilhão para o Brasil desde que a Adveniat foi fundada, em 1961 — "também porque não foi esquecido o auxílio dado pela América do Sul à Alemanha no período de pós-guerra; eu mesmo não esqueci os muitos sacos de café que foram do Brasil na época em que era capelão de estudantes".

A uma pergunta sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha, D Franz Hengsbach comentou: "Um parto, uma vez iniciado, tem que ser executado".



**CNBB apóia
seus bispos
na Amazônia**

20. Mai 1977

Ciente dos "novos interrogatórios" a que voltaram a ser submetidos pelas autoridades em Belém do Pará os Bispos-Prelados do Marabá e Conceição do Araguaia — D Alano Pena e D Estêvão Cardoso de Avelar — a CNBB divulgou ontem a carta de apoio que a sua presidência lhes entregou em fevereiro na Assembleia-Geral dos Bispos em Itaipá.

"Sabemos" — continua — "do espírito de fé que os anima para enfrentar essas provações na hora presente pela causa do Evangelho. Queremos assegurar-lhes nossas orações, nosso apoio fraterno e nosso profundo afeto colegial no Senhor Jesus". Assinam a carta os três componentes da presidência da CNBB: Cardeal Aloísio Lorscheider (presidente), Dom Geraldo Fernandes (vice-presidente) e Dom Ivo Lorscheider (secretário-geral).

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIPROFSSIONAL DE PESQUISA

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

**CNBB vê
risco em 98
publicidade**

22. Mai 1977

Em boletim alusivo ao Dia Mundial das Comunicações Sociais — hoje — dedicado este ano à área da publicidade, a CNBB adverte para o "tonto e irracional consumismo" que ela pode gerar, além de "limitar a liberdade dos veículos de comunicação dependentes de convênios publicitários".

O secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheiter, criticou o "consumismo típico da sociedade capitalista", à qual culpou pelo "acréscimo da mentalidade consumista".

Bispo de Natal acha que base do controle é falsa

Para o Arcebispo de Natal, D Nivaldo Monte, o planejamento familiar, preconizado e orientado pelos países superdesenvolvidos — Estados Unidos e Inglaterra — parte de pressupostos, para ele falsos, de que as nações ricas são necessariamente as pouco povoadas, enquanto as pobres têm uma alta densidade demográfica.

"Se isso fosse, ainda que remotamente, verdadeiro, o Uruguai, com o menor crescimento populacional do continente, deveria ser o mais desenvolvido, enquanto a Holanda, um país superpovoado, deveria ser um dos mais atrasados da Europa". O que se vê, segundo o Bispo, é o contrário: enquanto o Uruguai tem sido, nos últimos anos, o país de menor crescimento econômico, a Holanda tem excesso de alimentos e de bens de consumo.

Ambigüidade

Para D Nivaldo, magro e de aspecto severo, "no que toca à ambigüidade de objetivos, não nos parece inteiramente claro o porquê de tanto empenho de certos países em frear os nascimentos na América Latina, para que não faltem alimentos para ela, quando nós sabemos que um país como os Estados Unidos consome quase 50% de tudo o que se produz no mundo."

"Se houvesse tanto interesse em ajudar a América Latina" — prosseguiu D Nivaldo — "não se gastaria tanto com propaganda, impingindo necessidades artificiais e deixando de lado o que realmente nos parece necessário ao bem-estar das pessoas; assim haveria maiores facilidades comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com os preços das matérias-primas não tão aviltados, e nem os preços dos manufaturados seriam tão altos. E o que dizer dos gastos astronômicos com armamentos e guerras?"

Apoio

D Nivaldo chegou a ser apontado pela Bemfam por apoiar o seu programa no Rio Grande do Norte e ele não nega o fato, embora faça questão de esclarecer sua posição.

"Não sou contra a paternidade responsável" — afirmou — e disse que participou do 1.º Seminário sobre Planificação Familiar, realizado pela Bemfam, em Londrina, em 1968.

"Naquela época" — lembrou o Bispo — "a Bemfam enfatizava o aspecto educativo e informativo que permitiria ao casal planejar a família e isso é bem diferente da distribuição maciça de pílulas e da colocação de DIU, que começou a ser feita logo em seguida. Isso, eu não podia aceitar" — frisou. "Quem nos garante que os efeitos da aplicação maciça de anticoncepcionais atingirão o resultado desejado, ou seja, o desenvolvimento? Além de ser, biologicamente, um mal, já cientificamente condenado, não estamos vendo que um país de velhos marcha para a sua autodestruição? Amanhã, como será? Já hoje, em alguns países, 50% da população é constituída de velhos, daí a mão-de-obra que escasseia, cérebros que se estiolam, vontades que se aniquilam".

Don Nivaldo denunciou, ainda, que a distribuição de anticoncepcionais, em seu Estado, é feita por pessoas desqualificadas, sem conhecimentos técnico-científicos que permitam o acompanhamento dos casos. Condenou, também, a ênfase que o programa vem dando apenas ao aspecto "quantidade de filhos", quando muito pouco é feito para o desenvolvimento pessoal e coletivo: educação, saúde, cultura, lazer, etc.

"Além disso, ocorrem casos em que mães com muitos filhos chegam a ser ridicularizadas nas maternidades e outros locais de atendimento, caracterizando uma ação coercitiva direta sobre o indivíduo, submetendo a comunidade ao que considero verdadeira lavagem cerebral" — acrescentou.

OS BISPOS

A condenação não se restringe a Don Nivaldo. Em novembro do ano passado, todos os bispos do Rio Grande do Norte divulgaram uma nota sobre as atividades da Bemfam, que diz textualmente:

"Os bispos da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte, em sua 15.ª reunião, realizada em Eduardo Gomes, reiteraram, em consonância com os documentos oficiais da Igreja, sua posição em favor da paternidade responsável. Ao mesmo tempo, manifestam-se contrários aos métodos usados pela Bemfam, mesmo executados em convênios, que importam no uso indiscriminado de anticoncepcionais, agravados pela deficiência no acompanhamento médico, pondo em risco a própria saúde das pessoas atingidas pelo programa. Vale salientar que, muito embora a Bemfam persista em declarar a inexistência de tais deficiências, elas continuam a ser observadas por pessoas absolutamente fidedignas".

Na Paraíba, a condenação dos bispos também é unânime e, em outubro de 1975, quando a Bemfam passou a atuar no Estado, os bispos acusaram-na de distribuir anticoncepcionais até para menores solteiras, afirmando, ainda, que, "num país como o nosso, há possibilidades concretas de alimentar e abrigar o dobro de nossa atual população". No Rio, o Cardeal Eugênio Sales foi mais incisivo:

"Diante do progressivo distanciamento entre as nações prósperas e as do Terceiro Mundo, é cômodo jogar a culpa da fome sobre os famintos. Em vez de ir à raiz dos males, preservam-se as posses de uns e induz-se os outros a serem menos numerosos. Assim, deixa de ser perigosa a pressão do pauperismo contra a ordem existente".

A mesma linha de raciocínio é observada por D Angélico Sandoi Bernardino, Bispo-Auxiliar da Região Leste II de São Paulo, que compreende muitos bairros operários. Numa entrevista ao semanário *Movimento*, ele declarou, no ano passado:

"Os programas de planejamento familiar desviam a questão de seu ponto fundamental, pois os pobres não são pobres porque têm muitos filhos. O problema da fome; da marginalização social, política e econômica; da mortalidade infantil; e do analfabetismo, não se resolve com pílulas e, sim, com justiça social, com profundas e radicais reformas".

E prossegue: "O Governo tem obrigação de colaborar para que os pais — com consciência bem formada — possam decidir sobre o número de filhos. Afinal de contas, é verdade, também para nós, que um novo brasileiro é uma boca a mais, mas são dois braços a mais. Que esses braços tenham as suas terras, empresas para trabalhar, e teremos um país próspero, farto, livre e fraternal".

Miseráveis

D Nivaldo faz questão de reafirmar que a Igreja não se opõe, como instituição, à paternidade responsável, mantendo-se, porém, contra a orientação meramente biológica de distribuição de pílulas e lembra que a CNBB já tomou posição oficial à respeito do problema no documento *A Igreja, a Questão Demográfica e a Pastoral Familiar*.

Diz o documento: "A preocupação em reduzir o número de miseráveis não pode ser um alibi e não é uma alternativa para o combate à miséria. O que engendra a miséria não é tanto a fertilidade dos miseráveis, quanto a iniquidade social que pode e deve ser corrigida por medidas concretas, destinadas a absorver a marginalidade".

17. Juni 1977
**Bispos do
Cone Sul
se reúnem**

Para um encontro de quatro dias no Centro de Estudos e Formação do Sumaré são esperados hoje 26 cardeais e bispos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Vêm estudar a posição que a Igreja do Cone Sul vai defender na Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano, a realizar-se na cidade mexicana de Puebla no mês de Outubro e que terá por tema **A Evangelização no Presente e no Futuro do Continente.**

Entre os participantes da reunião do Sumaré estarão os Cardeais da Argentina, Raul Primatesta, e do Chile, Raul Silva Henriquez. Pelo Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), ao qual cabe a responsabilidade pela convocação e realização da Conferência de Puebla, virão o seu presidente, Cardeal Aloisio Lorscheider (Arcebispo de Fortaleza), e o secretário-geral, Dom Alfonso López Trujillo.



Igreja dedica-se a preparar os jovens para o casamento

A Igreja Católica volta-se, agora, à preparação dos jovens para o casamento, embora em muitas paróquias, no Rio e nos Estados, a maioria dos vigários tenha aproveitado a missa do primeiro domingo após a aprovação do divórcio para lembrar aos fiéis que a "indissolubilidade faz parte do casamento". Os padres parecem considerar o divórcio fato consumado.

O Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, fez sermão sobre as injustiças sociais. Não tocou no divórcio. Falou da América Latina, "onde os ricos estão cada vez mais ricos e dois terços da população cada vez mais pobres" e pediu aos cristãos que não permitam que chamem de "comunistas, subversivos, os bispos da Santa Igreja, os padres e mesmo os leigos", que pregam a paz, a justiça social, os direitos humanos.

Igreja e obediência

No Rio, a maioria dos vigários guardaram silêncio ou não se referiram diretamente ao divórcio e pediram aos fiéis: "Não nos deixemos levar pelos desejos da carne, que só nos trazem um prazer vazio, mas nos abramos para Deus". O Padre Manoel de Lima Cauper, de Vigário Geral, condenou o divórcio ao criticar aqueles que "acendem uma vela a Deus e outra a satanás, se dizem católicos mas frequentam os terreiros de macumba e interpretam a Bíblia a seu talante, para admitir o divórcio".

Quase todos os vigários insistiram em lembrar aos fiéis que as leis dos homens não podem solapar a fé. Foi o que disse o vigário da igreja de Santo Antônio, em Caxias, Frei Willy Gartner: "Acho oportuno advertir que, com a chegada do divórcio, e não importando se o legislador tem ou não o direito de negar a indissolubilidade do casamento, os fiéis só têm que lembrar as exigências de sua fé".

Advertiram quase todos que a provação retempera a fé dos cristãos e que "o Cristianismo é duro mesmo. Quando Deus manda, exige obediência", como o Padre Couper. No mesmo sentido, "não descarregar a cruz em troca de facilidades" — falou o Padre Vitório, celebrante da missa das 11h na Igreja de São João, em Brasília. Na assistência, estava o Senador Henrique La Rocque (Arena-MA), que votou contra o divórcio.

Padre Vitório criticou a sociedade de consumo, que "está caminhando para a sua própria destruição" e disse que "o povo é iludido e carregado por caminhos tortuosos", afirmando: "Mas, esta é a Igreja de Cristo, valhada ou acatada".

Preparar jovens

Em São Paulo não houve orientação expressa da Arquidiocese para que os vigários alertassem os fiéis contra o divórcio. O Bispo-Auxiliar, Dom Benedito Ulhoa Vieira, declarou: "A nossa orientação pastoral, agora, é a de agir com calma e perseverança na preparação dos casamentos".

Esclareceu: "Devemos nos concentrar, agora, na preparação da juventude, dos noivos, para que se casem com consciência e responsabilidade, a fim de evitar um mal maior. Nossa linha de ação é a de ajudar a construir lares estáveis".

Mesmo sem orientação da Arquidiocese, os padres da igreja de São Judas Tadeu — uma das mais frequentadas da Zona Sul de São Paulo — pregaram em todas as missas de ontem contra o divórcio, dizendo que a Igreja é contra a medida "porque é a favor da família bem constituída e a indissolubilidade faz parte da essência do próprio matrimônio".

Com texto único preparado para todas as missas do fim de semana, os padres da igreja de São Judas Tadeu afirmaram que "sem indissolubilidade vai haver convivência, ajuntamento, mas nunca matrimônio no sentido cristão." E referindo-se às provações enfrentadas pela Igreja: "A História da Igreja nos ensina que as dificuldades por ela encontradas sempre a fortalecem."

Contra a corrente

Também em Curitiba o Arcebispo metropolitano, Dom Pedro Fedalto, não deu orientação para que se aproveitasse as missas dominicais, nas 104 paróquias da Capital, e fosse analisada a questão do divórcio do ponto-de-vista da Igreja. A decisão ficou a critério de cada celebrante.

Assim, a maioria das Igrejas de Curitiba, ontem, durante as missas se ateve ao programa previsto para o décimo terceiro domingo do Tempo Comum, cuja mensagem pedia reflexões sobre "a nossa condição de livres", com o objetivo de "entendemos melhor qual foi a liberdade que Jesus nos trouxe". Poucas foram as igrejas em que os celebrantes aproveitaram o tema para mencionar a aprovação do divórcio.

Na missa das 11h, na igreja do Bom Jesus dos Padres, da Ordem dos Franciscanos, no centro da cidade e uma das mais tradicionais e concorridas missas de Curitiba, o sacerdote referiu-se lacônicamente ao divórcio, ao analisar o que significa ser cristão hoje:

— Muitos senadores e deputados, quando da aprovação do divórcio, argumentaram que, a partir de agora, o Brasil pode ser colocado entre as nações mais desenvolvidas do mundo. Aos olhos profanos, e somente em relação a eles, somos atrasados e, como cristãos, devemos ter coragem de enfrentar isso. Por amor a Cristo, devemos enfrentar toda a oposição, todo o desprezo. Ser cristão é ser capaz de nadar contra a corrente."

Famílias profetas

Diferentemente, a Arquidiocese de Porto Alegre previu, na programação da liturgia eucarística para as missas de ontem, manifestações antidivorcistas, recomendando como tema de reflexão para os sermões palavras que animassem "as famílias a viverem unidas".

O programa dominical alertou para o fato de os meios de comunicação social fazerem campanha contra a perseverança no convívio familiar e defendeu a indissolubilidade do casamento. Na paróquia de São José, no Bairro de Sarandi — um dos mais populosos de Porto Alegre e habitado quase que totalmente por operários — o padre Marçal Selbach convocou as famílias a lutarem contra a dissolução do matrimônio: "Como o profeta Elias escolheu seu filho Eliseu para servir a Deus em seu lugar, a Igreja escolhe a cada membro das famílias para serem seus profetas em defesa do casamento. O divórcio é um remendo sobre outro remendo. O povo não está preparado para o divórcio e tampouco foi o povo que decidiu por ele. Foram apenas algumas poucas cabeças pensantes do Senado".

O padre Marçal criticou também a sociedade de consumo, que "apresenta engodos ao matrimônio: as novelas, por exemplo, estão deturpando o sentido do casamento e são um verdadeiro convite ao divórcio, procurando atingir aqueles que não têm vocação para o matrimônio". Garantiu aos fiéis que a Igreja não se deixará abater pela implantação do divórcio no país.

Por trás das coisas

Em Salvador, o Bispo-Auxiliar Dom Thomas Murphy e o pároco da igreja de Santana, no bairro do Rio Vermelho, celebraram missas ontem defendendo o fortalecimento do casamento, ao invés de fazerem críticas diretas ao divórcio.

O Bispo-Auxiliar disse: "Todos nós devemos procurar saber o que existe por trás das coisas que acontecem e não apenas nos determos em apreciar essas coisas sem saber das suas origens." Explicou: "O homem, quando se batiza, faz um compromisso de vida de se identificar com Cristo na totalidade, e, portanto, quem é batizado não pode admitir o divórcio, ou, no caso de admitir, desliga-se imediatamente da Igreja."

O Padre Raimundo Machado Rocha Filho, de Rio Vermelho, disse que sua paróquia tem trabalhado no sentido de reforçar o aspecto da dignidade do casamento, principalmente com mensagens mais fortes na Missa da Juventude, rezada aos domingos às 20h: "Adotei a filosofia de não falar contra o divórcio, mas reforçar aquilo que está sendo atingido — no caso, o casamento — porque ir simplesmente contra algo não constrói e provoca os mais diversos tipos de reação."

Num lugar de Minas

Santo Antônio das Rocas Grandes, tradicionalmente conhecida como o centro das devoções a Santo Antônio em Minas, pequeno lugarejo a 20 quilômetros de Belo Horizonte, não sentiu muito a aprovação do divórcio, porque lá o canal de comunicação ainda usado pelo povo são as conversas. O sacristão José Alves da Silva Morena explicou: "O povo ainda não está falando sobre o divórcio porque a aprovação foi quinta-feira e não deu tempo para a conversa passar de boca em boca."

O sacristão está temeroso: "O maior problema do divórcio é que depois virão outros projetos mais sérios para a separação das famílias, como o aborto e a prostituição legalizada." Ele acha, no entanto, que "a lei do divórcio depende somente do Presidente Geisel, porque com o AI-5 ele tem tudo nas mãos e pode acabar com a conversa de uma vez. O que dá em pau, dá em pedra, não é?"

Dona Geralda Freire vende santinhos: "O divórcio vai ser ruim é para os filhos que vão ficar largados. Eu não queria a lei, mas ela veio e não tem mais jeito. Acho que não vai influir muito nos católicos, pois quem se divorciar fica excomungado e ninguém vai querer isto." Dona Geralda afirma que é "muito bem casada, há 35 anos".

Para o vigário, Padre Antônio de Moura Lima, "não adianta falar mais sobre o divórcio: o caso está decidido e não vamos mais comentar sobre ele nas missas." Enquanto o vigário falava, duas senhoras que não quiseram se identificar comentaram: "Esse negócio ainda vai dar muita morte. Vejam só. O divórcio no Brasil... Era só o que faltava."

Institut für Brasilienkunde

